NÚCLEO DE PATRIMÔNIO

RELATÓRIO TÉCNICO

PROJETO ALMA CUIABÁ

Experiências no Centro Histórico de Cuiabá



Apoio
GEOGRAFIA UFMT
FAPEMAT
Governo de Mato Grosso
CNPq
CAPES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

RELATÓRIO TÉCNICO DO NÚCLEO DE PATRIMÔNIO
Edital FAPEMAT Nº 03/2025 - Pesquisa Centro Histórico de Cuiabá

Projeto "Geografias do Cuidado e Cartografias Afetivas do Centro Histórico de Cuiabá - MT: Memória, Patrimônio e Conservação"

Metodologia e análise do estado de conservação do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá (CAUP)

Cuiabá
2026

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral

Prof.ª Dr.ª Marcia Alves Soares da Silva
Docente do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFMT

Núcleo de Patrimônio
Coordenação do Núcleo

Prof.ª Dr.ª Marcia Alves Soares da Silva
Docente do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFMT

Pesquisadoras e Pesquisadores

Bruna Santos e Silva
Arquiteta e Urbanista; Mestra em Geografia – UFMT

Carla Anhaia de Souza
Graduanda em Bacharelado em Geografia – UFMT

Everton Costa Gomes
Graduando em Licenciatura em Geografia – UFMT

João Victor Muniz
Geógrafo pela UFMT

Natália Alencastro de Albuquerque Lins Turi Marques
Arquiteta e Urbanista; Mestranda em Estudos em Cultura Contemporânea – UFMT

Tamires dos Santos Soares da Silva
Arquiteta e Urbanista; Mestra em Geografia – UFMT

Prof.ª Dr.ª Doriane Azevedo
Docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo - UFMT

Prof.ª Dr.ª Sônia Romancini
Docente do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFMT



Desenho feito à mão pela arquiteta e urbanista Tamires Soares, de uma edificação na Rua Pedro Celestino, no Centro Histórico de Cuiabá - MT

Agradecimentos

A realização do projeto “Geografias do Cuidado e Cartografias Afetivas do Centro Histórico de Cuiabá - MT: Memória, Patrimônio e Conservação” foi possível a partir da participação e da colaboração de muitas pessoas, instituições e coletivos que, de diferentes formas, contribuíram para sua construção e desenvolvimento.

Agradecemos, especialmente, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT), pelo financiamento que possibilitou a realização da pesquisa, a aquisição de equipamentos, o desenvolvimento das atividades de campo, a formação da equipe e a produção e circulação dos conhecimentos construídos ao longo do projeto.

Agradecemos à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), especialmente ao Departamento de Geografia e Departamento de História, pelo apoio institucional e pelas condições que possibilitaram o desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e extensão articuladas ao projeto.

Agradecemos também o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujos investimentos na formação e na pesquisa científica contribuíram para o desenvolvimento deste projeto.

Nosso agradecimento se estende a todos os docentes, pesquisadores, técnicos e estudantes que integraram a equipe, contribuindo com seus diferentes conhecimentos, experiências, perspectivas e formas de olhar para o Centro Histórico de Cuiabá. A diversidade de formações e trajetórias foi fundamental para a construção interdisciplinar da pesquisa e para a realização das atividades dos núcleos de Patrimônio, Arqueologia, Geografia Histórica e Geoprocessamento.

Agradecemos também às instituições, pesquisadores e parceiros que estabeleceram interlocuções com o projeto e contribuíram para o desenvolvimento das atividades, compartilhando conhecimentos, experiências, acervos, espaços e possibilidades de colaboração.

Um agradecimento especial é dirigido aos moradores, comerciantes, trabalhadores, frequentadores, artistas, grupos e coletivos culturais do Centro Histórico de Cuiabá que acolheram a equipe, compartilharam suas histórias, memórias, experiências e percepções e contribuíram para que a pesquisa pudesse conhecer o território para além de seus registros

documentais e materiais. As narrativas e experiências compartilhadas foram fundamentais para a construção das Cartografias Afetivas e para a compreensão das diferentes formas de cuidado, pertencimento, permanência e apropriação que constituem este território.

Agradecemos ainda às escolas, professores, estudantes, instituições e comunidades que participaram das atividades de educação patrimonial, oficinas, caminhadas, encontros e demais ações abertas ao público. Esses momentos foram fundamentais para estabelecer uma relação de diálogo entre a universidade e a sociedade, permitindo que os conhecimentos produzidos pela pesquisa circulassem para além dos espaços acadêmicos.

Por fim, agradecemos a todas e todos que, mesmo não estando diretamente vinculados à equipe, contribuíram para que o projeto acontecesse. Cada encontro, caminhada, conversa, registro, descoberta e troca fez parte da construção desta pesquisa.

Este relatório é, portanto, também um registro de um trabalho coletivo. Para além de documentar resultados, ele reúne parte de uma experiência construída no encontro entre universidade, território e sociedade, reafirmando a perspectiva que orientou nossas ações: conhecer para cuidar.

Lista de Figuras

Figura 1 - área de tombamento e entorno do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Centro Histórico de Cuiabá..... 13
Figura 2 - Diagrama de elementos da paisagem e da edificação.....43
Figura 3 - Edificação na Rua Pedro Celestino no Centro Histórico de Cuiabá.....49
Figura 4 - Rua Sete de Setembro no Centro Histórico de Cuiabá..... 60
Figura 5 - Rua Governador Rondon no Centro Histórico de Cuiabá..... 63
Figura 6 - Rua Galdino Pimentel no Centro Histórico de Cuiabá - área tombada..... 65
Figura 7 - Rua Generoso Ponce no Centro Histórico de Cuiabá - área de entorno do Setor Ipiranga.....66
Figura 8 - Avenida Tenente Coronel Duarte no Centro Histórico de Cuiabá - área de entorno Setor Morro da Luz.....67
Figura 9 - Rua Pedro Celestino no Centro Histórico de Cuiabá - área de entorno do Setor República e área tombada.....68
Figura 10 - Orientação da equipe antes dos levantamentos de campo, realizada na Praça da Mandioca, com apresentação dos itens que compõem o formulário de registro..... 71
Figura 11 - Levantamentos realizados em dupla, fotografia na Rua/Calçadão Engenheiro Ricardo Franco..... 72
Figura 12 - Imóvel na Rua Pedro Celestino no Centro Histórico de Cuiabá - fragmentações reconhecidas nas fachadas..... 76
Figura 13 - Imóvel na Travessa 21 de abril no Centro Histórico de Cuiabá - entre a conservação material e o grau de impacto na paisagem histórica..... 79
Figura 14 - Fotografia feita durante levantamentos no Beco do Candeeiro - o olhar fotográfico 80
Figura 15 - Fotografia feita durante levantamentos na Pedro Celestino - sobreposição de materiais e técnicas em edificação datada de 1731..... 83
Figura 16 - Registro feito durante levantamentos no calçadão Engenheiro Galdino Pimentel - diferença nas condições de conservação entre os pavimentos, evidenciando o melhor estado de conservação do térreo e a maior degradação do pavimento superior, desprovido de cobertura..... 85
Figura 17 - Fotografia de Imóvel na Rua Campo Grande – com ruína parcial devido desabamento de sua cobertura..... 86
Figura 18 - Imóvel na Rua Voluntários da Pátria - difícil reconhecimento de ornamentos mais simples, devido à pintura aplicada.....88
Figura 19 - Imóvel na Rua Pedro Celestino - Edificação de tipologia neoclássica descaracterizada.....89
Figura 20 - Imóvel na Rua Sete de Setembro - Ornato preservado entre ruínas..... 90
Figura 21 - Causas comuns de degradação de edificações antigas.....91
Figura 22 - Impacto da situação da ocupação, do tipo de uso e das caracterizações das fachadas na definição dos fragmentos de análise..... 93

Figura 23 - Classificação de danos para categoria de paredes e estruturas aparentes..... 102
Figura 24 - Parede e estrutura aparente classificada como “boa”..... 104
Figura 25 - Parede e estrutura aparente classificada como “regular”..... 105
Figura 26 - Parede e estrutura aparente classificada com “ruim”..... 106
Figura 27 - Parede e estrutura aparente classificada como “péssima”..... 107
Figura 28 - Classificação de danos para a categoria de esquadrias..... 110
Figura 29 - Esquadria classificada como “boa”..... 112
Figura 30 - Esquadria classificada como regular..... 113
Figura 31 - Esquadria classificada como “ruim”..... 114
Figura 32 - Esquadria classificada como “péssima”..... 115
Figura 33 - Classificação de danos para a categoria de cobertura..... 118
Figura 34 - Cobertura classificada como “boa”..... 120
Figura 35 - Cobertura classificada como “regular”..... 121
Figura 36 - Cobertura classificada como “ruim”..... 122
Figura 37 - Classificação de danos para a categoria de adornos e ornamentos..... 124
Figura 38 - Adorno classificado como “bom”..... 126
Figura 39 - Adorno classificado como “regular”..... 126
Figura 40 - Adorno classificado como “ruim”..... 127
Figura 41 - Adorno classificado como “péssimo”..... 128
Figura 42 - Classificação do diálogo das fachadas com o Conjunto Histórico..... 131
Figura 43 - Diálogo com o Conjunto Histórico classificado como “bom”..... 132
Figura 44 - Diálogo com o Conjunto Histórico classificado como “regular”..... 133
Figura 45 - Diálogo com o Conjunto Histórico classificado como “ruim”..... 134
Figura 46 - Diálogo com o Conjunto Histórico classificado como “péssimo”..... 135
Figura 47 - Classificação do estado geral de conservação das fachadas analisadas..... 138
Figura 48 - Estado geral de conservação das fachadas classificado como “bom”..... 139
Figura 49 - Estado geral de conservação das fachadas classificado como “regular”..... 140
Figura 50 - Estado geral de conservação das fachadas classificado como “ruim”..... 141
Figura 51 - Classificação do grau de Impacto na Paisagem das fachadas analisadas..... 143
Figura 52 - Grau de Impacto na Paisagem classificado como “bom”..... 144
Figura 53 - Grau de Impacto na Paisagem classificado como “regular”..... 145
Figura 54 - Grau de Impacto na Paisagem classificado como “ruim”..... 146
Figura 55 - Nuvem de palavras dos afetos mais recorrentes registrados ao final dos levantamentos de campo..... 148
Figura 56 - Classificação dos afetos a partir das categorias de positivo, negativo e neutro... 149
Figura 57 - Registro fotográfico realizado no interior de imóvel localizado na Rua Governador Rondon, na área tombada do Centro Histórico de Cuiabá, durante levantamento de campo, mediante convite dos moradores..... 156

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Situação de ocupação na área tombada do Centro Histórico de Cuiabá, conforme os levantamentos realizados entre outubro de 2025 e agosto de 2026..... 94
Gráfico 2 - Situação de uso na área tombada do Centro Histórico de Cuiabá, conforme os levantamentos realizados entre outubro de 2025 e agosto de 2026.....96
Gráfico 3 - Situação de gabarito na área tombada do Centro Histórico de Cuiabá, conforme os levantamentos realizados entre outubro de 2025 e agosto de 2026..... 98
Gráfico 4 - Danos reconhecidos nas paredes e estruturas aparentes das fachadas da área tombada do Centro Histórico de Cuiabá, conforme os levantamentos realizados entre outubro de 2025 e agosto de 2026..... 101
Gráfico 5 - Danos reconhecidos nas esquadrias das fachadas da área tombada do Centro Histórico de Cuiabá, conforme os levantamentos realizados entre outubro de 2025 e agosto de 2026..... 109
Gráfico 6 - Danos identificados nas coberturas dos imóveis com telhado visível a partir do espaço público, localizados na área tombada do Centro Histórico de Cuiabá, conforme os levantamentos realizados entre outubro de 2025 e agosto de 2026.....116

Lista de quadros e tabelas

Tabela 1 - Classificação de danos para análise do estado de conservação das fachadas da área tombada..... 73

Quadro 1 - Categorias, pesos e dimensões de análise do estado de conservação das fachadas e seu grau de impacto na paisagem..... 78

Sumário

1. Introdução..... 11
2. Contextualização histórica da formação e evolução urbana de Cuiabá.....18
2.1 Modernização, expansão urbana e os impactos sobre o Centro Histórico de Cuiabá..... 21
3. O tombamento como instrumento de preservação.....24
3.1 A construção das políticas patrimoniais em Cuiabá.....26
3.2 A ampliação do conceito de patrimônio: do material ao imaterial..... 29
3.3 Os limites das políticas patrimoniais em Cuiabá.....32
3.4 Perspectivas para uma política patrimonial participativa.....35
3.5 Entre a norma e o patrimônio vivido: a proteção do Centro Histórico..... 37
4. As experiências de campo e a construção de uma leitura sensível do patrimônio.....40
5. Metodologias para análise de estado de conservação de bens patrimoniais: analisando algumas proposições.....51
6. Nossa metodologia com ALMA.....61
6.1 Percepções gerais das fachadas das edificações da área tombada do Centro Histórico de Cuiabá: limites e potencialidades da metodologia de apreensão..... 82
7. Sistematização dos dados obtidos: situações, patologias e danos percebidos na área tombada do Centro Histórico de Cuiabá.....92
7.1 Paredes e estruturas aparentes.....100
7.2 Esquadrias..... 107
7.3 Cobertura..... 115
7.4 Adornos e ornamentos..... 122
7.5 Conjunto Histórico..... 128
7.6. Estado geral de conservação das fachadas.....135
7.7 Grau de impacto na paisagem.....141
7.8 Afetos..... 146
8. Reflexões do percurso a partir dos dados obtidos..... 152
9. Orientações gerais.....158
10. Referências..... 161

1. Introdução

A preservação do patrimônio urbano de Cuiabá pode ser compreendida como resultado de disputas entre projetos de cidade, interesses econômicos e políticas públicas de proteção, questão comum à muitos outros contextos semelhantes no Brasil. A história recente do Centro Histórico de Cuiabá é marcada pela tensão permanente entre os ideais de modernização, advindos principalmente da dinâmica da urbanização em meados do século XX, fenômeno que atingiu diferentes cidades brasileiras; e a necessidade de preservação do patrimônio cultural. Nessa disputa, as políticas patrimoniais não são apenas instrumentos técnicos, mas ações que envolvem o Estado e diferentes agentes sociais, políticos e institucionais.

O Centro Histórico de Cuiabá é composto por um conjunto urbano que está localizado na área central da cidade e preserva traçados e edificações relacionados ao processo de ocupação iniciado no século XVIII, vinculado à mineração e à consolidação da exploração colonial na região. O sítio reúne tanto edificações associadas às elites locais quanto pequenas casas populares, evidenciando a diversidade social presente na constituição histórica da cidade e que permanece, até os dias atuais, presente na paisagem urbana.

A partir da década de 1960, Cuiabá passou por um intenso processo de modernização impulsionado pelas políticas nacionais de integração territorial, expansão da fronteira agrícola e fortalecimento do capitalismo no Centro-Oeste. Esse contexto resultou na substituição de edificações históricas, abertura de grandes avenidas, verticalização e profundas alterações na paisagem urbana. Para Freire (1997), a modernização representou uma ruptura na continuidade da cidade colonial, como parte das narrativas do "novo" e do progresso, em detrimento do entendimento do patrimônio edificado como relacionado ao velho e ao atraso, sendo a demolição da antiga Catedral do Bom Jesus, em 1968, como o principal símbolo desse processo.

Durante décadas, Cuiabá permaneceu fora das prioridades das políticas nacionais de preservação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Somente a partir das mudanças conceituais promovidas por Aloísio Magalhães, no final da década de 1970, passou-se a reconhecer a importância dos centros históricos como documentos da ocupação territorial brasileira, superando a valorização exclusiva da excepcionalidade arquitetônica (Guimarães, 2023).

Nesse contexto, as políticas patrimoniais municipais iniciadas na década de 1980, como a

criação da Comissão Municipal de Tombamento, os primeiros tombamentos municipais e a legislação de restrição às demolições, antecederam e fortaleceram o pedido de tombamento federal do Centro Histórico de Cuiabá. Nesse contexto, oscilaram os momentos de cooperação institucional e períodos de forte conflito político, questão que ainda hoje é perceptível.

O processo de tombamento do Centro Histórico de Cuiabá foi iniciado em 1985, mediante solicitação conjunta da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado de Mato Grosso, sendo concluído em 4 de novembro de 1992. O tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) contemplou o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá (CAUP), que, em 24 de março de 1993, foi inscrito nos Livros do Tombo Histórico, das Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (Programa Monumenta/IPHAN, 2005; IPDU, 2010).

O perímetro tombado possui aproximadamente 13,1 hectares, englobando cerca de 400 imóveis e compreende parte significativa do núcleo histórico da capital mato-grossense, reunindo ruas, edifícios e espaços urbanos que testemunham diferentes momentos da formação histórica, econômica e territorial de Cuiabá (Brasil, IPHAN e Programa Monumenta, 2005) (Figura 1).

A proposta de tombamento do conjunto amplia a noção de preservação de edificações isoladas e com foco no seu valor arquitetônico singular, para incluir outras dimensões que dizem respeito aos vários momentos de ocupação urbana na área, levando em consideração elementos geográficos e históricos como o traçado, a topografia, os espaços livres, os padrões de ocupação e a volumetria como elementos fundamentais da leitura da cidade e do espaço urbano.

Na ocasião dos estudos para o processo de tombamento, a defesa pela preservação do conjunto foi objeto de disputas, com importante atuação do IPHAN na mudança de narrativa, em especial, como contraponto aos discursos que consideravam que a região não possuía tanta relevância patrimonial e que o tombamento poderia ser um entrave para o “desenvolvimento”, num contexto de impulsionamento da verticalização da cidade, maior adensamento urbano, mudanças nos modais de deslocamento e importante pressão do mercado imobiliário, em consonância com alguns discursos políticos.

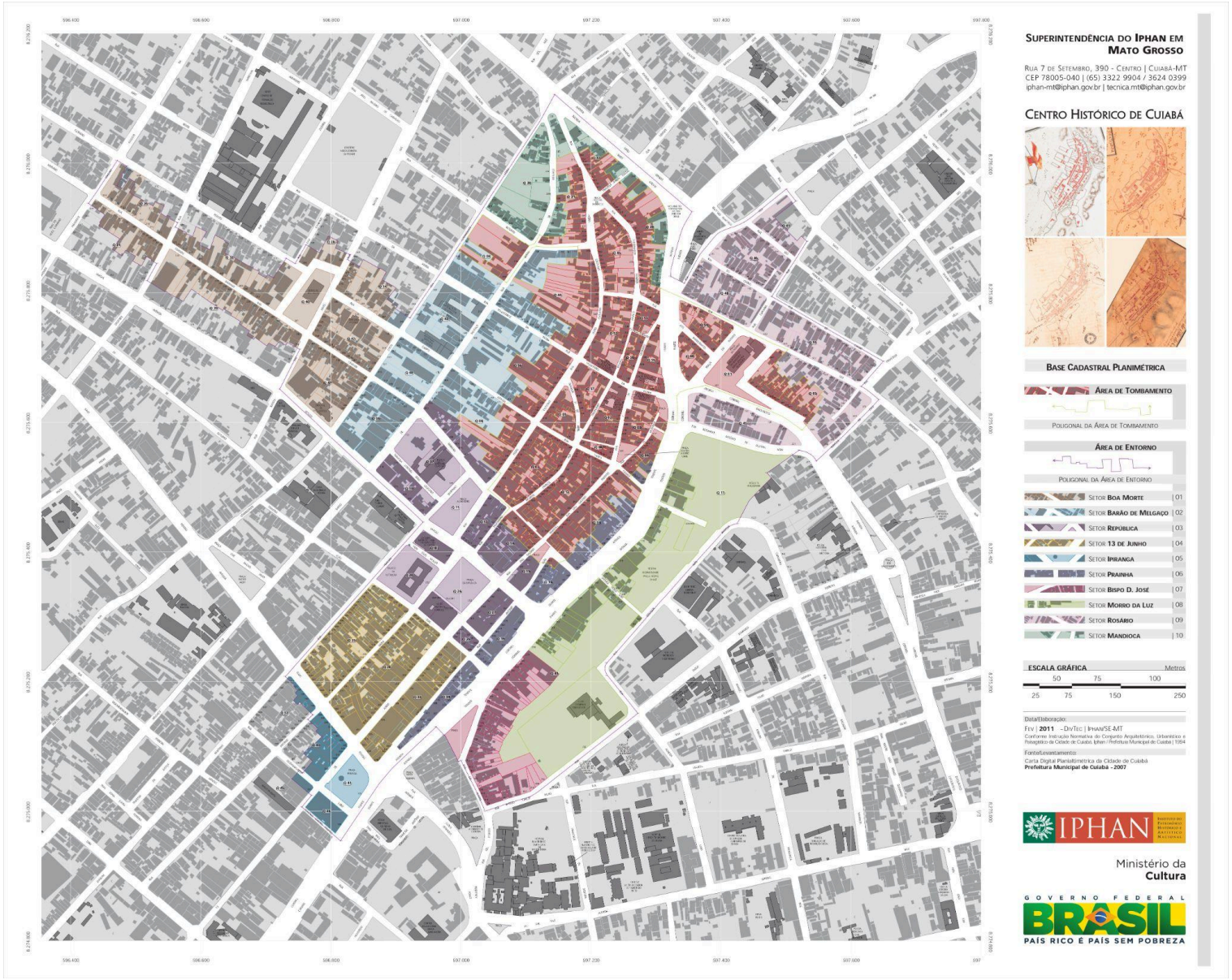


Figura 1 - área de tombamento e entorno do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Centro Histórico de Cuiabá

Fonte: IPHAN (2025)

Dois anos após o processo de homologação do tombamento do CAUP, o IPHAN, em parceria com a Prefeitura Municipal, publica em 1994 a Instrução Normativa como documento orientador do estado de conservação da área tombada, definindo ainda a divisão da área de entorno em dez setores distintos, cada um com diretrizes próprias, reconhecendo a diversidade morfológica e histórica existente no Centro Histórico.

A Instrução Normativa materializa os valores reconhecidos durante o processo de tombamento, estabelecendo diretrizes para preservação de elementos como: traçado urbano; topografia original; implantação das edificações; alinhamentos; volumetria; sistemas construtivos; materiais tradicionais; proporção entre áreas construídas e áreas livres; quintais e jardins históricos; espaços públicos e privados (Instrução Normativa do CAUP Cuiabá, 1992).

O documento também classifica tecnicamente as intervenções em manutenção, conservação, restauração e obras novas, estabelecendo critérios específicos para cada situação, permanecendo até hoje como o principal instrumento utilizado pelo IPHAN na análise de projetos, emissão de pareceres técnicos e fiscalização das intervenções realizadas na área tombada (Guimarães, 2023).

Passados cerca de 10 anos após a publicação da IN-94, o Programa Monumenta/IPHAN lança o documento “Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste” (2005), tendo como interesse subsidiar o trabalho da comissão especial que elaborou a Lista de Prioridades de Conservação do Programa.

De acordo com a ficha técnica do documento, na ocasião de avaliação da área do CAUP Cuiabá, o estado geral de conservação do sítio foi considerado bom em relação aos espaços públicos e edificações públicas, enquanto os imóveis particulares apresentam condições regulares e bastante heterogêneas. Os principais problemas identificados relacionam-se à falta de manutenção, presença de insetos xilófagos, fungos e riscos de incêndio. Apesar disso, o conjunto mantém vitalidade urbana significativa, concentrando atividades comerciais, serviços e usos institucionais tradicionais adaptados às dinâmicas contemporâneas.

A dinâmica urbana da área central de Cuiabá é marcada por fortes pressões de uso e transformação decorrentes do crescimento urbano concêntrico. Nas áreas externas ao perímetro tombado ocorreu intensa verticalização ao longo das últimas décadas, embora o sítio histórico e sua área de entorno tenham mantido gabaritos compatíveis com a preservação patrimonial. O

Programa Monumenta/IPHAN (2005) destaca ainda que, embora não existam vetores imediatos de desenvolvimento capazes de comprometer a integridade do sítio, persistem desafios relacionados ao controle de intervenções descaracterizadoras e à ausência de planejamento urbano específico para a área protegida.

No campo da gestão patrimonial, a ficha aponta que não há legislação municipal específica voltada ao conjunto tombado, embora exista atuação conjunta entre Prefeitura e IPHAN, além da existência de Plano Diretor e cartografia básica. A participação comunitária é considerada positiva, com apoio da população residente e atuação de organizações locais.

É nesse contexto que surge o projeto "Geografias do Cuidado e Cartografias Afetivas do Centro Histórico de Cuiabá - MT: Memória, Patrimônio e Conservação", apoiado pelo Edital FAPEMAT Nº. 03/2025 - Pesquisa Centro Histórico de Cuiabá. Dentro das ações do Projeto, o Núcleo de Patrimônio foi organizado para desenvolver as ações relacionadas ao patrimônio do CAUP, com foco na análise do estado de conservação dos bens que fazem parte da área tombada pelos instrumentos de preservação.

O intuito das ações do Núcleo foi pensar a preservação do CAUP – Cuiabá para além de um ato administrativo, compreendendo-a como um processo democrático de construção de memória, identidade e pertencimento. Assim, a reflexão sobre o patrimônio de Cuiabá revela que sua salvaguarda depende tanto de instrumentos técnicos e tecnológicos quanto de políticas urbanas inclusivas e de um diálogo contínuo entre Estado, pesquisadores e sociedade.

Para tanto, iniciaremos com uma descrição da história do Centro Histórico de Cuiabá, considerando sua estruturação urbana, os processos de ocupação e os significados atribuídos ao longo do tempo. Esse levantamento foi fundamental para construir um panorama do desenvolvimento da área e contribuir para contextualizar sua importância cultural e patrimonial.

Na sequência, apresentamos informações sobre as políticas patrimoniais na cidade, visando compreender como diferentes agentes estão ligados às ações de conservação e preservação do CAUP, bem como os desafios práticos nesse contexto.

Em seguida, apresentamos a construção realizada pelo projeto de uma metodologia de análise do estado de conservação das fachadas dos bens edificados que fazem parte do CAUP, com o intuito de colaborar com as ações de conservação, preservação e gestão do patrimônio do Centro Histórico. Foram consultadas diversas metodologias e instrumentos utilizados em diferentes contextos, além de diálogos diretos com representantes do IPHAN - MT, como parte

também do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a UFMT e IPHAN em 27 de janeiro de 2026 (Processo nº 01425.000264/2025-00). Tais documentos, além da experiência da equipe, possibilitaram a organização de uma metodologia inovadora e interdisciplinar, aliando objetividade e subjetividade, colaborando para os estudos patrimoniais não só no nosso contexto, mas também em outras realidades.

Entendemos que, para isso, foi preciso construir uma metodologia participativa para pensar sobre as políticas patrimoniais e como a percepção e subjetividades podem e devem ser incluídas para levantar informações relevantes sobre tal contexto, para além dos instrumentos técnicos. Assim, partindo de uma perspectiva interdisciplinar, desenvolvemos uma metodologia participativa capaz de contribuir para o debate e as políticas patrimoniais, ao incluir a dimensão do afeto, do cuidado e da percepção para compreender o tema.

Nesse sentido, as metodologias participativas surgem como caminhos essenciais para aproximar políticas de preservação das vivências reais da população. Reconhecer o Centro Histórico de Cuiabá como um território vivo — que se transforma, pulsa e se deixa afetar — implica considerar que o patrimônio só se realiza plenamente quando é experimentado, tocado, narrado e reinventado nas relações sociais. Para além de um documento normativo, ele é um campo simbólico e sensível, no qual moradores, comerciantes, visitantes e grupos culturais produzem espacialidades e imaginários que desafiam visões homogêneas de cidade.

Por fim, apresentamos os dados sistematizados acerca do estado de conservação das fachadas dos bens edificados inseridos na área tombada do CAUP, organizados especialmente por Bruna Santos e Silva, Everton Gomes, Marcia Alves, Natália Turi e Tamires Soares. Para tanto, os dados foram organizados na plataforma Google My Maps[1], que permite sua atualização constante e a apresentação das informações de forma georreferenciada, reunindo imagens, dados técnicos e outras informações sistematizadas a partir da metodologia proposta pelo Núcleo de Patrimônio do Projeto. A utilização da plataforma também contribui para ampliar a acessibilidade da pesquisa, ao possibilitar a consulta e a visualização dos dados de maneira mais dinâmica e integrada.

De modo complementar, os mesmos dados foram sistematizados por meio de cartografias de representação do estado de conservação, elaboradas com o objetivo de registrar graficamente,

[1] Salientamos que os dados sistematizados na plataforma estão abertos à constante atualização, seja por observações dos pesquisadores do projeto, seja por informações encaminhadas pela população local, no intuito de disponibilizar a plataforma como uma ferramenta participativa e aberta às revisões, dada à própria da dinâmica do lugar.

de maneira mais detalhada, as classificações e os danos identificados a partir da metodologia adotada. Essa forma de representação busca, inclusive, contribuir para o suprimento de lacunas existentes na documentação do estado de conservação dos bens. Comumente, os registros acerca do estado de conservação de fachadas tendem a apresentar uma classificação final, indicando sua condição geral. As cartografias produzidas nesta pesquisa, entretanto, permitem explicitar o percurso que conduz a essa classificação, registrando individualmente as condições de conservação dos diferentes elementos que conformam cada fachada. Dessa maneira, não se documenta apenas o resultado final do diagnóstico, mas também os aspectos que o constituem, produzindo um registro mais aprofundado capaz de favorecer a realização de estudos comparativos sobre o estado de conservação das fachadas.

Essa perspectiva representa um avanço no âmbito documental, uma vez que amplia a compreensão sobre o estado de conservação dos bens para além de uma classificação geral, possibilitando também análises a partir dos diferentes elementos, danos e condições identificados em cada fachada - uma abordagem que produz seu diagnóstico através do reconhecimento de camadas.

A sistematização dos dados em dois formatos, portanto, não se estabelece apenas como uma estratégia de apresentação/representação, mas como uma forma de complementaridade entre diferentes possibilidades de acesso, leitura e utilização das informações produzidas. Dessa forma, a utilização articulada dos dois formatos amplia as possibilidades de documentação e, ao mesmo tempo, permite que os dados produzidos pela pesquisa sejam mobilizados em diferentes campos de discussão, contribuindo para futuros debates, análises e reflexões acerca da conservação e preservação do CAUP.

Partimos da premissa que pensar o patrimônio em Cuiabá hoje significa mobilizar diálogos, escutas e práticas coletivas capazes de articular a dimensão técnica da preservação com a dimensão afetiva que sustenta o pertencimento e o cuidado com esse lugar.

De acordo com Groys (2023), as práticas de cuidado também envolvem o cuidado com as edificações e patrimônios: cuidamos de cemitérios, museus, bibliotecas, arquivos históricos, monumentos públicos e lugares de relevância histórica. Preservamos nossa identidade cultural, a memória histórica e os espaços urbanos tradicionais e os modos de vida.

Nesse sentido, a proposta aqui apresentada também quer contribuir para pensar cidades cuidadoras também dos seus patrimônios, deslocando o foco exclusivo da funcionalidade, da

infraestrutura e da lógica econômica para integrar, de modo estrutural, o bem-estar, a inclusão e a percepção das comunidades. Cidades cuidadoras são, portanto, aquelas que reconhecem sua responsabilidade coletiva diante das vulnerabilidades sociais, ambientais e econômicas, articulando governança, participação comunitária e justiça social (Castro, Nascimento e Libonati, 2024).

Assim, é possível compreender o patrimônio cultural como um campo privilegiado para pensar cidades cuidadoras. O patrimônio não é apenas um conjunto de bens materiais protegidos por instrumentos legais, mas parte do mundo que buscamos manter, preservar e reparar. Edifícios históricos, praças, ruas, paisagens e saberes tradicionais compõem essa teia complexa de relações que sustenta a vida urbana. Quando negligenciados, tornam-se expressão concreta do descuido urbano, manifestado na deterioração física, no abandono, na invisibilização de grupos sociais e na perda de referências culturais, algo presente no CAUP.

2. Contextualização histórica da formação e evolução urbana de Cuiabá

A cidade de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, localiza-se na Região Centro-Oeste do Brasil, ocupando posição estratégica no Centro Geodésico da América do Sul. Sua localização, em uma área de transição entre os biomas Cerrado, Amazônia e Pantanal, confere-lhe significativa diversidade ambiental, social e cultural, tornando-a importante polo político, econômico e cultural do estado.

A formação da cidade está diretamente relacionada ao processo de ocupação do interior do território brasileiro durante o período colonial. Segundo Romancini (2005), a história urbana de Cuiabá teve início em 1719, quando a expedição liderada por Pascoal Moreira Cabral, originalmente destinada à captura de indígenas, encontrou ouro nas margens do Rio Coxipó, dando origem ao Arraial da Forquilha, primeiro núcleo de ocupação da região.

Poucos anos depois, em outubro de 1722, um novo episódio alteraria definitivamente a dinâmica de ocupação do território. Conforme relatam Conte e Freire (2005, p. 23):

> Em outubro de 1722, dois indígenas que trabalhavam para Miguel Sutil saíram para buscar mel, mas acabaram encontrando grande quantidade de ouro no leito do Córrego da Prainha. Ainda naquele mesmo ano levantaram uma igreja coberta de palha sob a invocação do Senhor do Bom Jesus de Cuiabá, enquanto os negros construíram a Capela de São Benedito. Assim se deu a origem da atual cidade de Cuiabá.

A descoberta de ouro no Córrego da Prainha deslocou rapidamente o núcleo urbano para essa região, estabelecendo as bases da cidade que posteriormente se consolidaria como Centro Histórico de Cuiabá. Desde sua origem, o crescimento urbano ocorreu em estreita relação com a mineração, estruturando-se em torno das áreas de exploração aurífera, dos espaços religiosos e das atividades comerciais que davam suporte ao novo povoamento.

Em 1748 foi criada a Capitania de Mato Grosso, desmembrada da Capitania de São Paulo. Antônio Rolim de Moura foi nomeado primeiro Capitão-General, recebendo a missão de fundar uma nova capital às margens do Rio Guaporé. Em 19 de março de 1752 foi criada Vila Bela da Santíssima Trindade, que passou a exercer oficialmente a função de capital da Capitania. Entretanto, mesmo durante esse período, Cuiabá manteve relevante papel econômico e administrativo por constituir importante ponto de ligação entre a região mineradora e o sul da colônia portuguesa (Conte e Freire, 2005).

Segundo os autores, as dificuldades impostas pelas condições ambientais de Vila Bela fizeram com que, ainda no final do século XVIII, os órgãos administrativos retornassem gradativamente para Cuiabá. Esse processo consolidou-se em 1821 e foi oficialmente reconhecido em 1835, restituindo à cidade sua condição de centro político da província.

A retomada das funções administrativas estimulou as primeiras intervenções urbanas de maior porte. Entre elas destacam-se a canalização do Córrego da Prainha, realizada em 1836, e a implantação da iluminação pública nas principais ruas centrais, em 1839, utilizando óleo de mamona como combustível (Conte e Freire, 2005). Essas melhorias representaram importantes investimentos na infraestrutura urbana, reforçando o papel do núcleo central como principal espaço administrativo, comercial e de convivência da cidade.

Ao longo do século XIX, Cuiabá apresentou crescimento relativamente lento, porém contínuo. A expansão urbana ocorreu principalmente em direção ao Porto Geral, importante ponto de conexão fluvial responsável pela entrada e saída de mercadorias, pessoas e informações. Esse processo aproximou progressivamente o porto do núcleo original, fortalecendo as atividades comerciais e consolidando o centro como principal área de circulação da cidade.

O primeiro Censo Demográfico Nacional, realizado em 1872, registrou uma população urbana de 16.212 habitantes, número superior ao observado na cidade de São Paulo naquele mesmo período (Conte e Freire, 2005). Embora distante dos grandes centros econômicos do país, Cuiabá desempenhava relevante função regional, articulando atividades administrativas,

comerciais e políticas em Mato Grosso.

Segundo Romancini (2005), a organização espacial da cidade foi fortemente condicionada pelo Córrego da Prainha, que estruturou os primeiros caminhos urbanos e favoreceu a ocupação dos morros adjacentes. Nessa configuração destacam-se importantes equipamentos urbanos e religiosos, como a Igreja do Bom Despacho, cuja arquitetura neogótica se tornou um dos marcos da paisagem cuiabana. Nas proximidades do rio Cuiabá, a ligação entre a Avenida da Prainha e a Avenida XV de Novembro consolidou o acesso ao Porto Geral, espaço que durante décadas concentrou intensa atividade econômica e comercial, funcionando como principal elo entre Cuiabá e outras regiões do país por meio da navegação fluvial.

O Centro de Cuiabá consolidou-se, assim, como núcleo estruturador da vida urbana. Entre os séculos XVIII e XIX concentrou residências, equipamentos públicos, templos religiosos, estabelecimentos comerciais e espaços de sociabilidade que constituem, ainda hoje, importante patrimônio histórico, arquitetônico e cultural da cidade. Sua configuração urbana expressa diferentes momentos da ocupação do território mato-grossense, reunindo edificações que testemunham os processos históricos de formação da capital.

Na primeira metade do século XX, esse processo de crescimento ocorreu de maneira relativamente gradual. Conforme observa Lemos (1987), as cidades brasileiras ainda preservavam forte centralidade de seus núcleos históricos, onde permaneciam concentradas as atividades administrativas, comerciais e residenciais. Em Cuiabá, essa dinâmica permitiu que boa parte das características urbanas herdadas do período colonial permanecesse relativamente preservada até meados da década de 1950.

Entretanto, a considerável permanência dessas características não significava ausência de transformações. A incorporação gradual de novos estilos arquitetônicos, melhorias na infraestrutura urbana e adaptações funcionais às necessidades da população evidenciavam um processo contínuo de evolução da cidade. Ainda assim, essas mudanças ocorriam de forma relativamente compatível com a estrutura urbana existente, preservando o traçado original, a escala das edificações e a identidade construída ao longo dos séculos anteriores.

Essa relativa estabilidade urbana seria profundamente alterada a partir da segunda metade do século XX. As políticas nacionais de desenvolvimento, a interiorização da economia brasileira, a construção de Brasília e os intensos fluxos migratórios para o Centro-Oeste inauguraram uma nova etapa na história de Cuiabá, marcada pela aceleração da expansão urbana,

pela verticalização da cidade e por profundas transformações na paisagem do Centro Histórico, temas que serão abordados na seção seguinte.

2.1 Modernização, expansão urbana e os impactos sobre o Centro Histórico de Cuiabá

A partir da segunda metade do século XX, especialmente a partir da década de 1960, Cuiabá passou por profundas transformações em sua estrutura urbana. O processo de modernização da cidade esteve diretamente relacionado às políticas nacionais de integração territorial, à construção de Brasília e à expansão das fronteiras agrícolas para a região Centro-Oeste. Essas mudanças alteraram significativamente a dinâmica de crescimento da capital mato-grossense, que deixou de apresentar um desenvolvimento gradual para experimentar uma rápida expansão territorial e demográfica.

A construção de Brasília, em 1960, representou um marco para a ocupação do Centro-Oeste brasileiro. A nova capital federal impulsionou investimentos em infraestrutura, ampliou a integração rodoviária e fortaleceu políticas de desenvolvimento regional que favoreceram o crescimento de Cuiabá. Nesse contexto, a cidade passou a receber intensos fluxos migratórios provenientes de diversas regiões do país, especialmente das regiões Sul e Sudeste, atraídos pelas oportunidades econômicas relacionadas à expansão da agropecuária, da administração pública e dos serviços

Esse processo refletiu diretamente na configuração espacial da cidade. A partir da década de 1970, novos vetores de crescimento passaram a direcionar a ocupação urbana para áreas mais distantes do núcleo histórico. Destacam-se, nesse contexto, a implantação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e do Centro Político Administrativo (CPA) contribuíram para deslocar parte das funções administrativas, educacionais e de serviços para novas áreas da cidade, reduzindo progressivamente a centralidade exercida pelo Centro Histórico (Borges, 2013).

Cuiabá passou por um intenso processo de verticalização e expansão imobiliária. A construção do Edifício Maria Joaquina, considerado o primeiro edifício vertical da cidade, simbolizou o início de uma nova fase da produção do espaço urbano, marcada pela valorização de novos bairros e pela consolidação de condomínios horizontais e verticais. Conforme observa Lemos (1987), esse movimento esteve alinhado ao modelo de urbanização adotado em diversas cidades brasileiras, caracterizado pela expansão territorial em detrimento da valorização dos

centros históricos.

Como consequência, ocorreu uma redefinição dos usos do solo urbano. O Centro Histórico, que durante mais de dois séculos concentrou funções residenciais, comerciais, administrativas e culturais, passou gradativamente a perder moradores e investimentos privados. Novas centralidades urbanas foram sendo consolidadas enquanto o núcleo original experimentava um processo de esvaziamento residencial, envelhecimento das edificações e redução de sua importância econômica.

Nas décadas seguintes, esse processo foi intensificado em razão do crescimento populacional acelerado do município. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população urbana de Cuiabá passou de 100.860 habitantes em 1970 para aproximadamente 650.912 habitantes em 2022, demonstrando a magnitude da expansão urbana ocorrida nas últimas décadas. Esse crescimento foi acompanhado pela ampliação da malha urbana, pela valorização imobiliária de novas áreas e pelo aumento da pressão sobre a infraestrutura da cidade.

Ao mesmo tempo em que a cidade se expandia, o Centro Histórico passou a enfrentar desafios relacionados à preservação de seu patrimônio arquitetônico e urbanístico. Os casarões construídos entre os séculos XVIII e XIX, que testemunham a formação histórica de Cuiabá, passaram a sofrer processos de abandono, descaracterização e, em alguns casos, demolição. Conforme destaca Choay (2001), a memória urbana encontra-se constantemente tensionada pelos processos de modernização, nos quais o patrimônio histórico frequentemente é percebido como obstáculo ao desenvolvimento econômico. Essa interpretação também é compartilhada por Fonseca (2005), ao afirmar que a preservação do patrimônio cultural ocorre em permanente conflito entre interesses econômicos, políticas públicas e a valorização da memória coletiva.

Essas tensões tornaram-se ainda mais evidentes no início do século XXI. A escolha de Cuiabá como uma das cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de 2014 desencadeou uma série de investimentos em infraestrutura urbana. A cidade transformou-se em um grande canteiro de obras, com intervenções voltadas principalmente para a mobilidade urbana, requalificação viária e construção de equipamentos públicos. Entre essas intervenções destacava-se o projeto do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), cujo traçado previa a passagem pela região do Centro Histórico.

Embora tais investimentos buscassem promover o desenvolvimento urbano e melhorar a

mobilidade da população, também despertaram preocupações quanto aos impactos sobre a área tombada. A possibilidade de intervenções em um dos principais conjuntos históricos da cidade reacendeu o debate sobre a compatibilização entre desenvolvimento urbano e preservação patrimonial, evidenciando novamente os conflitos entre crescimento econômico e conservação da memória urbana.

Paralelamente, políticas públicas voltadas especificamente à preservação do patrimônio passaram a ganhar maior importância. Destaca-se o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC Cidades Históricas), lançado em 2013, que destinou recursos para recuperação de bens culturais em diversas cidades brasileiras. Segundo o IPHAN (2020), o programa buscou integrar investimentos em restauração arquitetônica, infraestrutura urbana e valorização dos centros históricos, contando com a atuação conjunta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dos governos estaduais e das administrações municipais.

Apesar dessas iniciativas, os desafios para a preservação do Centro Histórico permanecem significativos. O crescimento da cidade não foi acompanhado por políticas permanentes de ocupação residencial, incentivo à conservação dos imóveis históricos e fortalecimento dos usos cotidianos da área central. Como resultado, observa-se a permanência de imóveis desocupados, edificações degradadas e crescente substituição das funções tradicionais do centro por atividades comerciais temporárias.

Nesse contexto, a preservação do Centro Histórico ultrapassa a essencial conservação das edificações. Trata-se da proteção de um conjunto de referências materiais e imateriais que expressam a memória, a identidade e os modos de vida construídos ao longo de mais de três séculos de formação urbana. Conforme ressaltam Conte e Freire (2005), preservar esses espaços significa garantir às futuras gerações a possibilidade de compreender o processo histórico de formação da cidade, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a valorização da identidade cultural cuiabana

Assim, o processo de modernização de Cuiabá evidencia uma das principais questões enfrentadas pelas cidades históricas brasileiras: a necessidade de conciliar crescimento urbano, desenvolvimento econômico e preservação do patrimônio cultural. Compreender essa trajetória é fundamental para subsidiar políticas públicas capazes de integrar planejamento urbano, conservação do patrimônio e valorização da memória coletiva, reconhecendo o Centro Histórico

não apenas como testemunho do passado, mas como parte ativa da vida contemporânea da cidade.

3. O tombamento como instrumento de preservação

A preservação do patrimônio cultural brasileiro está fundamentada em um conjunto de instrumentos jurídicos e administrativos que buscam garantir a proteção de bens considerados relevantes para a memória, a identidade e a história da sociedade. Entre esses instrumentos, o tombamento constitui o principal mecanismo de proteção do patrimônio cultural material, sendo regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, posteriormente complementado pelo Decreto-Lei nº 3.866, de 1941, pela Lei nº 6.292, de 1975, e pelos dispositivos incorporados à Constituição Federal de 1988. Trata-se de um ato administrativo por meio do qual o poder público reconhece o valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico, paisagístico ou cultural de determinado bem, assegurando sua preservação mediante restrições legais que impedem sua descaracterização, destruição ou demolição.

Para além de procedimento jurídico, o tombamento representa uma política pública de preservação que reconhece determinados bens como portadores de valores coletivos. Nesse sentido, o patrimônio deixa de ser compreendido apenas como propriedade privada e passa a assumir uma função social, relacionada à preservação da memória e da identidade cultural. A Constituição Federal de 1988 amplia essa compreensão ao estabelecer, em seu artigo 216, que o patrimônio cultural brasileiro compreende bens de natureza material e imaterial portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Dessa forma, a proteção patrimonial passa a incorporar não apenas edifícios e monumentos, mas também práticas culturais, saberes, modos de fazer e manifestações que expressam a diversidade cultural do país.

Embora a política patrimonial brasileira tenha sido institucionalizada em 1937, sua concepção sofreu importantes transformações ao longo das décadas. Inicialmente, predominava uma visão centrada na excepcionalidade arquitetônica e artística dos bens, privilegiando edificações monumentais e exemplares considerados representativos da história nacional. A partir da Constituição de 1988 e, posteriormente, com a promulgação do Decreto nº 3.551, de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do

Patrimônio Imaterial (PNPI), o conceito de patrimônio tornou-se mais abrangente, incorporando dimensões simbólicas, culturais e sociais antes pouco contempladas pelas políticas de preservação.

Essa ampliação conceitual também repercutiu na compreensão dos centros históricos brasileiros. Conforme destaca Silgueiro (s.d.), o patrimônio urbano não pode ser reduzido ao valor individual de suas edificações, devendo ser compreendido como um conjunto integrado no qual ruas, praças, paisagem, topografia, sistemas construtivos e formas de ocupação constituem um documento histórico da formação das cidades. No caso do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá (CAUP), tombado por meio do Processo nº 1180-T-85, o valor patrimonial decorre justamente da relação estabelecida entre as edificações, o traçado urbano, os espaços públicos e a paisagem construída ao longo dos séculos XVIII e XIX, e não apenas de imóveis considerados isoladamente relevantes.

Essa compreensão aproxima-se da perspectiva defendida por Guimarães e Moura (2023), ao demonstrarem que as políticas patrimoniais em Mato Grosso passaram, gradativamente, a reconhecer a importância da leitura integrada do território e da diversidade cultural. Os autores observam, entretanto, que esse processo ocorreu de forma desigual, privilegiando por muito tempo bens associados às narrativas oficiais de ocupação territorial e aos chamados "fatos memoráveis da história". Como consequência, grupos indígenas, quilombolas e populações tradicionais permaneceram sub-representados nas políticas de proteção, evidenciando que o patrimônio é também resultado de escolhas políticas e culturais sobre aquilo que deve ou não ser preservado.

No contexto cuiabano, a discussão sobre o tombamento assume particular relevância devido ao papel desempenhado pelo Centro Histórico na formação da cidade. Segundo Conte e Freire (2005), as primeiras iniciativas voltadas à proteção do conjunto urbano tiveram início ainda na década de 1980, quando foi instalado, em 1984, o Escritório Técnico do SPHAN/Pró-Memória em Cuiabá.

A criação desse escritório marcou o início dos levantamentos técnicos e cadastrais que subsidiaram o processo de tombamento da área central. Em 1985 foi instituído o tombamento provisório em âmbito municipal, abrangendo parte do Centro Histórico e da região do Porto, posteriormente renovado em 1986. Em nível federal, o tombamento provisório ocorreu em 1987, sendo aprovado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em 1988 e homologado

definitivamente pelo Ministério da Cultura em 1992. Esse processo consolidou juridicamente a proteção do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Cuiabá, reconhecendo sua importância para a história da ocupação do território brasileiro.

A efetivação do tombamento representou um importante avanço para a preservação do patrimônio histórico cuiabano, ao estabelecer mecanismos legais capazes de controlar intervenções e orientar futuras ações de conservação. Entretanto, como observam diversos autores, a proteção jurídica, por si só, não garante a conservação efetiva dos bens patrimoniais. O reconhecimento institucional precisa ser acompanhado por políticas públicas permanentes de gestão, fiscalização, financiamento e educação patrimonial, capazes de envolver diferentes atores sociais na valorização do patrimônio. Nesse sentido, Motta (2000) chama atenção para os riscos da instrumentalização econômica do patrimônio cultural, advertindo que, quando subordinado exclusivamente às estratégias de valorização imobiliária ou turística, ele perde sua função social como fonte de conhecimento e de fortalecimento da cidadania.

Sob essa perspectiva, o tombamento deve ser compreendido como o ponto de partida, e não como a etapa final das políticas de preservação. Sua efetividade depende da articulação entre instrumentos legais, planejamento urbano, incentivos à conservação, participação social e valorização dos usos cotidianos do patrimônio. No caso do Centro Histórico de Cuiabá, o tombamento garantiu o reconhecimento institucional de um conjunto urbano singular, mas os desafios relacionados à sua conservação evidenciam que a proteção do patrimônio exige ações contínuas e integradas, capazes de conciliar preservação, desenvolvimento urbano e qualidade de vida para a população que vivencia esse espaço.

3.1 A construção das políticas patrimoniais em Cuiabá

A construção das políticas patrimoniais em Cuiabá está diretamente relacionada às transformações ocorridas no entendimento do patrimônio cultural no Brasil ao longo das últimas décadas do século XX. Se, em um primeiro momento, as políticas nacionais de preservação concentravam-se na proteção de monumentos considerados excepcionais, posteriormente passaram a incorporar a compreensão dos centros históricos como conjuntos urbanos portadores de valores históricos, culturais, paisagísticos e sociais. Nesse contexto, a proteção do Centro Histórico de Cuiabá insere-se em um movimento mais amplo de reconhecimento das cidades

históricas brasileiras como testemunhos dos processos de ocupação e formação do território nacional.

As primeiras iniciativas voltadas à preservação do Centro Histórico ocorreram na década de 1980. Segundo Conte e Freire (2005), presença do SPHAN/Pró-Memória em Cuiabá representou o início de uma atuação mais sistemática na identificação, documentação e proteção do patrimônio edificado da cidade. Em paralelo, Divisão de Cultura da Prefeitura Municipal iniciou o levantamento cadastral dos imóveis localizados na área central, produzindo informações fundamentais para subsidiar o processo de tombamento.

Essas ações demonstram que o reconhecimento do patrimônio cuiabano foi resultado de uma construção institucional envolvendo diferentes esferas do poder público. A atuação conjunta entre o SPHAN, a Prefeitura Municipal e, posteriormente, o IPHAN possibilitou a elaboração de estudos técnicos que identificaram os valores históricos, arquitetônicos e urbanísticos presentes no conjunto urbano. Em decorrência desse trabalho, ao final de 1985 foi instituído o tombamento provisório, em âmbito municipal, de uma área localizada no Centro Histórico e outra situada na região do Porto. A medida possuía validade inicial de um ano, sendo renovada em 1986, enquanto avançavam os estudos destinados ao reconhecimento em nível federal (Conte e Freire, 2005).

O processo de tombamento federal consolidou-se em etapas sucessivas. Em 1º de outubro de 1987, o Centro Histórico foi inscrito provisoriamente em âmbito federal, abrangendo praticamente a mesma área delimitada pelo município. A região do Porto, entretanto, permaneceu excluída em razão de questões técnicas relacionadas aos estudos desenvolvidos naquele momento. Posteriormente, em 19 de agosto de 1988, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural aprovou, por unanimidade, o tombamento do Centro Histórico de Cuiabá, reconhecendo a importância da preservação do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico formado entre os séculos XVIII e XX. A homologação definitiva ocorreu em 4 de novembro de 1992, por ato do Ministério da Cultura, consolidando juridicamente a proteção da área (Conte e Freire, 2005).

A política de preservação adotada em Cuiabá apresenta uma característica relevante quando comparada às primeiras ações do patrimônio nacional: o reconhecimento do conjunto urbano como objeto de proteção. Conforme observa Silgueiro (s.d.), o tombamento da ideia de Conjunto trouxe uma perspectiva que supera a proteção individual dos monumentos para reconhecer o conjunto urbano como documento histórico da formação da cidade.

Essa concepção foi posteriormente incorporada às diretrizes de gestão da área tombada. Em 1994, foi publicada a Instrução Normativa do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá (IN-CAUP), documento que passou a orientar as intervenções realizadas no sítio histórico. Conforme destacam Azevedo e Guedes (2019), a normativa estabelece critérios relativos ao gabarito das edificações, volumetria, materiais construtivos, cores, alinhamentos, relação entre o traçado urbano e a topografia, além da preservação da integridade visual da paisagem histórica. A preocupação deixa de se restringir à conservação de edificações isoladas e passa a considerar a unidade do conjunto urbano como principal elemento de preservação.

Em paralelo ao fortalecimento das políticas federais, Mato Grosso passou a estruturar seus próprios instrumentos de preservação. A criação da Fundação Cultural de Mato Grosso, em 1975, representou um importante avanço institucional ao estabelecer políticas voltadas ao patrimônio cultural em âmbito estadual. Posteriormente, em 2007, o Governo do Estado também formalizou o tombamento da área, incluindo a região do Porto, ampliando os mecanismos de proteção sobre o conjunto histórico da capital. Esse processo demonstra que a política patrimonial cuiabana passou a ser construída de forma articulada entre diferentes escalas de governo, envolvendo União, Estado e Município.

Entretanto, a consolidação do aparato legal não foi suficiente para garantir a preservação efetiva do Centro Histórico. Conforme demonstram Novack, Silva Nobre e Clemente (2019), os processos de modernização urbana e a adoção de padrões estéticos voltados ao mercado produziram sucessivas descaracterizações da paisagem histórica, muitas vezes incompatíveis com os princípios estabelecidos pelas políticas de preservação. Guimarães e Moura (2023) acrescentam que, historicamente, a política patrimonial mato-grossense privilegiou bens relacionados às narrativas oficiais de ocupação do território, mantendo reduzida representatividade de grupos indígenas, quilombolas e populações tradicionais. Além disso, os autores identificam fragilidades na documentação técnica dos bens protegidos, frequentemente limitada à dimensão histórica, com pouca atenção aos aspectos construtivos, materiais e sociais que também constituem o patrimônio.

Outro aspecto apontado por Guimarães e Moura (2023) refere-se à ausência de atualização sistemática dos inventários patrimoniais e à escassez de informações técnicas que subsidiem a tomada de decisões pelos órgãos gestores. Essa limitação compromete tanto o acompanhamento das intervenções quanto a formulação de políticas públicas mais eficientes para

conservação do patrimônio. Nesse sentido, percebe-se que a construção das políticas patrimoniais em Cuiabá representa um processo contínuo, marcado por importantes avanços institucionais, mas também por desafios relacionados à gestão, à integração entre os diferentes níveis de governo e à incorporação de abordagens que reconheçam a complexidade histórica, social e cultural do Centro Histórico.

Sob essa perspectiva, a política patrimonial não pode ser compreendida apenas como um conjunto de normas destinadas a restringir intervenções sobre os imóveis tombados. Trata-se de um processo permanente de gestão do patrimônio cultural, que envolve produção de conhecimento, planejamento urbano, participação social e valorização dos diferentes significados atribuídos ao Centro Histórico. A proteção legal conquistada ao longo das últimas décadas constituiu um passo fundamental para a preservação do patrimônio cuiabano, mas sua efetividade depende da capacidade de articular instrumentos normativos, ações de conservação e políticas públicas capazes de integrar o patrimônio à dinâmica contemporânea da cidade.

3.2 A ampliação do conceito de patrimônio: do material ao imaterial

A compreensão do patrimônio cultural no Brasil passou por importantes transformações ao longo das últimas décadas, acompanhando mudanças conceituais nas políticas de preservação em âmbito nacional e internacional. Durante boa parte do século XX, predominou uma concepção centrada na materialidade dos bens culturais, priorizando a proteção de monumentos, edificações e conjuntos arquitetônicos considerados representativos da história nacional. Nessa perspectiva, o patrimônio era compreendido principalmente por seus atributos históricos, artísticos e arquitetônicos, sendo o tombamento o principal instrumento de proteção. Entretanto, a ampliação do debate sobre cultura e identidade levou à incorporação de novas dimensões do patrimônio, reconhecendo que a memória coletiva também se expressa por meio de saberes, práticas sociais, manifestações culturais e formas de apropriação do território.

Essa mudança tornou-se mais evidente com a Constituição Federal de 1988, que ampliou o conceito de patrimônio cultural ao reconhecer bens de natureza material e imaterial portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Posteriormente, o Decreto nº 3.551, de 2000, instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e consolidou o

Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), incorporando oficialmente às políticas de preservação expressões culturais, modos de fazer, celebrações, saberes e outras práticas que constituem a diversidade cultural brasileira. Com isso, a preservação deixou de se restringir à conservação física dos bens para incorporar dimensões simbólicas, sociais e afetivas que também estruturam a memória coletiva.

No caso de Cuiabá, essa ampliação conceitual revela-se particularmente importante, pois o Centro Histórico constitui um território em que diferentes temporalidades, práticas culturais e experiências cotidianas se sobrepõem. A região não representa apenas um conjunto de edificações antigas, mas um espaço de produção de memória, identidade e pertencimento, onde as relações entre sociedade e cidade foram/são construídas ao longo de mais de três séculos.

Pesquisas desenvolvidas nos últimos anos evidenciam essa diversidade de abordagens. Garcia (2022) analisa a contribuição do Centro Histórico para a construção da memória e da identidade urbana; Passos e Bordest (2009) discutem o patrimônio imaterial associado às práticas culturais cuiabanas; Romancini e Bordest (2006) abordam os desafios da preservação; Nascimento (2023) destaca a relevância das práticas artísticas na produção do espaço urbano; e Elias (2012) analisa o patrimônio edificado como elemento estruturador da paisagem histórica. Esses estudos demonstram que a compreensão do patrimônio exige uma leitura integrada entre os aspectos materiais e imateriais que caracterizam o Centro Histórico.

Essa perspectiva também é defendida por Silgueiro (s.d.), ao afirmar que o Conjunto constitui um documento histórico que expressa o cotidiano de diferentes épocas e testemunha os processos de formação da cidade. Assim, sua preservação depende da manutenção das relações espaciais que conferem unidade ao conjunto, incluindo características como o alinhamento das edificações, os sistemas construtivos em adobe e taipa, a composição das fachadas e a organização das ruas e dos lotes.

Ao ampliar essa interpretação, a autora propõe compreender o patrimônio como uma experiência vivida, e não apenas observada. Segundo a autora, o Centro Histórico deve ser percebido por meio das múltiplas relações estabelecidas entre seus elementos materiais e as experiências cotidianas de seus usuários. Trata-se de um espaço de interação, memória e produção de sentidos, cuja heterogeneidade constitui um de seus principais valores patrimoniais. Essa leitura aproxima-se de abordagens contemporâneas que compreendem o patrimônio como construção social e processo permanente de atribuição de significados, ultrapassando os limites

da conservação física das edificações.

Entretanto, Guimarães e Moura (2023) observam que a ampliação conceitual das políticas patrimoniais ainda convive com importantes limitações. Segundo os autores, apesar da incorporação da dimensão imaterial às políticas públicas, permanece a predominância de bens vinculados às narrativas oficiais da história e da ocupação territorial, resultando em baixa representatividade de grupos indígenas, quilombolas e populações tradicionais nos processos de patrimonialização. Além disso, os pareceres técnicos frequentemente concentram-se na descrição histórica dos bens, dedicando menor atenção às dimensões sociais, culturais e construtivas que também compõem seu valor patrimonial. Essa constatação evidencia que a ampliação do conceito de patrimônio ainda não foi plenamente incorporada às práticas institucionais de gestão e preservação.

No contexto do Centro Histórico de Cuiabá, essa discussão adquire especial relevância ao considerar que sua preservação depende não apenas da conservação das edificações, mas também da manutenção dos vínculos entre o patrimônio e a vida urbana. O Córrego da Prainha, as igrejas históricas, as ruas de Cima, do Meio e de Baixo, os quintais, os antigos sistemas de abastecimento de água e as práticas sociais desenvolvidas nesses espaços constituem elementos indissociáveis da formação da cidade. Conforme destaca Silgueiro (s.d.), o patrimônio deve ser compreendido em toda a sua heterogeneidade, reconhecendo que seu valor reside justamente nas múltiplas camadas históricas, espaciais, culturais e afetivas que compõem a experiência do lugar.

Brito-Henriques (2026) tece críticas às definições de paisagem cultural, reforçadas pela definição da UNESCO a partir de 1992 e com importante caráter eurocêntrico, que concentra a ideia de paisagens consideradas excepcionais, ameaçadas ou portadoras de “valor universal excepcional”, sendo reconhecida como patrimônio quando apresenta singularidade e relevância universal.

Com essa perspectiva, o teórico também afirma sobre o descompasso entre a visão técnica e acadêmica do patrimônio e a experiência cotidiana das populações locais. Enquanto especialistas tendem a enxergar determinados espaços como monumentos ou patrimônios a serem preservados, os habitantes os percebem como lugares vivos de práticas sociais, desejos e necessidades cotidianas. Essa diferença produz tensões nas políticas de conservação e gestão, sobretudo porque as comunidades precisam continuar vivendo, trabalhando e transformando essas paisagens. Assim, o desafio contemporâneo não seria apenas preservar, mas gerir a

mudança.

É relevante considerar sobre paisagens indesejadas que também deveriam integrar as reflexões patrimoniais, pois revelam formas contemporâneas de herança territorial e ambiental. Essa questão fica presente no contexto do Centro Histórico de Cuiabá, onde a aversão aos indesejáveis, o que inclui especialmente as pessoas em situação de rua e de drogadição, por vezes, são utilizadas como justificativa para o abandono e o descuidado.

Nesse contexto, também é preciso a valorização das paisagens ordinárias, ou seja, paisagens do cotidiano que não possuem necessariamente valor universal excepcional, mas que possuem forte importância identitária para comunidades locais, sendo foco principal o ordenamento territorial e a melhoria da qualidade de vida das populações (Brito-Henriques, 2026).

Essa compreensão colabora para pensar os desafios das políticas de preservação. Para além de conservar fachadas ou controlar intervenções arquitetônicas, torna-se necessário desenvolver estratégias capazes de integrar patrimônio, planejamento urbano e participação social. Nesse sentido, o patrimônio cultural deixa de ser entendido como um conjunto estático de objetos a serem protegidos e passa a constituir um processo dinâmico de construção da memória coletiva, no qual os significados atribuídos aos lugares são continuamente produzidos e ressignificados pela sociedade. Para o Centro Histórico de Cuiabá, essa perspectiva reforça a necessidade de políticas patrimoniais que reconheçam simultaneamente seus valores históricos, arquitetônicos, paisagísticos, culturais, sociais e afetivos, compreendendo a preservação como parte integrante da vida contemporânea da cidade.

3.3 Os limites das políticas patrimoniais em Cuiabá

Apesar dos avanços institucionais alcançados nas últimas décadas, a consolidação de um arcabouço legal voltado à preservação do patrimônio cultural não foi suficiente para assegurar a conservação efetiva do Centro Histórico de Cuiabá. A existência de instrumentos como o tombamento federal, a Instrução Normativa do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá (IN-CAUP), a criação da Zona de Interesse Histórico (ZIH) e as legislações estaduais e municipais representa um importante marco na política patrimonial, porém a implementação dessas diretrizes tem encontrado obstáculos relacionados à

descontinuidade das políticas públicas, à fragilidade institucional e às transformações urbanas ocorridas nas últimas décadas.

Segundo Azevedo e Guedes (2019), a descaracterização do Centro Histórico resulta da combinação entre processos de expansão urbana, mudanças na dinâmica econômica e intervenções realizadas sem a devida integração entre planejamento urbano e preservação patrimonial. As autoras observam que, desde a década de 1950, os discursos associados ao progresso e à modernização favoreceram transformações que alteraram significativamente a paisagem histórica de Cuiabá. Entre essas mudanças destacam-se a abertura da Avenida da Prainha, que fragmentou espacialmente o núcleo antigo e rompeu a continuidade entre o Centro Tombado e a região do Morro da Luz, além da implantação de infraestrutura urbana, mobiliário, publicidade e redes aéreas que comprometeram a leitura visual do conjunto arquitetônico.

Essas transformações evidenciam que a preservação do patrimônio urbano não depende exclusivamente da conservação das edificações, mas também da manutenção da paisagem e das relações espaciais que conferem identidade ao conjunto. Nesse sentido, embora a Instrução Normativa de 1994 tenha estabelecido critérios relativos ao gabarito, à volumetria, aos materiais construtivos e à preservação das fachadas, sua aplicação prática tem enfrentado dificuldades decorrentes tanto da complexidade do tecido urbano quanto da ausência de políticas integradas de gestão territorial. A preservação da paisagem histórica exige intervenções articuladas entre diferentes setores da administração pública, condição que nem sempre se concretiza na gestão do Centro Histórico.

Outro aspecto relevante refere-se às limitações identificadas por Guimarães (2023) na implementação da própria Instrução Normativa. A autora demonstra que algumas exigências normativas, ao buscarem garantir a unidade estética do conjunto, acabaram estimulando soluções cenográficas, nas quais novas edificações reproduzem elementos da arquitetura colonial sem correspondência com sua autenticidade histórica. Entre os principais problemas observados destacam-se a obrigatoriedade do uso de telhas cerâmicas coloniais em tipologias incompatíveis, a fragmentação das fachadas em função da divisão dos imóveis por diferentes usos comerciais, a perda da leitura das edificações originais e as dificuldades de adaptação dos imóveis às demandas funcionais contemporâneas. Em vez de favorecer a preservação da autenticidade, determinadas intervenções passaram a produzir uma imagem idealizada do patrimônio, baseada mais na reprodução estética do passado do que na conservação de seus atributos históricos.

Guimarães (2023) também chama a atenção para as limitações institucionais que condicionam a efetividade das políticas patrimoniais. Segundo a autora, a atuação do IPHAN permanece fortemente associada, perante grande parte da população, às atividades de fiscalização e aplicação de sanções. Essa percepção contribui para um distanciamento entre a instituição e a sociedade, dificultando a construção de processos participativos de preservação. Além disso, a autora destaca que a degradação do Centro Histórico não decorre apenas da ausência de fiscalização, mas está relacionada a processos urbanos mais amplos, como o esvaziamento habitacional, a especulação imobiliária, a descontinuidade das políticas públicas, a ausência de planejamento permanente e a priorização de intervenções voltadas ao turismo em detrimento dos usos cotidianos da área central.

Essa análise converge com as reflexões de Motta (2000), que critica a crescente apropriação do patrimônio como instrumento de valorização econômica e marketing urbano. Para a autora, quando o patrimônio passa a ser tratado prioritariamente como recurso para atrair investimentos ou qualificar a imagem das cidades, sua dimensão cultural tende a ser subordinada aos interesses do mercado imobiliário e da especulação urbana. Como afirma, "ao invés de o poder público cumprir seu dever de garantir ao cidadão o acesso à cultura, investindo no patrimônio como fonte de conhecimento, ele colabora para a construção de valores que interessam ao capital especulativo" (Motta, 2000, p. 236). Essa crítica evidencia a necessidade de compreender a preservação como política pública voltada ao fortalecimento da cidadania e da memória coletiva, e não apenas como estratégia de desenvolvimento econômico.

Os desafios também se manifestam na dinâmica de ocupação do Centro Histórico, em especial, com a redução do uso residencial e a substituição das moradias por atividades comerciais e de serviços. Tal mudança contribui para a vulnerabilidade e fragilidade na manutenção e conservação das edificações, aumentando o número de imóveis vazios ou subutilizados. Além disso, sendo a maior circulação de pessoas no horário comercial, reduz a utilização cotidiana do espaço para outros fins, colaborando para a sensação de insegurança.

Além das questões relacionadas à ocupação, Guimarães e Moura (2023) identificam limitações na própria estrutura de gestão do patrimônio cultural em Mato Grosso. Os autores apontam a inexistência de atualização sistemática dos inventários, a fragilidade da documentação técnica dos bens protegidos e a predominância de análises centradas na dimensão histórica, com reduzida atenção aos aspectos materiais, construtivos, sociais e culturais. Essa lacuna dificulta o

acompanhamento das intervenções realizadas nos imóveis tombados e compromete a formulação de políticas públicas baseadas em diagnósticos consistentes sobre o estado de conservação do patrimônio.

Dessa forma, observa-se que os limites das políticas patrimoniais em Cuiabá extrapolam a esfera normativa. Embora o município disponha de importantes instrumentos legais de proteção, sua efetividade depende da integração entre planejamento urbano, conservação arquitetônica, políticas habitacionais, incentivos econômicos, educação patrimonial e participação social. A preservação do Centro Histórico exige compreender o patrimônio como um território vivo, marcado por múltiplos usos, memórias e relações sociais, cuja conservação não pode restringir-se ao controle das edificações, mas deve incorporar estratégias capazes de fortalecer sua função cultural, urbana e social. Somente a partir dessa abordagem integrada será possível superar os desafios atualmente enfrentados e assegurar a permanência dos valores históricos e culturais que caracterizam o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá.

3.4 Perspectivas para uma política patrimonial participativa

Os desafios observados na preservação do Centro Histórico de Cuiabá evidenciam que a existência de instrumentos legais, embora indispensáveis, não são suficientes para garantir a conservação efetiva do patrimônio cultural. A experiência acumulada nas últimas décadas demonstra que a preservação depende da construção de políticas públicas permanentes, articuladas entre diferentes instituições e fundamentadas na participação da sociedade. Nesse contexto, o patrimônio deixa de ser compreendido apenas como objeto de proteção estatal e passa a constituir um processo coletivo de produção, reconhecimento e valorização da memória, da identidade e das formas de viver a cidade.

Essa perspectiva aproxima-se das transformações ocorridas nas políticas patrimoniais brasileiras a partir da Constituição Federal de 1988 e da ampliação do conceito de patrimônio cultural, que passou a incorporar não apenas bens materiais, mas também práticas sociais, saberes, modos de fazer e referências culturais dos diferentes grupos que constituem a sociedade brasileira. Ao reconhecer a diversidade cultural como elemento estruturante das políticas de preservação, amplia-se também a necessidade de envolver os sujeitos que produzem e vivenciam o patrimônio nos processos de diagnóstico, planejamento e tomada de decisão.

No caso do Centro Histórico de Cuiabá, essa discussão torna-se ainda mais relevante diante da complexidade do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico. Conforme argumenta Silgueiro (s.d.), ao levar em conta o valor patrimonial das relações estabelecidas entre a paisagem, o traçado urbano, os espaços públicos, as práticas cotidianas e as memórias construídas ao longo do tempo, preservar significa também manter vivos os vínculos entre a população e o território, reconhecendo que o patrimônio se constitui por meio das experiências, dos usos e das múltiplas formas de apropriação do espaço urbano.

Essa compreensão reitera importância da adoção de metodologias participativas como estratégia para fortalecer as políticas patrimoniais. Em vez de restringir o planejamento às decisões técnicas e institucionais, a participação de moradores, comerciantes, pesquisadores, movimentos sociais e órgãos públicos permite incorporar diferentes percepções sobre os problemas, potencialidades e valores atribuídos ao Centro Histórico. A construção coletiva de diagnósticos favorece a identificação de demandas que frequentemente permanecem invisíveis nos levantamentos exclusivamente técnicos, além de ampliar o compromisso da sociedade com a conservação do patrimônio.

Azevedo e Guedes (2019) destacam que um dos principais entraves para a preservação do Centro Histórico de Cuiabá é a descontinuidade das políticas públicas e a ausência de integração entre planejamento urbano, gestão territorial e preservação patrimonial. Segundo as autoras, sucessivas alterações na legislação, mudanças administrativas e a priorização de ações pontuais impediram a consolidação de uma política permanente para o conjunto tombado. Como consequência, o Centro Histórico passou a ser frequentemente tratado como objeto de intervenções isoladas ou estratégias de marketing urbano, em detrimento de uma abordagem integrada capaz de considerar simultaneamente seus valores históricos, sociais, paisagísticos e culturais.

Guimarães (2023) também chama atenção para a necessidade de fortalecer o diálogo entre os órgãos de preservação e a sociedade. Ao analisar a implementação da Instrução Normativa de 1994, a autora demonstra que a atuação do IPHAN permanece fortemente associada às funções fiscalizatórias, dificultando o reconhecimento de seu papel orientador e educativo. A autora defende que a preservação deve ser construída por meio de processos permanentes de cooperação entre poder público, proprietários de imóveis, universidades, instituições culturais e comunidade local, de modo que as normas deixem de ser percebidas apenas como instrumentos de restrição e

passem a constituir mecanismos de qualificação das intervenções e valorização do patrimônio.

Além da participação social, a produção contínua de conhecimento e dados também representa um elemento estratégico para o fortalecimento das políticas patrimoniais. A atualização sistemática de inventários, o monitoramento do estado de conservação dos imóveis, a utilização de geotecnologias, sistemas de informação geográfica, plataformas colaborativas e metodologias participativas de mapeamento possibilitam construir diagnósticos mais precisos e subsidiar processos de gestão mais eficientes. Essas ferramentas contribuem não apenas para o acompanhamento das transformações urbanas, mas também para ampliar a transparência das ações públicas e favorecer a participação da sociedade na preservação do patrimônio.

Nessa perspectiva, a conservação do Centro Histórico de Cuiabá deve ser compreendida como parte de um projeto mais amplo de cidade, no qual patrimônio, planejamento urbano, cultura e qualidade de vida sejam tratados de forma integrada. A preservação deixa de representar um obstáculo ao desenvolvimento para assumir papel estratégico na construção de cidades mais sustentáveis, inclusivas e socialmente comprometidas com sua própria memória.

Assim, uma política patrimonial participativa pressupõe a superação de modelos exclusivamente normativos e fiscalizatórios, incorporando processos contínuos de diálogo, cooperação e corresponsabilidade entre instituições públicas, universidades e sociedade civil. Por meio dessa gestão compartilhada será possível assegurar que o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá permaneça como um patrimônio vivo, capaz de articular memória, identidade e usos contemporâneos, contribuindo para a valorização da cidade e para a construção de políticas públicas mais significativas e duradouras.

3.5 Entre a norma e o patrimônio vivido: a proteção do Centro Histórico

A preservação do Centro Histórico de Cuiabá está fundamentada em um conjunto de instrumentos legais que estabelecem critérios para a proteção do patrimônio cultural brasileiro. O principal deles é o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e estabelece o tombamento como instrumento jurídico destinado à conservação de bens de interesse público. Segundo o artigo 1º do Decreto-Lei, constituem patrimônio histórico e artístico nacional "o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos

memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico".

No caso de Cuiabá, a regulamentação das intervenções ocorreu por meio da Instrução Normativa do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá (IN-CAUP), elaborada pelos arquitetos Maria Clara Migliaccio, representante do IPHAN, e Júlio De Lamonica Freire, do Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal, sendo publicada em 1994 (Conte e Freire, 2005). A normativa estabelece critérios técnicos para intervenções na área tombada e em seu entorno, reconhecendo o Centro Histórico como resultado da sobreposição de diferentes períodos da formação urbana de Cuiabá, desde a descoberta das minas do Rosário, em 1722, até a cidade contemporânea.

Nesse sentido, a Instrução Normativa estabelece uma abordagem de preservação que considera a área tombada em sua dimensão integrada, na qual as características arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas devem ser analisadas de forma articulada, compreendendo que esses elementos constituem um documento histórico da formação da cidade.

Embora a legislação estabeleça instrumentos importantes para a proteção do patrimônio, a realidade observada no Centro Histórico de Cuiabá demonstra que a existência de normas não garante, por si só, sua conservação. A degradação física de diversos imóveis, o abandono de edificações históricas, os desabamentos recorrentes e a ausência de investimentos permanentes revelam as limitações das políticas públicas quando desacompanhadas de estratégias contínuas de gestão e valorização do patrimônio.

Ao percorrer as ruas do Centro Histórico é possível identificar imóveis em avançado estado de deterioração, muitos deles fechados, esvaziados ou parcialmente arruinados. Essa realidade evidencia que a preservação não depende apenas da fiscalização exercida pelos órgãos responsáveis, mas também de investimentos públicos, incentivos aos proprietários, programas de reabilitação urbana e políticas capazes de manter o patrimônio integrado à dinâmica cotidiana da cidade. Aqui, entendemos que o Estatuto da Cidade e seus instrumentos têm papel fundamental para articular planejamento urbano e patrimonial.

Nesse sentido, preservar significa mais do que impedir demolições. Significa garantir condições para que os edifícios permaneçam ocupados, utilizados e reconhecidos pela população como parte de sua história. Caso contrário, o patrimônio corre o risco de permanecer protegido apenas juridicamente, enquanto continua perdendo seus valores sociais e culturais.

Ao caminhar pelas ruas do Centro Histórico, percebe-se que a cidade preserva marcas materiais de diferentes épocas, mas também conserva histórias, lembranças e modos de viver que dificilmente podem ser captados apenas pelos inventários arquitetônicos. As experiências acumuladas por aqueles que permanecem na região constituem parte fundamental do patrimônio cultural, revelando que a cidade continua sendo produzida pelas relações estabelecidas entre pessoas e lugares.

Entretanto, esse cotidiano também é marcado por desafios. A presença de imóveis abandonados, a precarização dos espaços públicos, o aumento da população em situação de rua e a sensação de insegurança contribuem para o afastamento de parte da população do Centro Histórico. Essas condições reforçam processos de estigmatização da área e dificultam sua apropriação como espaço de convivência, lazer e cultura.

Destacamos que, no momento de sistematização deste relatório, em setembro de 2026, foi observada uma ampliação do uso e da ocupação do Centro Histórico de Cuiabá, particularmente na região da Praça da Mandioca. Alguns estabelecimentos comerciais passaram a organizar eventos e atividades no local, contribuindo para intensificar a utilização desse espaço, sobretudo aos finais de semana. Observa-se, ainda, a presença de pessoas que anteriormente não frequentavam a região e que passam a (re)conhecer o Centro Histórico, configurando uma dinâmica de apropriação do espaço que remete, segundo relatos e percepções locais, a períodos anteriores à pandemia.

Esse movimento sugere um esforço nas formas de convivência, circulação e apropriação do espaço público, recolocando o Centro Histórico como lugar de encontro, sociabilidade e produção de vínculos com a cidade.

A compreensão do patrimônio cultural amplia-se significativamente quando incorporada às discussões da Geografia do Cuidado e do Patrimônio Afetivo. Nessa perspectiva, os lugares deixam de ser entendidos apenas por seus atributos físicos e passam a ser reconhecidos pelas relações emocionais, simbólicas e afetivas construídas entre as pessoas e o espaço.

Oliveira e Ribeiro (2019) argumentam que o patrimônio afetivo está diretamente relacionado às experiências vividas e às emoções compartilhadas pela população. Para os autores, embora os lugares estejam em permanente transformação, eles continuam produzindo referências afetivas capazes de conectar o presente às memórias do passado. Diferentemente do patrimônio tradicional, cuja legitimidade decorre principalmente do reconhecimento institucional, o

patrimônio afetivo depende da existência de vínculos construídos pelos sujeitos em suas experiências cotidianas.

Essa perspectiva aproxima-se da Geografia do Cuidado ao reconhecer que preservar um lugar significa também cuidar das relações sociais que nele se desenvolvem. Os moradores do Centro Histórico, especialmente aqueles que permanecem na região há décadas, desempenham papel fundamental nesse processo. Tornam-se guardiões da memória urbana, mantendo vivas narrativas, práticas e formas de pertencimento que dificilmente seriam preservadas apenas por meio dos instrumentos legais.

Assim, o cuidado ultrapassa a conservação física das edificações. Ele manifesta-se nas práticas cotidianas, nas relações de vizinhança, na permanência das famílias, na memória compartilhada e na resistência daqueles que continuam atribuindo significado ao Centro Histórico mesmo diante das dificuldades impostas pelo abandono e pela desvalorização do patrimônio.

4. As experiências de campo e a construção de uma leitura sensível do patrimônio

As atividades de campo realizadas ao longo da pesquisa reforçaram a necessidade de compreender o Centro Histórico para além de seus aspectos arquitetônicos. As caminhadas sistemáticas pela área permitiram observar não apenas o estado de conservação dos imóveis, mas também as formas de apropriação dos espaços públicos, os usos cotidianos, as relações estabelecidas entre moradores, comerciantes e visitantes e as diferentes temporalidades que coexistem no território.

A observação direta evidenciou que, apesar das marcas do abandono, o Centro Histórico permanece como espaço de intensa produção de significados. Cada edifício, rua ou praça é permeado por narrativas que articulam memória, identidade e pertencimento, revelando que o patrimônio continua vivo nas experiências daqueles que o habitam e o percorrem diariamente.

Diante disso, reconhecemos a importância e o desafio de tensionar olhares já consolidados sobre este território, composto por significados produzidos não apenas pelo que está materialmente (ex)posto, mas também por raízes estruturais (e estruturantes) que tendem a desvalorizar saberes e paisagens históricas – associando à obsolescência. Não nos debruçamos, aqui, em um exercício dedicado para visitantes ou para aqueles que se aproximam do espaço pela

primeira vez, o que permitiria guiá-los por bases preservacionistas previamente ditas. Trata-se, efetivamente, de elaborar ferramentas que possam ressignificar o olhar de quem já conhece o território, mas não necessariamente o compreende. Tal processo se torna possível quando se atina o conteúdo do lugar, suas estratégias e lógicas de consolidação, suas políticas e os elementos que também o compõem formal e funcionalmente.

Observar o território a partir de uma posição atinada significa também permitir-se aprender com ele. Isso não implica ir a campo desprovido das bagagens e conhecimentos previamente construídos acerca do lugar, uma vez que a busca por uma suposta neutralidade seria, além de inviável, pouco produtiva. Parte-se, portanto, do reconhecimento de que essa experiência prévia com o território pode ser positiva, ao mesmo tempo em que se torna necessário recorrer a ferramentas capazes de reorientar o olhar sobre aquilo que já se conhece.

Uriarte (2012) observa que, quando construímos uma rotina de relação com determinado lugar, tendemos a percebê-lo como homogêneo, uma vez que a familiaridade automatiza a percepção. Nesse processo, a cidade passa a ser vista de maneira domesticada, o que pode fazer escapar importantes camadas da realidade observada. Torna-se necessário, portanto, tensionar esse olhar, sobretudo quando se trata de um território atravessado por diferentes estigmas, no qual os cenários de degradação podem, por vezes, produzir uma leitura que o reduz a essa condição. Tal perspectiva dificulta perceber aquilo que ainda (re)existe no território e as formas de resistência que evidenciam sua importância, apesar dos desgastes físicos, políticos e institucionais que o atravessam.

Trata-se, assim, de formar um olhar consciente para ver a cidade (Uriarte, 2012), capaz de produzir novos arranjos interpretativos a partir do encontro entre aquilo que já se conhece e as provocações suscitadas pelo contato renovado com o campo. É nessa direção que Magnani (2002) compreende o trabalho de campo como um processo no qual a bagagem previamente constituída é colocada em relação com as novas experiências e questões que emergem desse contato - formatando um novo arranjo. Desse modo, considerando as diferentes premissas construídas ao longo deste relatório, a reorientação do olhar sobre o território mostrou-se fundamental para a construção da abordagem.

Destacamos, portanto, a percepção como uma ferramenta potente de preservação. Aqui, ela é compreendida como a capacidade de reconhecer os bens culturais e históricos associados à vida cotidiana que se desenha no e com o espaço — uma percepção que também atua como

forma de educação patrimonial, capaz de colaborar para a criação de símbolos, a circulação de significados e a reafirmação do pertencimento (Florêncio, 2012).

Para Lynch (1960), a percepção é entendida como um processo relacional por meio do qual o observador constrói e reformula a imagem de um lugar, atribuindo sentido ao que vê a partir de seus próprios objetivos e referências. Essa imagem não se limita à forma do objeto, mas envolve sua relação estrutural e espacial com o observador e com os demais elementos do ambiente, incorporando significados práticos e emocionais. Ao compreender a percepção como fundamento da construção dessa imagem, reconhece-se a necessidade de (re)orientar e exercitar o olhar, por meio de práticas que fortaleçam a capacidade de identificar qualidades físicas associadas à identidade e à estrutura do lugar. Assim, mediante exercícios e estímulos que tensionem imagens previamente constituídas, torna-se possível aprimorar a observação e ampliar a leitura crítica e sensível do espaço.

Como primeiro movimento desse processo, foram realizadas oficinas pelo Núcleo de Patrimônio com a própria equipe do Projeto, buscando, ainda nessa esfera, esmiuçar algumas questões relacionadas à paisagem e promover a socialização das diferentes áreas de atuação. Coube à arquitetura, nesse contexto, colocar os aspectos das fachadas e seus danos em discussão entre os diferentes núcleos, provocando aproximações e reflexões a partir de diagramas simbólicos dedicados a destrinchar os elementos materiais que compõem a paisagem do Centro Histórico de Cuiabá. Esses elementos foram organizados em categorias de investigação que, posteriormente, foram (re)discutidas e reelaboradas para subsidiar a formulação da metodologia de análise do estado de conservação das fachadas dos imóveis situados na área tombada do CAUP.

Partimos, portanto, de um exercício inicial de fragmentação: destrinchar alguns dos elementos estruturadores para que, ao retornarmos ao todo, fosse possível reconhecê-lo como um conjunto carregado de particularidades, cuja complexidade se revela tanto nos detalhes quanto na paisagem que eles compõem. Esse procedimento também expressa uma premissa assumida pela equipe: a educação patrimonial não se restringe à transmissão de conhecimentos sobre o patrimônio, mas envolve também a possibilidade de aprender com o próprio território. Nesse sentido, educar o olhar implicou igualmente balizar esse olhar da equipe, construindo coletivamente uma abordagem capaz de produzir um diagnóstico mais sensível às especificidades desse lugar.

No que tange à concretude daquilo que é edificado, destacam-se as particularidades dos elementos que acentuam e dão sentido ao conjunto: escala, traçado, esquadrias, cobertura, adornos e ornamentos e estrutura, considerando tanto os materiais construtivos quanto a implantação dos imóveis nos lotes, tal qual explicitado na Figura 2 contendo um diagrama sintético dos elementos supracitados. Compreendendo que "um conjunto de edifícios adquire poder de atração visual a que dificilmente poderá almejar um edifício isolado" (Cullen, 1961), inclinamo-nos a perceber e investigar o território a partir da articulação desses elementos com a ambiência urbana.

Figura 2 - Diagrama de elementos da paisagem e da edificação



Org: as autoras (2026).

Embora a abordagem aqui adotada parta do entendimento de que se debruçar sobre este lugar não significa restringi-lo à materialidade física que o constitui, tampouco esgotar sua compreensão em seus aspectos arquitetônicos e formais, reconhecemos que a aproximação com esses atributos constitui um passo essencial para acessar outras camadas de sua paisagem.

(Re)conhecer a arquitetura que conforma o conjunto histórico, suas características, permanências, transformações e modos de inserção no território permite não apenas compreender seu estado de conservação, mas também ampliar a capacidade de percebê-la e atribuir-lhe significado. Nesse sentido, o olhar arquitetônico não se coloca como uma perspectiva exclusiva ou suficiente para compreender o lugar, mas como uma via necessária de aproximação e valorização de seus elementos formais, a ser construída e exercitada antes do desenvolvimento do diagnóstico de seu estado de conservação. É a partir do reconhecimento dessas particularidades que se torna possível avançar para dimensões mais amplas, nas quais a arquitetura se articula às práticas, aos usos, às memórias e às relações que constituem a experiência cotidiana do território.

Conforme essa perspectiva se delineia, interessa-nos acessar aquilo que ultrapassa o imediatamente visível, reconhecendo, contudo, que esse movimento pode ter como ponto de partida justamente o estímulo à percepção visual do conjunto histórico, sobretudo a partir daquilo que se revela no espaço público. A análise dos elementos físicos que compõem e estruturam esse território demanda, evidentemente, conhecimentos e procedimentos de caráter técnico; entretanto, sua potência não se encerra nessa dimensão. Ao tornar esses elementos reconhecíveis, nomeáveis e compartilháveis, o exercício de observação também abre espaço para que sejam percebidos a partir das experiências daqueles que vivem, percorrem e se apropriam do lugar. A leitura técnica, portanto, encontra sua dimensão pública na capacidade de fazer ver, reconhecer e atribuir significado ao patrimônio, aproximando a materialidade construída das formas de pertencimento que se estabelecem no cotidiano.

Esse tipo de proposta visual também nos convida a pensar o olhar como forma de cuidado. De acordo com Bellacasa (2017), a visão é um modo de atenção situada e cuidadosa e a imersão nesses lugares também nos convida a ficar mais atentos e vulneráveis, a nos deixarmos afetar e, ao fazê-lo, a imaginar novas formas de viver, de conhecer e de agir.

Diante disso, sobrepomo-nos ao território, anuindo que o estar in loco, caminhando pelas

ruas sinuosas do núcleo originário, permite experienciar a escala do edificado, tanto na padronização da altura dos imóveis quanto na conservação de uma lógica de localização no espaço. Mantida essa escala, ainda é possível orientar-se no Centro pelas torres das igrejas e por outros marcos arquitetônicos que, mesmo atravessados por construções modernistas que despontam a partir do século XX, continuam a se destacar na paisagem. Esse aspecto possibilita vivenciar o que Lynch (1960) denomina de legibilidade, em que um meio organizado "pode servir envolvente de referência, um organizador de atividade" (p.14), perceptível nesta categoria no que diz respeito ao "tamanho, tempo e complexidade" (p. 13).

Ao mesmo tempo, ainda que Lynch (1960) se refira a uma importância de cidade, associamos que um determinado espaço legível também permite ao indivíduo deslocar-se facilmente, através de uma estrutura envolvente de referência. Nesse percurso, a lógica que fundamenta o traçado deste território torna-se evidente, narrando modos de vida de seu período de construção. As ruas estreitas não precisavam prever grande largura, dado o tipo de transporte de outrora – muito anterior à tomada das vias pelos automóveis.

Assim, a paisagem que se revela nessa sinuosidade, por vezes estreita, fugindo de eixos previsíveis, proporciona o que Cullen (1961) entende por visão serial: uma sucessão de surpresas e revelações súbitas produzidas pelo contraste, reforçadas pela distinção entre aquilo que é pátio e aquilo que é rua. Essa dinâmica, por sua vez, abre espaço para perceber a estrutura dos edifícios também pelo reconhecimento de sua implantação no lote – tema aprofundado nos parágrafos seguintes. Esse contraste também se desdobra na leitura e na distinção entre o público e o privado, o que nos permite introduzir outro elemento fundamental na leitura do conjunto edificado e que, por suas particularidades e revelações, demanda uma observação atenta, através do exercício de percorrer fachada por fachada para apreender a lógica do todo: os vãos e os materiais que os preenchem.

Para além da materialidade das esquadrias – se de madeira, de duas folhas, com ou sem gelosias – evidencia-se o reconhecimento de uma abertura literal e simbólica, marcada historicamente pela interação entre esses domínios. As conversas às janelas, antes parte constitutiva da convivência cotidiana, transformam-se e ressignificam-se a cada época, revelando modos distintos de habitar e de se relacionar com as pessoas e com a rua.

A percepção dessa categoria depende também da posição do observador no terreno - se dentro ou fora, se observando ou realizando a ação, aproximando-se da noção de

“compartimentos e recintos exteriores” proposta por Cullen (1961, p. 31). Nesse mesmo compasso, os ritmos que as esquadrias imprimem nas fachadas também se mostram fundamentais. Observáveis sobretudo nas edificações mais preservadas, eles expressam tamanhos comuns das aberturas, condicionados por materiais e técnicas do período em que foram construídas.

Esses ritmos conduzem o caminhar e influenciam a sensação de segurança, embora não se sustentem de forma isolada: devem ser compreendidos no conjunto das demais categorias para produzir sentido e significado no espaço. A lógica do erguimento do conjunto manifesta-se, ainda, na cobertura: telhados de duas águas com a cumeeira paralela ao arruamento, lançando uma das águas em direção à rua (Silgueiro, s/d).

Essa configuração, além de orientar o escoamento das águas e corresponder às necessidades de apoio estrutural, expressa também códigos sociais hierárquicos inscritos no prolongamento dos beirais, expressos na eira-beira-tribeira. Posteriormente, esses sentidos seriam exprimidos por meio das platibandas, que introduzem outro repertório estético mas também com suas marcações simbólicas à lógica do período. Na condição atual, são esses elementos que têm permitido reconhecer a unidade dos edifícios diante da grande descaracterização produzida por pinturas, texturas, substituição de materiais e ruptura do ritmo das esquadrias - intervenções pensadas para individualizar cada comércio. Em muitos casos, os casarões se desdobram em várias salas comerciais, e a fachada, no cotidiano, é lida como fragmentada; por vezes, apenas o alinhamento da cobertura ou da platibanda, juntamente com determinados adornos, é capaz de remeter visualmente à unidade original.

Portanto, evidencia-se a importância de que a identidade material seja capaz de narrar o tempo, de modo que a percepção possa apreender a paisagem e, concomitantemente, instaurar um sentido de patrimônio. Em muitos casos, determinadas unidades edificadas não remetem imediatamente ao seu período construtivo; ainda assim, para reconhecê-las como parte do conjunto, torna-se necessária uma aproximação que explicite seus porquês, revelando as camadas históricas e a cronologia dos interesses que incidiram sobre esse território.

Foi justamente nessa dimensão que se revelou o caráter bilateral do processo, no qual observador e observado se afetam mutuamente, permitindo que a paisagem se ofereça como documento vivo e interpretável. A implantação colonial, com fachadas alinhadas à testada do lote - motivada por lógicas de segurança e pelas técnicas construtivas do período - começa a se

modificar no século XX, sobretudo nas décadas de 1930, 1940 e 1950 (Silgueiro, s.d.), quando surgem edifícios recuados e jardins frontais, associados a outras lógicas de habitar, com novos materiais e técnicas.

A justaposição desses períodos compõe hoje uma paisagem onde camadas sucessivas se sobrepõem no conjunto arquitetônico e urbanístico. Entre todas as categorias mencionadas, contudo, a estrutura talvez seja a que mais exige aprofundamento para seu reconhecimento. Não se trata apenas de identificar materiais, mas de observar, ao longo da caminhada, os muitos edifícios em ruína, revelando um desafio de preservação estrutural. Quando ruem, tornam-se visíveis os materiais que compunham pilastras e paredes - muitas já com adição de tijolos maciços, por exemplo - indicando modos de reparo, intervenções e a complexidade de preservar tais características.

Observa-se, neste território, que a estrutura não é o único elemento em processo de ruína; as demais categorias aqui mobilizadas para destrinchar os componentes que conformam o conjunto também sofrem impactos que comprometem não apenas sua composição material, mas igualmente o cotidiano das pessoas. Trata-se de danos que afetam a experiência do lugar, corroendo uma historicidade que, pouco a pouco, corre o risco de ser mais descrita do que efetivamente vista. Reconhecer esses danos, portanto, configura-se como parte substancial do exercício crítico de leitura da paisagem - razão pela qual reafirmamos o interesse em produzir uma análise do estado de conservação que, embora destrinchado pelas categorias apresentadas, seja capaz de expressar o caráter sistêmico do conjunto.

Nesse sentido, o próprio território indicou a necessidade de construir uma metodologia fundada no exercício da percepção, que tem orientado a busca por caminhos capazes de alcançar as múltiplas significações do lugar. Partimos do pressuposto que a organização desse espaço, com toda a sua complexidade, obriga à atenção, portanto, esse envolvimento atencional é uma forma de cuidado e prática atenta. Concordamos com Amin (2012, p. 7) que afirma que o cuidado é "um ofício que requer atenção e cuidado contínuos, de modo que a empatia – por objetos, projetos, natureza, bens comuns – possa se espalhar como um sentimento público" (Amin, 2012).

Essa camada de leitura dos danos exige uma aproximação ampliada, quase uma adição de lente, capaz de robustecer o processo perceptivo. Afinal, perceber os danos é voltar-se ao que ainda permanece materialmente de pé e, ao fazê-lo, reconhecer a urgência de sua manutenção para que exercícios interpretativos como o presente possam continuar a existir.

Ao adotar a observação como processo de percepção para compreensão da paisagem do Centro Histórico de Cuiabá, no que diz respeito ao seu conjunto tombado, torna-se essencial treinar um olhar que ultrapasse a aparência imediata dos edifícios e seja capaz de reconhecer a paisagem em sua complexidade histórica, material e simbólica. Isso implica considerar cada edificação em sua singularidade, e também compreendê-la como parte de um conjunto maior, cuja pregnância visual emerge justamente das relações que esses elementos estabelecem entre si. Dessa forma, o que se revela não é apenas o estado de um imovel isolado, mas o modo como ele dialoga e se articula na paisagem, contribuindo, ou não, para a leitura do conjunto histórico enquanto unidade.

Para incluir o reconhecimento dos danos como parte do processo de leitura da paisagem, partimos da premissa de que tais marcas, quando identificadas, contribuem para compreender a complexidade desse conjunto histórico. Nesta pesquisa, observar fissuras, desprendimentos de materiais, sujidade ou substituição de elementos originais não tem o compromisso de se tornar uma tarefa estritamente técnica, nem a finalidade de gerar um mapa de danos. A proposta é acionar este exercício como uma oportunidade de perceber o território em sua vulnerabilidade e em suas tensões, reconhecendo que os danos revelam não somente a deterioração física e material, mas revelam também os processos históricos, as decisões políticas e as práticas que moldam continuamente o centro histórico.

Ao condicionar o observador a parar, olhar, observar, analisar com atenção as fachadas, cria-se a oportunidade de uma possível aproximação sensível do sujeito com o patrimônio, no qual essa atenção e dedicação para observar o edificado se transforma em um ato de cuidado. Dentro das nossas perspectivas e intenções, essa prática estimula não só a admiração e a conexão com a história registrada nesses edifícios, mas também contribui para a formação de uma consciência patrimonial, fortalecendo o vínculo entre o sujeito, o lugar e a sua história. Dessa forma, este exercício torna-se um caminho para despertar pertencimento e também para ampliar a capacidade de leitura crítica da paisagem. A prática de observação dos danos parte da análise do edifício isolado, mas ganha maior sentido no retorno que permite ao conjunto, onde, por vezes o degradado e o preservado (r)existem lado a lado, aflorando sensações que permitem reflexão a respeito do conjunto, conforme pode ser visto na Figura 3.

Reconhecer os danos presentes nas fachadas do Centro Histórico de Cuiabá, no âmbito desta pesquisa, não se coloca como um inventário profissional de patologias. A proposta parte da

compreensão de que a paisagem pode ser apreendida por meio de práticas simples de observação que mobilizam os sentidos e incitam reflexões sobre o modo como o patrimônio está sendo cuidado, vivido e (re)significado no presente.

Figura 3 - Edificação na Rua Pedro Celestino no Centro Histórico de Cuiabá



Fonte: as autoras (2025).

Sob essa perspectiva, o exercício de reconhecimento de danos assume uma parte fundamental no processo metodológico do Projeto. Antes de considerarmos como uma etapa do procedimento de registro, o destacamos como uma das estratégias de aproximação entre o pesquisador e a atmosfera que ele se dispôs a permear e vivenciar, a partir de uma experiência direta sensível da paisagem.

Em uma equipe interdisciplinar, composta por pesquisadores com formações e experiências distintas, esse exercício atua com um nivelador da percepção, permitindo que todos iniciem suas observações a partir de um repertório visual comum. Ainda sim, mesmo que todos partam dos mesmo elementos físicos (as mesmas fachadas, destrinchadas em esquadrias, cobertura, danos visíveis, etc.), cada pesquisador será atravessado de forma singular e pessoal, de acordo com suas memórias, seus vínculos e suas experiências. Dessa forma, mesmo que diante de um mesmo edifício, as experiências jamais serão idênticas, cada pessoa terá suas próprias afetações de forma particular, e partir disso construir sua própria leitura e seu próprio posicionamento perante ao patrimônio.

Essa gama de perspectivas individuais, fortalece a dimensão afetiva que fundamenta a educação patrimonial. Ao considerar que o mesmo edifício tem a capacidade de despertar emoções diferentes em cada sujeito, compreende-se que o patrimônio não é sustentado apenas pelas normativas e condições técnicas, mas também pela sua significância que as pessoas atribuem através de uma relação sensível e emocional. Dessa forma, a educação patrimonial não se limita a ser construída somente através de estudos sobre as informações históricas, a educação patrimonial se constrói também ao proporcionar espaços de aproximação direta com a história, no qual a experiência corporal tem o potencial de instigar o reconhecimento e gerar vínculos de pertencimento. A vivência in loco, ao convocar o corpo a percorrer, observar, tocar, perceber, transforma o ato de (re)conhecer o patrimônio em uma experiência que mobiliza sentidos, afetos e memórias.

A partir dessas premissas, o processo de observação foi conduzido como uma prática metodológica ancorada na vivência direta do território. As caminhadas realizadas pelo conjunto tombado foram pensadas de forma lenta e atenta, permitindo que os pesquisadores realizassem paradas, retornos, enquadramentos variados e aproximações sucessivas das fachadas.

Para orientar a observação, utilizou-se um questionário avaliativo aplicado in loco, no qual cada pesquisadora e pesquisador era convidado a posicionar-se diante da edificação, realizar

registros fotográficos e, em seguida, responder questões referentes ao estado atual da estrutura, da fachada, das esquadrias, da cobertura e dos adornos, anotando as características percebidas e atribuindo uma nota que refletia sua avaliação. A avaliação incluía ainda perguntas sobre como aquela edificação dialoga com o conjunto histórico e qual sentimento ela desperta no observador, incorporando assim dimensões técnicas, estéticas e afetivas. O registro não buscou uma padronização rígida, mas sim a expressão singular daquilo que cada pesquisadora e pesquisador conseguiu captar.

Durante todo o processo, as e os pesquisadores foram acompanhados por membros da equipe que possuíam maior familiaridade com atividades de avaliação de edificações, de modo a oferecer suporte sempre que surgissem dúvidas técnicas no campo. Esse acompanhamento não tinha o objetivo de conduzir a observação para um caráter estritamente especializado, mas sim de garantir segurança conceitual mínima para que o exercício pudesse ocorrer com autonomia e ao mesmo tempo com referências básicas de leitura.

Para potencializar a troca entre as e os pesquisadores, os levantamentos foram realizados em pequenos grupos, o que permitiu que as observações fossem discutidas no próprio momento em que eram levantadas. A forma como se configurou essa dinâmica coletiva potencializa a eficiência do método ao permitir o compartilhamento de impressões, observações e interpretações que surgem in loco, aprofundando a leitura do conjunto histórico ao articular percepções diversas e possibilitar que cada detalhe observado individualmente se integre a uma compreensão coletiva mais complexa.

Observar para compreender significa assumir que a leitura da paisagem não se esgota na identificação formal de seus elementos, mas se realiza na capacidade de perceber as tensões, fragilidades e potências inscritas neste espaço. O reconhecimento dos danos, entendido como prática de aproximação sensível, desloca o observador de uma postura meramente descritiva para um posicionamento crítico, atento aos valores e aos processos que sustentam o conjunto histórico.

5. Metodologias para análise de estado de conservação de bens patrimoniais: analisando algumas proposições

Como suporte metodológico às atividades de análise do patrimônio histórico, destacam-se abordagens que compreendem o estado de conservação não apenas como condição física do bem, mas como expressão de múltiplos valores culturais associados às edificações.

Nesse sentido, não há consenso sobre uma metodologia única, bem como não foram encontradas normatizações brasileiras específicas a respeito da avaliação de bens tombados (Cassol, 2013). Temos diversas outras que podem ser consideradas no âmbito de normas prediais (Hasselmann e Norat, 2023), que combinadas resultam em levantamento de dados a serem levados em consideração para análise pelos órgãos competentes. Devido seu valor e historicidade, esses imóveis tombados enfrentam diversas dificuldades quanto a sua manutenção e cuidado, devido a necessidade de mão de obra específica e a devida autorização para as intervenções a serem realizadas.

A nível internacional, destacamos a "*Carta de Cracóvia: princípios para a conservação e o restauro do património construído*" (2000), recomendação internacional referente à conservação do patrimônio construído. A Carta define que conservação é "o conjunto das atitudes de uma comunidade que contribuem para perpetuar o patrimônio e os seus monumentos. A conservação do patrimônio construído é realizada, quer no respeito pelo significado da sua identidade, quer no reconhecimento dos valores que lhe estão associados" (s/p).

Partindo desse pressuposto, entendemos que a construção de uma metodologia de análise do estado de conservação dos imóveis tombados do Centro Histórico de Cuiabá levou em consideração não só os aspectos técnicos ligados à análise das fachadas das edificações, mas também no reconhecimento dos valores, memória e identidade ligados a esses lugares.

De acordo com a Carta (s/p):

> Cada comunidade, tendo em conta a sua memória colectiva e consciente do seu passado, é responsável, quer pela identificação, quer pela gestão do seu património. Os monumentos, considerados como elementos individuais desse património, possuem valores que se alteram com o tempo. Esta alteração de valores, que podemos identificar em cada monumento é, afinal, uma das características do património, ao longo da História. Através deste processo de mudança de valores, cada comunidade desenvolve uma consciência e um conhecimento da necessidade de preservar os bens culturais construídos, pois eles são portadores dos seus próprios valores patrimoniais comuns.

A Carta defende que os instrumentos e os métodos utilizados para uma correta preservação do patrimônio devem adaptar-se às situações concretas, evolutivas e que estão sujeitas a um processo de contínua mudança. Nesse sentido, a ideia de conservação "pode ser

realizada mediante diferentes tipos de intervenções, tais como o controlo do meio ambiental, a manutenção, a reparação, o restauro, a renovação e a reabilitação" (s/p), sendo que a manutenção e a reparação constituem uma parte fundamental do processo de conservação do patrimônio e um projeto de restauro deve levar em consideração as opções técnicas apropriadas e ser elaborado segundo um processo cognitivo que integra a recolha de informações e a compreensão do edifício ou do sítio.

A nível nacional, o documento "*Intervenções em bens culturais móveis e integrados à arquitetura: manual para elaboração de projetos*" (IPHAN, 2019) apresenta orientações para a identificação e conhecimento do bem, diagnóstico e proposta de intervenção. Para fins de interesse do nosso projeto, no que diz respeito ao item diagnóstico, inclui-se: mapa de danos, análise do estado de conservação, prospecções, exames e testes.

> O Diagnóstico visa estabelecer um quadro minucioso e detalhado do estado de conservação do Bem, e, quando cabível, do ambiente no qual está inserido,considerando seus aspectos físicos e estéticos, o que permitirá a definição dos critérios conceituais e técnicos da intervenção, tendo em vista a sua correção, reparação e consolidação, com o objetivo final de preservação (IPHAN, 2019).

Nesse sentido, a orientação do documento é que na fase do diagnóstico, deverão ser identificados e relatados os danos, tanto qualitativamente, quanto quantitativamente, que envolvam os agentes físicos, químicos e biológicos que afetam os materiais, bem como os danos decorrentes da ação humana inadequada, resultantes de incapacidade técnica, negligência ou de vandalismo. Assim, o diagnóstico é uma anamnese, sendo parte do levantamento de informações que subsidiarão, em etapa posterior, um estudo investigativo que conecte os sintomas (efeitos), os agentes (ação) e as causas (origem) dos danos analisados.

Ainda a respeito do Manual de elaboração de projetos do IPHAN, em relação ao mapa de danos, a orientação é que seja feita representação ampla de todos os danos identificados no Bem Imóvel a partir, por exemplo, de recursos textuais, fotográficos,de plantas, croquis ou outros pertinentes. Quando possível, deve incluir ainda os agentes causadores e apresentados os quantitativos relativos aos danos identificados no mapa de danos.

Na análise do estado de conservação, a orientação é a inclusão das seguintes informações:

- Avaliação do Estado de Conservação dos Materiais: deverão ser descritas, caracterizadas e tipificadas as degradações identificadas nos materiais, considerando sua localização nos respectivos suportes, na camada pictórica, nos acessórios, quando aplicável, e em outros elementos ou detalhes que se mostrem pertinentes à análise;
- Identificação dos Agentes de Degradação: deverão ser identificados os fatores intrínsecos (material e técnica) e extrínsecos (ambientais, biológicos e humanos) responsáveis pelos processos degenerativos;
- Avaliação do Estado de Conservação do Sistema Estrutural: deverá ser verificado o comportamento do sistema estrutural associado ao Bem, no caso dos Integrados à arquitetura ou ao meio urbano;
- Identificação e avaliação de intervenções anteriormente realizadas.

Reconhecemos que a aplicação dessas diretrizes pode apresentar desafios na prática, especialmente diante de lacunas nas informações disponíveis, na documentação histórica, no acesso aos bens ou no registro de intervenções realizadas anteriormente. Nesse sentido, embora constituam referências importantes para orientar o processo de análise, essas orientações precisam ser compreendidas à luz das especificidades de cada realidade, considerando tanto as informações e documentos disponíveis quanto os dados produzidos em etapas anteriores. Sua aplicação, portanto, estabelece-se como um recurso de leitura contextualizada, capaz de articular as diretrizes estabelecidas às condições concretas encontradas no território, com adaptações necessárias à nossa realidade.

Nesse sentido, os dados produzidos sobre o estado de conservação de bens patrimoniais servem como importante subsídio e instrumento para tomadas de decisões posteriores. Sobre isso, outro documento orientativo sobre o tema é o "*Guia de Metodologia de Intervenção em Imóveis Históricos*" (Correios, 2024), que estabelece diretrizes técnicas para intervenções em edificações integrantes do patrimônio histórico arquitetônico, reforçando que a preservação é um compromisso coletivo voltado à manutenção da memória, da identidade cultural e da integridade dos bens protegidos.

O documento destaca que imóveis históricos podem estar tombados nas esferas federal, estadual ou municipal, inclusive simultaneamente, e que cada situação exige o conhecimento do grau de proteção e de suas implicações técnicas e legais. Qualquer projeto, obra ou serviço deve

ser previamente aprovado pelos órgãos de proteção competentes, como o IPHAN ou instâncias estaduais e municipais.

O tombamento é apresentado como instrumento legal de salvaguarda de bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e/ou ambiental, buscando evitar descaracterizações decorrentes de pressões urbanas. Nesse contexto, o Guia de Metodologia de Intervenção em Imóveis Históricos (Correios, 2024) diferencia três tipos principais de intervenção:

- **Conservação preventiva:** consiste em ações indiretas e não invasivas que visam retardar a degradação do imóvel, mantendo condições adequadas de uso e preservação. Envolve manutenção contínua e cuidados que preservem os elementos originais;
- **Conservação corretiva:** aplica-se quando há danos identificados que exigem intervenções pontuais ou consolidações específicas. Exige levantamento detalhado dos danos, diagnóstico técnico, definição de critérios de intervenção, escolha de técnicas e materiais apropriados, planejamento executivo e documentação de todo o processo.
- **Restauração arquitetônica:** é a intervenção mais intensa, voltada à recomposição das características originais do imóvel. Deve ser evitada sempre que possível por meio de políticas eficazes de conservação e manutenção. Quando necessária, deve seguir metodologia específica e ser submetida à aprovação dos órgãos de proteção.

O guia também estabelece critérios para avaliação do estado de conservação do imóvel (bom, regular ou ruim), relacionando cada condição às ações técnicas adequadas. No caso de bom, orienta a manutenção preventiva; em caso de regular, a conservação corretiva; e, no caso de ruim, a restauração arquitetônica.

Por fim, o documento enfatiza a importância do diagnóstico técnico, que compreende a identificação das condições materiais do bem, das patologias existentes, das causas da degradação e da definição dos tratamentos necessários. O processo metodológico deve sempre articular pesquisa histórica, análise técnica e planejamento cuidadoso, assegurando que qualquer intervenção respeite os valores históricos, estéticos e culturais do imóvel.

Outro documento orientativo nesse sentido é a publicação "*Conservação preventiva de imóveis antigos em núcleos históricos"* (Weissheimer et al, 2020 com apoio do IPHAN), deslocando o foco da intervenção corretiva para a construção de uma cultura permanente de cuidado. O texto parte de uma premissa fundamental: toda edificação, antiga ou nova, demanda

manutenção constante, porém, no caso do patrimônio histórico, essa manutenção assume caráter estratégico, pois se trata de um recurso cultural finito e insubstituível. Quando partes essenciais de sua integridade e autenticidade se perdem, não podem ser plenamente recuperadas sem que o resultado se torne apenas uma cópia.

Um aspecto central da metodologia é o reconhecimento das técnicas construtivas originais. Muitas edificações históricas utilizam sistemas estruturais tradicionais, como paredes autoportantes, argamassas à base de cal, madeiras específicas e telhas artesanais. A análise do estado de conservação deve considerar a compatibilidade entre materiais originais e intervenções posteriores. O texto alerta que o uso indiscriminado de cimento e tintas plásticas, por exemplo, pode acelerar processos de deterioração, gerar retenção de umidade e comprometer a respiração das paredes. Assim, o diagnóstico não deve se limitar à identificação do dano visível, mas investigar suas causas, especialmente quando associadas à substituição inadequada de materiais tradicionais.

A metodologia também orienta que a conservação deve ser compatível com o uso do imóvel. A ocupação é importante para a preservação, mas não pode gerar descaracterizações. Inserções como aparelhos de ar-condicionado, grades, corrimãos ou elementos de comunicação visual devem ser avaliadas com critérios técnicos, pois podem comprometer esquadrias, fachadas e elementos decorativos. A análise do estado de conservação, portanto, precisa incluir a avaliação do impacto do uso contemporâneo sobre a integridade física e estética do bem.

Há ainda uma dimensão estética e histórica que deve ser incorporada à avaliação. A escolha das cores nas fachadas, a manutenção de elementos ornamentais e o respeito à escala cromática são aspectos que interferem na leitura histórica do imóvel e do conjunto urbano. Núcleos históricos brasileiros apresentam predominância de estilos como o luso-brasileiro, o eclético e o art déco, cada qual associado a períodos específicos. A análise do estado de conservação, portanto, não é apenas estrutural, mas também histórica, pois envolve a preservação da legibilidade arquitetônica.

Por fim, o texto reforça que a má conservação de um imóvel não afeta apenas a edificação isoladamente, mas compromete todo o conjunto urbano. A metodologia de análise deve, portanto, considerar a inserção do imóvel no núcleo histórico, reconhecendo que prejuízos individuais repercutem coletivamente.

Em síntese, a metodologia proposta por Weissheimer et al, (2020) estrutura-se sobre

quatro pilares interdependentes: observação periódica sistematizada; diagnóstico fundamentado nas técnicas construtivas originais; identificação das causas dos danos e compatibilidade entre uso contemporâneo; e preservação da autenticidade. O texto propõe uma mudança de postura: transformar a conservação em prática contínua, preventiva e integrada à vida cotidiana do imóvel. Essa perspectiva dialoga diretamente com metodologias que sistematizam mapeamentos de danos, fichas de inspeção e protocolos de acompanhamento, reforçando que o cuidado permanente é a estratégia mais eficaz e econômica para garantir a permanência dos bens patrimoniais ao longo do tempo.

Outra orientação nesse sentido é "*Análise visual como metodologia para o diagnóstico de edifícios históricos*" proposta por Gonçalves et al (2017), que apresenta, a análise visual como uma metodologia acessível, sistemática e eficiente para o diagnóstico do estado de conservação de edifícios históricos, destacando seu potencial como ferramenta preliminar para orientar ações de conservação e restauro.

A metodologia da análise visual estrutura-se, inicialmente, a partir de visitas *in loco* e levantamento fotográfico detalhado. Essa etapa consiste na observação direta dos danos aparentes e na identificação preliminar de possíveis causas de deterioração, considerando fatores como agentes climáticos, biológicos e antrópicos. A observação sistemática permite registrar alterações visíveis como fissuras, destacamentos de revestimentos, manchas de umidade, degradação de elementos construtivos e outros sinais patológicos.

O levantamento físico e a documentação gráfica das manifestações patológicas fornecem dados importantes sobre a localização, extensão e recorrência do estado de degradação da edificação. Por meio da integração entre observação direta, registros fotográficos e representações padronizadas, a sistematização dessas informações gera subsídios técnicos qualificativos que podem ser considerados no diagnóstico global e no planejamento de futuras intervenções.

As autoras enfatizam que a análise visual se caracteriza por sua simplicidade operacional e baixo custo, pois não depende de tecnologias sofisticadas ou equipamentos complexos. No entanto, sua eficácia está diretamente relacionada à experiência e à capacitação técnica dos profissionais envolvidos, já que a correta identificação das patologias e de suas causas exige conhecimento sobre sistemas construtivos históricos e processos de deterioração.

A metodologia reconhece ainda que o diagnóstico deve ser periódico. Embora a

intervenção especializada deva ser conduzida por profissionais habilitados, a detecção inicial de alterações pode ser realizada pelos próprios usuários no cotidiano, desde que haja sensibilização e formação de um olhar atento. Essa dimensão amplia a responsabilidade pela conservação, reforçando o patrimônio como bem coletivo.

Outro documento atualizado sobre o tema é o "*Modelo de Laudo Técnico do Estado de Conservação dos Bens Protegidos*" (IEPHA, 2023). O documento entende que "o laudo do estado de conservação é um instrumento de gestão e monitoramento dos bens tombados, ou seja, bens culturais de natureza material", sendo um documento que reúne fotos (boa resolução, datadas, legendadas e com atribuição de autoria que contemplem o bem por inteiro) e informações técnicas que refletem se o bem protegido está recebendo os cuidados necessários, sendo elaborado a partir de vistoria no local.

O modelo define parâmetros para a classificação do estado de conservação, sendo eles:

- BOM: Bem se encontra íntegro / Os danos não comprometem suas qualidades físicas ou estéticas, nem sua integridade física / Necessita de reparos de manutenção e limpeza.
- REGULAR: Bem apresenta problemas que não comprometem sua integridade, mas que degradam suas qualidades físicas e/ou estéticas que podem levar à perda de suas características / Necessita de recuperação.
- PRECÁRIO: Bem apresenta problemas que comprometem sua integridade / Necessita de obras de contenção/estabilização e/ou de restauração.
- DESCARACTERIZADO: o bem sofreu descaracterizações irreversíveis.

Uma contribuição relevante também é a partir de ações e diretrizes no estado de Minas Gerais, reconhecido por ser uma referência importante nos estudos de patrimônio. Conforme apresentado por Novais (2015), na metodologia utilizada pelo Ministério Público de Minas Gerais, a avaliação dos danos ao patrimônio cultural parte do reconhecimento de que os bens culturais possuem uma dimensão material e outra imaterial, sendo insuficiente considerar apenas critérios econômicos convencionais para sua análise.

Nesse sentido, a análise incorpora diferentes categorias de valor atribuídas aos bens patrimoniais, entre elas: valor afetivo (vínculo simbólico e identitário com o lugar), valor de antiguidade (preservação de características históricas e técnicas construtivas), valor arquitetônico

(qualidades formais e inserção na paisagem urbana), valor de conservação (condição física e necessidade de intervenções), valor de raridade, valor cênico e paisagístico, além dos valores cognitivo e científico associados às possibilidades de produção de conhecimento.

Quanto aos danos, podem ser diferenciados em danos materiais, relacionados à descaracterização, destruição total ou parcial e obstrução de visibilidade, e danos extrapatrimoniais, que incluem impactos coletivos e perdas associadas ao uso e à fruição social do patrimônio. A lógica de intervenção proposta estabelece como prioridade a prevenção, seguida da recuperação e, apenas quando necessária, a compensação financeira.

Entre as metodologias de avaliação apresentadas por Novais (2015) destacam-se: (i) a metodologia Condephaat, que atribui pontuações conforme o tipo de bem, nível de proteção, gravidade dos danos, possibilidade de recuperação e extensão dos prejuízos, relacionando esses critérios ao valor do imóvel para estimar o dano; e (ii) a metodologia Kaskantzis, baseada na combinação entre valor inicial de restauração e valor de singularidade do bem, considerando fatores como raridade, acessibilidade, potencial de uso e valor paisagístico.

O documento entende que não existe uma metodologia única ou definitiva para avaliação do estado de conservação e dos danos ao patrimônio cultural. A escolha dos critérios deve considerar as especificidades de cada bem e reconhecer que nenhuma metodologia é capaz de abarcar integralmente todos os valores associados ao patrimônio.

Com base nessas proposições, a equipe do projeto também acessou outros materiais, a fim de construir uma metodologia própria para análise do estado de conservação das fachadas do CAUP do Centro Histórico de Cuiabá. Dentre os documentos analisados para elaboração da metodologia proposta podemos citar: Carta de Veneza (ICOMOS, 1964); Manual de elaboração de projetos de preservação de patrimônio cultural (Programa Monumenta, 2005); Guia de Metodologia de Intervenção de Imóveis Históricos (Correios, 2024); Modelo de Laudo Técnico do Estado de Conservação dos Bens Protegidos (IEPHA, 2023); NBR 5674:2012 - Manutenção de edificações, NBR 15575:2013 - Edificações Habitacionais e NBR 16747:2020 - Inspeção Predial, na intenção de aliar avaliação histórica com a avaliação dos sistemas de edificação.

Assim, além dos aspectos técnicos que envolvem a análise do estado de conservação das edificações, também é válido incluir outras dimensões que possam fornecer informações outras, nem sempre presentes em guia ou modelos. Em nosso projeto, também consideramos que a relação afetiva que se estabelece com o CAUP do Centro Histórico de Cuiabá também pode nos

apresentar dados que deem pistas sobre o estado de conservação, o uso e o cuidado do lugar. Por vezes, se não há apreço ou interesse pelo lugar (longe de desconsiderar que há fatores sociais e econômicos relevantes nesses contextos), o descuidado, abandono e consequente deterioração e má-conservação podem ser o cenário encontrados nesses lugares, que historicamente também sofrem com a negligência de diversos agentes também responsáveis pelo cuidado com o patrimônio.

Segundo Pallasmaa (2011) o lugar sozinho não produz sensações e emoções, é necessário que haja um sujeito afetado para que a arquitetura haja como mediadora do mundo interior e exterior, sendo possível a produção de experiências negativas ou positivas para esses usuários. Então para considerar a dimensão afetiva do espaço seria necessário abarcar as percepções dos pesquisadores enquanto estivessem em campo (Fig. 4), de modo que fosse atribuída essa dimensão simbólica através desse diálogo entre sujeito-patrimônio.

Figura 4 - Rua Sete de Setembro no Centro Histórico de Cuiabá



Fonte: as autoras, 2025.

Como forma de metodologia sensível para identificação das sensações provocadas pelo patrimônio, Cruz et al (2024) e Junior (2014) mostraram que o significado atribuído pelas pessoas através da interatividade com eles, trabalha como agente de apropriação e diálogo, através de relatos e observação como uma espécie de inventário participativo, a fim de colher dados que expressem a memória coletiva que traduz as experiências vividas.

6. Nossa metodologia com ALMA

A metodologia construída no âmbito do Projeto Alma Cuiabá parte do entendimento de que a preservação do patrimônio não depende apenas da atuação de especialistas, mas também da formação de um olhar atento por parte daqueles que vivenciam cotidianamente a cidade. Embora as intervenções técnicas devam ser conduzidas por profissionais habilitados, a identificação inicial de alterações, sinais de degradação e transformação pode ser realizada por observadores sensibilizados e orientados por critérios claros. Foi justamente nesse ponto de convergência que estruturamos nossa proposta metodológica: articular rigor técnico, percepção sensível e dimensão emocional na análise do estado de conservação dos imóveis do CAUP.

Conforme destacado anteriormente, foi feito o reconhecimento das metodologias existentes para a documentação dos danos nos imóveis. Este processo suscitou uma reflexão sobre como nós, enquanto equipe multidisciplinar, poderíamos contribuir para esse debate não apenas a partir do diagnóstico final, mas também dos próprios caminhos para documentar o estado de conservação.

Existem diferentes modalidades de inspeção voltadas ao propósito de atestar o estado de conservação. Algumas, ao se aprofundarem na identificação e caracterização das patologias construtivas, fornecem subsídios para a contenção de danos e para a definição de intervenções capazes de contribuir para a permanência do patrimônio edificado e, com ele, de suas memórias. Entretanto, compreendemos que também existem outras camadas envolvidas no processo de permanência do patrimônio como elemento vivo: percebê-lo, reconhecê-lo e despertar o interesse por sua preservação.

Assumimos, portanto, o compromisso de pensar uma metodologia capaz de provocar o olhar, o interesse crítico e o apreço pelo patrimônio a partir do contato com as diferentes camadas

que compõem este lugar. E se, então, o próprio ato de documentar pudesse constituir também uma ferramenta reflexiva, capaz de permitir que diferentes áreas e sujeitos participassem desse processo?

O exercício de observar e atribuir significado ao território já ocorre cotidianamente entre aqueles que o habitam, percorrem e utilizam, ainda que não sejam especialistas ou técnicos da área. Partimos, assim, do entendimento de que uma ferramenta de documentação pode não apenas aprender com as experiências daqueles que vivem o território, mas também contribuir para que diferentes sujeitos — inclusive aqueles que se aproximam do lugar com a intenção de investigá-lo — desenvolvam um olhar mais consciente sobre aquilo que observam. A contribuição do projeto, portanto, não se limita ao resultado documental. Envolve também a reflexão sobre como documentar um lugar sem reduzir sua complexidade às categorias previamente estabelecidas.

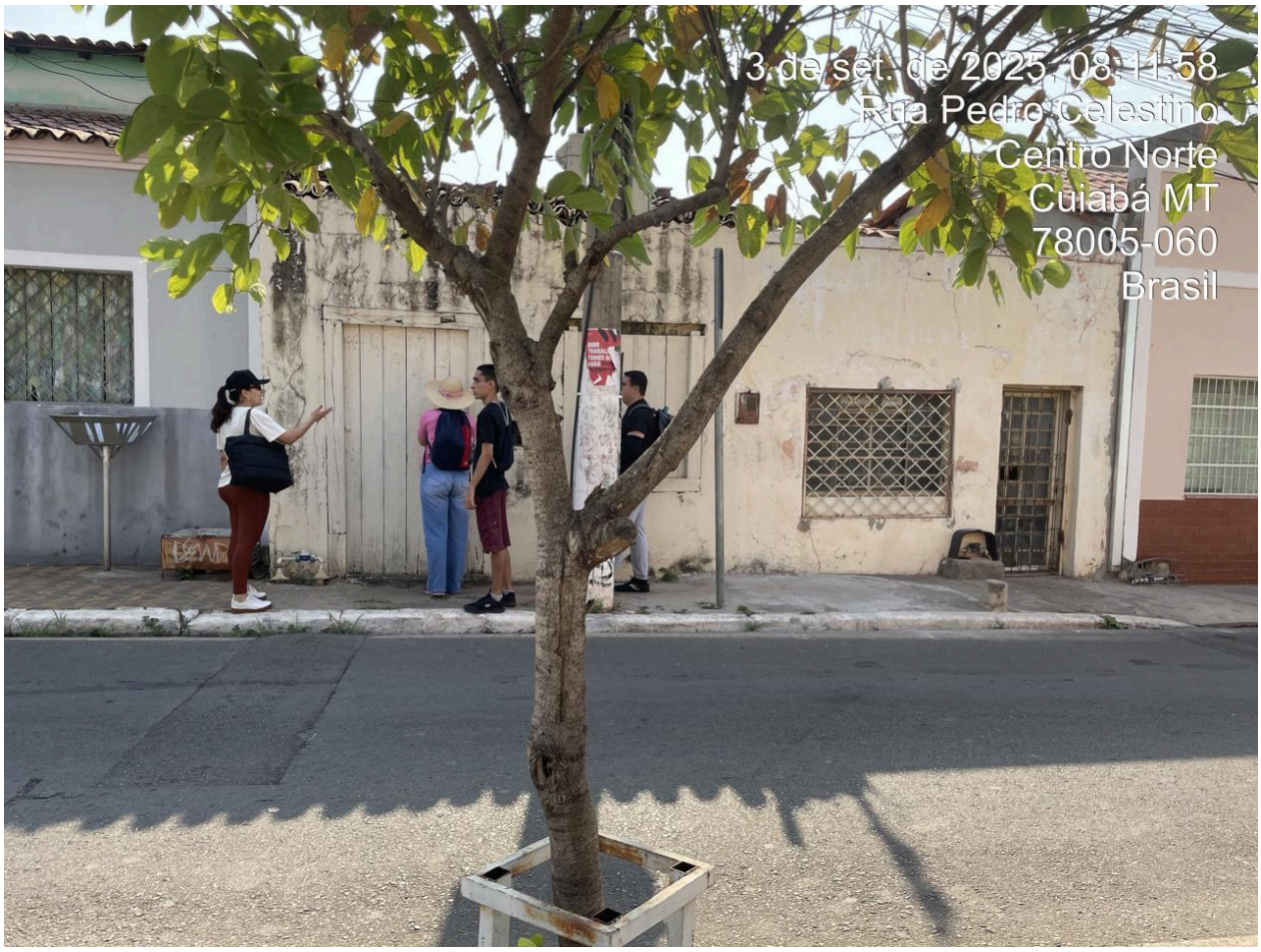
A análise do estado de conservação pode fornecer dados sobre as condições materiais das edificações, mas também pode favorecer a percepção de como diferentes sujeitos experimentam, reconhecem e atribuem significados a esse território. Para isso, tornou-se necessário então construir uma abordagem capaz de reconhecer tanto as formas de cuidado e permanência quanto as perdas, ausências e processos de degradação que também constituem a paisagem.

Essa perspectiva exigiu, ainda, cuidado para que o reconhecimento daquilo que permanece não resultasse em sua romantização e muito menos em avaliação estritamente estética. Identificar formas de resistência, usos e permanências não significa desconsiderar os processos de abandono ou as desigualdades que atravessam o território. O desafio consiste em observar simultaneamente aquilo que existe e aquilo que deixou de existir, reconhecendo as permanências sem deixar de investigar as ausências e os efeitos produzidos por elas.

Foi a partir dessas premissas que se iniciou a construção do instrumento de registro. O desafio consistia em desenvolver uma ferramenta suficientemente estruturada para garantir a sistematização dos dados, mas suficientemente aberta para acolher as diferentes dimensões que poderiam emergir durante a observação. Não se buscava, portanto, um instrumento fechado para analisar o estado de conservação, capaz de enquadrar previamente todas as situações encontradas, mas uma estrutura que orientasse o olhar sem limitar aquilo que poderia ser percebido e registrado.

Após o balizamento da equipe, foram iniciadas as incursões em campo com o intuito de reconhecer, in loco, os elementos destacados no diagrama simbólico apresentado anteriormente,. Nesse sentido, embora a ida a campo seja orientada por um roteiro aberto, construído e reelaborado a partir da própria experiência (Sandeville Jr., 2004), chegar ao território com um olhar mais consciente significa assumir uma postura de maior sensibilidade diante daquilo que se apresenta. O campo, assim, não é compreendido apenas como o espaço de aplicação de procedimentos previamente definidos, mas como parte do próprio processo de investigação, no qual a experiência pode provocar novas perguntas, deslocar percepções e contribuir para o próprio aprimoramento do instrumento de registro (Figura 5).

Figura 5 - Rua Governador Rondon no Centro Histórico de Cuiabá



Fonte: as autoras (2025).

Desse modo, o contato direto com o território, orientado pelas abordagens, premissas e intencionalidades do projeto, constituiu também uma fonte para a construção da metodologia. Iniciamos nossas aproximações ao longo de todo o Centro Histórico de Cuiabá por meio de "campos experimentais" (iniciado em setembro de 2025, conforme datado na figura 5), que permitiram reconhecer a extensão da área, suas características e as diferenças existentes entre seus diversos setores.

A partir dessa experiência, evidenciou-se que, embora o Centro Histórico de Cuiabá[2] pudesse ser tomado como uma unidade de análise, sua extensão não correspondia a uma realidade homogênea. As distinções percebidas entre os setores definidos pela Instrução Normativa (1994) passaram, assim, a constituir referências iniciais para a definição do recorte de análise do estado de conservação.

Uma das questões identificadas durante os campos experimentais foi a significativa sobreposição de elementos presentes nas fachadas, especialmente nos setores de maior atividade comercial. Por se tratar de um território vivo e cotidianamente movimentado, as fachadas encontram-se sujeitas a alterações frequentes relacionadas aos diferentes usos contemporâneos. Placas, equipamentos, elementos de comunicação visual, esquadrias e outras intervenções podem se sobrepor, e até mesmo substituir, elementos originais produzindo uma paisagem visual complexa, na qual diferentes temporalidades, apropriações e funções coexistem. Essa condição evidenciou a necessidade de que o instrumento de registro fosse capaz de reconhecer não apenas os elementos arquitetônicos e seus estados de conservação, mas também as diferentes interferências que compõem a experiência visual das fachadas no cotidiano e, portanto, devem fazer parte de seu diagnóstico.

[2] Que, em sua totalidade, diz respeito à área de tombamento e área de entorno.

Figura 6 - Rua Galdino Pimentel no Centro Histórico de Cuiabá - área tombada



Fonte: as autoras (2026).

Figura 7 - Rua Generoso Ponce no Centro Histórico de Cuiabá - área de entorno do Setor Ipiranga



Fonte: as autoras (2025).

Figura 8 - Avenida Tenente Coronel Duarte no Centro Histórico de Cuiabá - área de entorno Setor Morro da Luz.



Fonte: as autoras (2025).

Ao longo desse percurso, também foram percebidos diferentes níveis de degradação e descaracterização das fachadas, tanto na área tombada quanto nos setores de entorno, conforme podemos ver nas figuras anteriores. Embora essas condições apresentassem aspectos convergentes, compreendeu-se que a área tombada demandava maior aprofundamento, delimitando-se, a partir dessa constatação, a área de levantamento desta etapa da pesquisa. Seus aproximadamente 400 imóveis configuram um recorte territorial amplo e diverso, mas ainda passível de ser percorrido e documentado com a atenção requerida pela proposta. A incorporação dos setores de entorno nesta fase do projeto ampliaria significativamente essa dimensão,

comprometendo o nível de aprofundamento pretendido e a possibilidade de construir uma leitura mais detalhada das particularidades encontradas.

Essa escolha não se constituiu, portanto, apenas como uma resposta à extensão territorial, mas como uma decisão metodológica. A área tombada carrega estigmas particularmente acentuados e está mais atravessada por diferentes discursos sobre abandono, degradação e perda. Aproximar a escala de observação da complexidade encontrada em campo tornou-se, nesse sentido, uma maneira de criar condições para uma leitura mais atenta de suas particularidades.

Figura 9 - Rua Pedro Celestino no Centro Histórico de Cuiabá - área de entorno do Setor República e área tombada



Fonte: as autoras (2025).

Foi a partir dessas considerações que se iniciou a elaboração do instrumento de registro: um formulário para levantamento desenvolvido na plataforma Google Forms, estruturado para possibilitar a coleta de registros textuais, fotográficos, audiovisuais e sonoros. O formulário foi iniciado já no primeiro campo experimental e progressivamente lapidado, sobretudo nas primeiras idas a campo, a partir das situações encontradas e das reflexões suscitadas pela própria experiência de preenchê-lo.

Além de documentar o estado de conservação, buscávamos compreender se o instrumento também era capaz de registrar a maneira como o território estava sendo percebido por aqueles que o observavam. Tratava-se, portanto, de avaliar continuamente se as perguntas e os campos propostos eram suficientemente provocativas para diferentes áreas do conhecimento, se eram capazes de orientar o percurso do olhar pela fachada e, sobretudo, se induziam as e os pesquisadores a permanecer diante dela, observando-a com calma, cuidado e atenção.

Essa dimensão do instrumento foi compreendida como parte da própria estratégia de preservação. Ao preencher o formulário, o sujeito-pesquisador/pesquissdora não apenas registrava aquilo que já havia percebido, mas era conduzido por uma sequência de perguntas e observações que reorganizava sua maneira de olhar para o imóvel. A ferramenta buscava, assim, produzir uma pausa e estimular uma observação mais demorada, fazendo do próprio ato de registrar uma experiência de aproximação com o patrimônio. Nesse sentido, a documentação não se limita à produção de dados sobre o estado de conservação: ela constitui também um exercício de formação de um olhar consciente, orientado para o atravessamento das diferentes camadas que compõem o território e, a partir desse processo, para uma apreensão mais atenta do lugar.

O desafio consistia, portanto, em desenvolver uma ferramenta suficientemente estruturada para garantir a sistematização dos dados, mas, ao mesmo tempo, suficientemente aberta para acolher as diferentes dimensões que poderiam emergir durante a observação.

O formulário desenvolvido neste projeto articula, portanto, procedimentos técnicos básicos de vistoria — como a observação dos sistemas construtivos, a identificação de anomalias e o registro fotográfico sistematizado — à descrição da percepção do ambiente e ao registro das experiências e emoções suscitadas pelo contato com cada edificação. Considerando a impossibilidade de acesso ao interior dos imóveis, a avaliação concentrou-se nas fachadas,

compreendidas tanto como interface pública do patrimônio quanto como superfície na qual se manifestam aspectos construtivos, formais, históricos e simbólicos.

Os registros audiovisuais, obrigatórios em cada levantamento, foram realizados por meio do aplicativo Timestamp, que possibilita incorporar informações como data, endereço e coordenadas geográficas, contribuindo para a rastreabilidade e a padronização das informações coletadas. Definiu-se também que esses registros deveriam ser realizados com as câmeras posicionadas horizontalmente, de modo a estabelecer um padrão para a documentação das fachadas. Para garantir a continuidade e a integração dos registros produzidos em campo, os formulários foram preenchidos diretamente em tablets e telefones celulares, permitindo reunir, em um mesmo procedimento, os registros fotográficos e audiovisuais, as anotações e as demais informações produzidas durante o levantamento.

Figura 10 - Orientação da equipe antes dos levantamentos de campo, realizada na Praça da Mandioca, com apresentação dos itens que compõem o formulário de registro

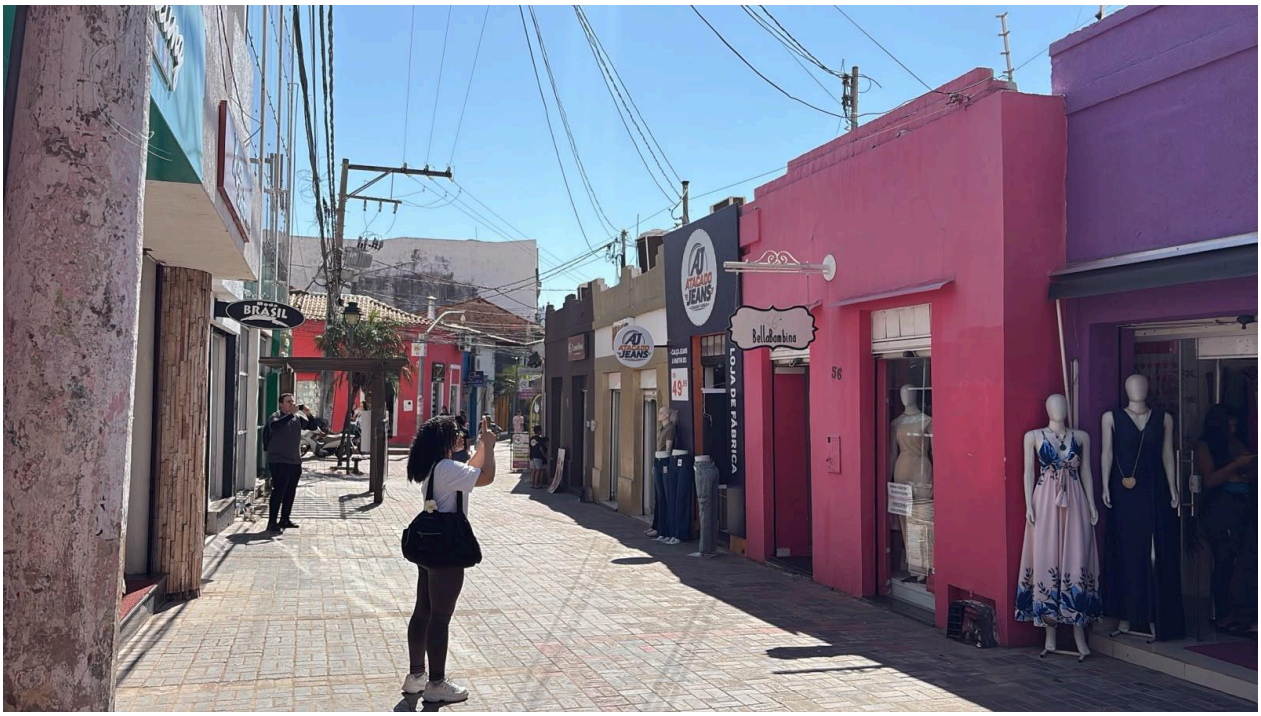


Fonte: as autoras (2025).

Antes de cada campo, as arquitetas reuniam toda equipe para apresentar o formulário em sua totalidade, dando as orientações gerais sobre seu preenchimento e direcionando os percursos a serem percorridos, antes da separação das equipes para a coleta dos dados, conforme figura 10. Foram separadas equipes compostas de duas e três pessoas por trecho, contando ainda com a presença de uma das arquitetas em cada uma delas (fig. 11). Essa presença tinha como objetivo possibilitar que eventuais dúvidas surgidas durante o levantamento fossem imediatamente suscitadas, discutidas e, quando necessário, esclarecidas no próprio campo, sem interromper ou comprometer o processo de registro. Longe de constituir uma presença limitadora ou de estabelecer uma hierarquia sobre os demais olhares, as arquitetas assumiram uma função

norteadora, contribuindo para os aspectos técnicos da análise e, simultaneamente, participando do próprio processo de aprendizagem proporcionado pelo campo.

Figura 11 - Levantamentos realizados em dupla, fotografia na Rua/Calçadão Engenheiro Ricardo Franco



Fonte: as autoras (2025).

Essa dinâmica permitiu compreender a presença das arquitetas não apenas como suporte à aplicação dos critérios técnicos, mas também como parte do processo de educação patrimonial proposto pela metodologia. Ao orientar questões relacionadas aos elementos arquitetônicos, aos danos e às características construtivas observadas, as profissionais compartilhavam conhecimentos específicos; ao mesmo tempo, suas próprias experiências eram atravessadas pelas percepções, questionamentos e descobertas produzidos no contato com o território. Estabelecia-se, assim, uma relação de troca na qual ensinar e aprender aconteciam simultaneamente, reforçando a compreensão de que o campo não era apenas o lugar de aplicação de um conhecimento previamente consolidado, mas também espaço de construção coletiva do conhecimento e de (re)orientação do olhar.

A definição dos critérios de avaliação tomou como referência documentos e normativas técnicas citadas anteriormente. A partir desses referenciais, elaboramos uma tabela própria de classificação dos danos (Tabela 1), utilizada como suporte para a atribuição de notas às diferentes categorias analisadas, como paredes e estruturas visíveis, esquadrias, cobertura, adornos e ornamentos, além da caracterização das anomalias observadas.

Tabela 1 - Classificação de danos para análise do estado de conservação das fachadas da área tombada

Definições	Caracterização	Pontuação
BOM - dano leve	Bem encontra-se íntegro, danos não comprometem suas qualidades físicas ou estéticas, nem sua integridade física. Necessita de reparos de manutenção e limpeza.	10 - 8
REGULAR - dano moderado	Imóvel possui problemas que não comprometem sua integridade, mas que degradam suas qualidades físicas e/ou estéticas que podem levar a perda de suas características, sendo necessária intervenções pontuais de reparo/recuperação.	7 - 5
RUIM - dano intenso	Quando os materiais que o compõem a parte vistoriada se encontram demasiado danificados, ou seja, com sua integridade danificada, sendo necessária consolidação ou restauração a fim de devolver estabilidade, as características e a qualidades do edifício.	4 - 1
PÉSSIMO - dano irrecuperável	O bem sofreu danos/descaracterizações irreversíveis.	0

Fonte: as autoras (2025).

A tabela de classificação apresentada abre o formulário como instrumento de consulta durante o levantamento. Seu objetivo é orientar a atribuição das notas a partir da reflexão sobre os danos identificados e seu respectivo grau de irreversibilidade, considerando aquilo que se manifesta visualmente na fachada. A tabela, portanto, não é compreendida como um mecanismo de classificação automática, mas como um suporte à análise e à tomada de decisão do observador diante das condições percebidas.

Para cada categoria — paredes e estruturas aparentes, esquadrias, cobertura/telhado, adornos e ornamentos — foram registrados e caracterizados os danos e demais ocorrências identificadas, acompanhados da atribuição de notas conforme os critérios estabelecidos na Tabela 1. O formulário também contemplou aspectos relacionados ao entorno, considerando o diálogo estabelecido entre cada edificação e o conjunto histórico, partindo do entendimento de que o estado de conservação deve ser compreendido em relação à inserção do imóvel e à paisagem urbana da qual participa. Por fim, cada levantamento incorporou a dimensão emocional experimentada pelos observadores, registrando as percepções e os afetos suscitados no decorrer do levantamento.

O formulário passou, assim, a reunir duas dimensões complementares: o registro do estado de conservação e o registro da experiência no território. Os tópicos estruturados possibilitaram a sistematização e posterior comparação dos dados, enquanto os tópicos abertos permitiram registrar ocorrências, percepções e situações que não poderiam ser adequadamente traduzidas pelas categorias previamente estabelecidas. Essa combinação entre estrutura e abertura constituiu um princípio fundamental do instrumento, permitindo orientar a observação sem antecipar integralmente aquilo que poderia emergir no contato com o campo.

A classificação da fachada não foi realizada como uma avaliação única e imediata do imóvel. O percurso iniciava-se pela identificação de seus componentes, seguida da observação das condições específicas de cada um, do registro das ocorrências e da caracterização dos danos encontrados. Essa estratégia permitiu que a classificação final resultasse da articulação entre diferentes observações, e não apenas de uma impressão geral produzida diante da edificação.

Além disso, considerando que o que aparece cadastralmente como um único imóvel pode apresentar diferentes usos, intervenções, identidades visuais e níveis de conservação ao longo de sua extensão, estabelecemos que cada fragmento de fachada reconhecido durante o processo de percepção corresponderia a um formulário próprio.

A fragmentação adotada, portanto, representa uma forma de reconhecer a própria complexidade da paisagem. Em uma mesma fachada, diferentes estabelecimentos podem produzir tratamentos distintos, assim como uma única edificação pode estabelecer relações diversas com as ruas para as quais se volta. Registrar esses fragmentos permitiu evidenciar diferenças que poderiam ser diluídas caso o imóvel fosse tratado como uma unidade homogênea. Ao mesmo tempo, a reunião posterior desses registros possibilita retornar à compreensão do conjunto, observando como sua unidade arquitetônica é construída, percebida e, em determinados casos, progressivamente transformada.

Essa escolha decorreu também da percepção de uma dissonância entre a unidade estabelecida nos registros cadastrais e aquela que se apresenta na experiência do espaço público. Embora a matrícula e as bases cartográficas indiquem determinadas unidades imobiliárias, nem sempre seus limites são imediatamente reconhecíveis a partir do nível da rua. A análise orientada pela percepção levou-nos, portanto, a considerar como unidade de registro aquilo que se apresentava como unidade visualmente reconhecível durante o percurso.

Essa condição tornou-se particularmente evidente nos trechos de maior atividade comercial. Nesses locais, a leitura da fachada é atravessada pela sobreposição de diferentes elementos associados aos usos contemporâneos: logotipos, letreiros, cores, equipamentos, acessos e outras formas de comunicação visual – por vezes fora dos padrões estabelecidos pela normativa do IPHAN. Em alguns casos, esses elementos demarcam visualmente os limites de cada estabelecimento, produzindo uma composição fragmentada que pode dificultar o reconhecimento da unidade arquitetônica originalmente constituída. Assim, aquilo que cadastralmente corresponde a um único imóvel pode apresentar-se, no nível da rua, como diferentes unidades percebidas.

Considerar essa unidade gerada pela percepção não significou desconsiderar a unidade cadastral ou arquitetônica do imóvel, mas reconhecer que diferentes escalas de leitura coexistem no território. A fragmentação,permitiu registrar aquilo que efetivamente se apresentava ao observador, enquanto a posterior reunião dos registros possibilitou relacionar esses fragmentos à edificação e ao conjunto do qual fazem parte. Dessa maneira, a metodologia procurou aproximar a unidade documental da experiência concreta da fachada, reconhecendo a distância, quando existente, entre aquilo que consta cadastralmente e aquilo que é visível cotidianamente.

A adoção desse critério demonstra e reforça uma questão percebida ao longo dos levantamentos: as soluções contemporâneas utilizadas para demarcar as atividades comerciais parecem, em determinados casos, sobrepor-se à própria leitura do patrimônio, como ilustrado abaixo na figura. 12. Ainda que existam normativas que estabeleçam parâmetros para esse tipo de intervenção, observa-se a presença de diferentes estratégias de identificação comercial que, valendo-se das possibilidades e brechas existentes, imprimem nas fachadas marcas, cores, logotipos, letreiros e outros elementos de comunicação visual. O resultado é a constituição de uma paisagem na qual a identidade comercial passa a disputar espaço com as características arquitetônicas que conferem unidade ao conjunto histórico.

Figura 12 - Imóvel na Rua Pedro Celestino no Centro Histórico de Cuiabá - fragmentações reconhecidas nas fachadas



Fonte: as autoras (2025).

Para a obtenção de uma classificação geral do estado de conservação dos fragmentos de fachada, realizou-se a média ponderada das notas atribuídas a cada categoria. Os pesos foram definidos metodologicamente a partir da participação relativa de cada componente na leitura da fachada a partir do espaço público. As paredes e estruturas aparentes receberam peso 3; as esquadrias, peso 2; e a cobertura, assim como os adornos e ornamentos, peso 1.

A ponderação buscou reconhecer a contribuição diferenciada de cada elemento para a leitura da fachada, considerando os limites próprios de uma avaliação realizada predominantemente a partir da observação externa. No caso da cobertura, embora sua função na conservação e integridade da edificação seja crucial, sua visualização parcial a partir do espaço público restringe a possibilidade de observação satisfatória durante o levantamento, além dos diversos imóveis em que não foi possível visualizar a cobertura devido ao uso de platibanda. Por essa razão, atribuiu-se a esse componente um peso menor, buscando compatibilizar sua relevância construtiva com aquilo que efetivamente poderia ser identificado e avaliado no campo.

Além destas categorias, houve a classificação por nota também da relação da fachada com o conjunto histórico. Para isso, foi atribuída uma nota específica ao diálogo estabelecido entre o fragmento de fachada e o conjunto, também a partir da percepção do observador. Essa nota considera a forma como a fachada se apresenta no contexto da paisagem, sua relação com as características arquitetônicas reconhecíveis do conjunto e aquilo que, mesmo diante de transformações, ainda remete à sua condição histórica.

A atribuição dessa nota parte do reconhecimento de que a avaliação do diálogo com o conjunto histórico não poderia ser reduzida a um parâmetro estritamente objetivo. Embora a análise da conservação permita identificar e classificar determinadas condições materiais e ocorrências visíveis, não se dispõe, para essa dimensão, de um método comparativo capaz de mensurar precisamente o nível de descaracterização de cada fachada ou de estabelecer, de maneira absoluta, quanto de sua configuração original permanece reconhecível. A nota de conjunto histórico foi, portanto, concebida como uma avaliação perceptiva, construída a partir da experiência do observador no espaço público e de sua capacidade de reconhecer permanências, alterações, referências e rupturas na composição da fachada.

A partir dessa percepção, foi calculada uma nota de impacto na paisagem, resultante da combinação entre a classificação geral do estado de conservação e a nota atribuída ao diálogo

com o conjunto histórico, sendo esta última considerada com peso 3. A ponderação confere maior participação à dimensão de conjunto na composição da nota final, uma vez que o objetivo não é apenas identificar a condição física do fragmento, mas compreender como essa condição, associada às permanências e transformações arquitetônicas reconhecíveis, repercute na leitura da paisagem histórica.

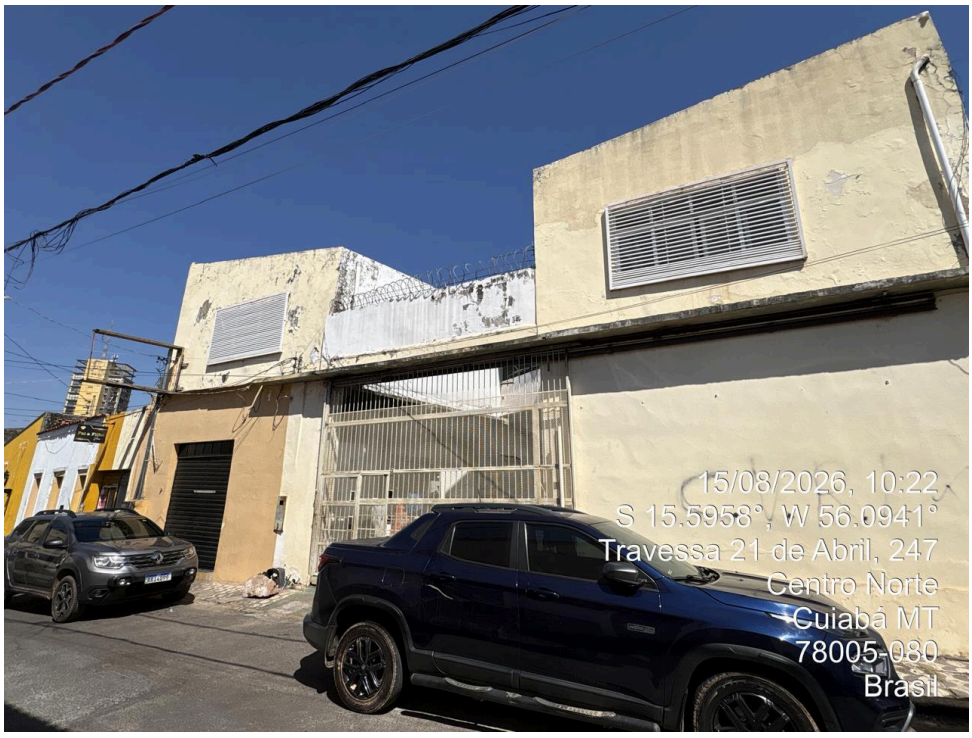
Quadro 1 - Categorias, pesos e dimensões de análise do estado de conservação das fachadas e seu grau de impacto na paisagem

CATEGORIAS	PESO ATRIBUÍDO	O QUE PERMITE COMPREENDER
paredes e estruturas aparentes	3	Revela as condições de conservação dos planos que constituem a fachada e das estruturas nela aparentes, permitindo identificar danos, alterações, intervenções e permanências que incidem diretamente sobre sua integridade física e material. Por sua extensão e predominância na composição da fachada, essa categoria constitui a principal referência para a avaliação do estado geral de conservação do fragmento.
esquadrias	2	Revela as condições de conservação, permanência, substituição e alteração das esquadrias, considerando sua participação na composição e na caracterização arquitetônica da fachada. Permite reconhecer ritmos, proporções e relações entre cheios e vazios, bem como adequações decorrentes dos usos contemporâneos, incluindo modificações, fechamentos e outras intervenções que alteram sua configuração e leitura.
cobertura	1	Revela as condições observáveis da cobertura/telhado e sua relação com a configuração da fachada, considerando as limitações próprias de sua visualização a partir do espaço público. A análise concentrou-se, sobretudo, no beiral, elemento geralmente perceptível a partir do nível da rua. Em situações específicas, como nas vias de maior largura ou naquelas em que o distanciamento entre o observador e a edificação possibilitou um campo de visão mais amplo, foi possível observar também outros elementos da cobertura. Na maior parte dos levantamentos, contudo, a avaliação permaneceu restrita aos aspectos visíveis do beiral.
adornos e ornamentos	1	Revela a permanência, alteração, perda ou substituição dos elementos ornamentais e decorativos que contribuem para a caracterização e identidade arquitetônica da fachada.
conjunto histórico	3	Revela, a partir da percepção do observador, como o fragmento se relaciona com o conjunto histórico, considerando permanências, transformações, referências arquitetônicas, rupturas e aquilo que a fachada ainda comunica ou evoca na paisagem.
NOTAS FINAIS		
ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO DA FACHADA =		(PAREDES E ESTRUTURAS APARENTES X3) + (ESQUADRIAS X2) + (COBERTURA X1)+ (ADORNOS E ORNAMENTOS X1) /7
GRAU DE IMPACTO NA PAISAGEM =		(PAREDES E ESTRUTURAS APARENTES X3) + (ESQUADRIAS X2) + (COBERTURA X1)+ (ADORNOS E ORNAMENTOS X1) + (CONJ. HIST. X3) /10

Fonte: as autoras (2025).

Essa distinção, entre grau de conservação e impacto na paisagem, permite evidenciar situações que poderiam permanecer ocultas quando a análise se restringe ao estado físico aparente da fachada. Uma edificação pode apresentar-se materialmente íntegra e, ainda assim, ter perdido elementos significativos de sua configuração arquitetônica ou incorporado intervenções que alteram de maneira expressiva sua relação com o conjunto, como ocorre, por exemplo, em situações de fechamento ou constituição de fachadas cegas, conforme podemos ver na figura 13. Nesses casos, uma boa condição material não corresponde necessariamente a uma contribuição equivalente para a leitura da paisagem histórica. A nota de impacto na paisagem procura justamente apreender essa nuance, relacionando a condição atual da fachada às permanências arquitetônicas e àquilo que ela ainda comunica ou evoca no contexto do conjunto.

Figura 13 - Imóvel na Travessa 21 de abril no Centro Histórico de Cuiabá - entre a conservação material e o grau de impacto na paisagem histórica.



Fonte: as autoras (2025).

Desse modo, as duas classificações finais — estado geral de conservação e impacto na paisagem — respondem a questões distintas e complementares. A primeira procura responder: a fachada está íntegra em relação às categorias materiais observadas? A segunda desloca a pergunta para uma escala mais ampla: como sua condição atual, considerando tanto seu estado de conservação quanto suas permanências e transformações arquitetônicas, repercute na leitura da paisagem histórica da qual participa? A distinção entre essas duas dimensões permite reconhecer que conservar materialmente uma fachada e contribuir para a preservação da leitura do conjunto são aspectos relacionados, mas não necessariamente equivalentes.

As fotografias assumiram também, nesse contexto, uma função que ultrapassa a simples comprovação do estado físico das fachadas. Ainda que submetidas a orientações prévias que buscam padronizar o registro, elas carregam, inevitavelmente, o olhar e a percepção de quem as produz. A escolha dos elementos fotografados, dos detalhes destacados e dos enquadramentos realizados participa da construção do documento e pode revelar aquilo que mobilizou a atenção do pesquisador durante o percurso. Desse modo, a fotografia foi compreendida não apenas como evidência das condições observadas, mas também como uma forma de registro da própria experiência perceptiva em campo (fig. 14).

Figura 14 - Fotografia feita durante levantamentos no Beco do Candeeiro - o olhar fotográfico



Fonte: as autoras (2025).

Por fim, o formulário incorporou a dimensão emocional experimentada pelos pesquisadores diante de cada fragmento de fachada. Essa dimensão não foi compreendida como um complemento subjetivo ao diagnóstico técnico, mas como parte constitutiva da proposta metodológica. Ao registrar os efeitos e as impressões suscitados pelo imóvel no observador, buscou-se reconhecer que a relação com o patrimônio não se estabelece apenas a partir de suas características materiais, mas também por meio das experiências, associações, memórias e significados produzidos no contato com ele. Assim, tanto a fotografia quanto o registro das afetações suscitadas pelo fragmento passaram a integrar uma documentação que procura reunir aquilo que se vê, o que se experimenta e o que se registra durante o encontro com o patrimônio.

A partir desses registros, tornou-se possível pensar uma cartografia afetiva associada ao conjunto histórico. As informações vêm sendo inseridas na plataforma Google My Maps, permitindo relacionar espacialmente os registros produzidos em campo e construir uma espécie de geografia emocional da área tombada. Nesse sentido, a cartografia deixa de representar apenas a localização dos imóveis e passa também a evidenciar diferentes modos de perceber, experimentar e atribuir significado ao território.

Para Oliveira e Ribeiro (2019), o valor do patrimônio é construído a partir da sensibilidade e das emoções, fortalecendo-se e transformando-se por meio das narrativas que se produzem em torno dele. Essa compreensão aproxima-se da noção de patrimônio afetivo, segundo a qual a relevância do patrimônio não decorre exclusivamente dos processos institucionais de tombamento e preservação, mas também dos sentidos que lhe são atribuídos pelas comunidades que o reconhecem e valorizam. Nessa perspectiva, a afetividade constitui uma dimensão capaz de aproximar o patrimônio das experiências cotidianas, favorecendo processos de reconhecimento, apropriação e cuidado (Oliveira e Ribeiro, 2019; Bezerra, 2013).

Cabe ressaltar que a incorporação dessa dimensão afetiva foi precedida por um processo de sensibilização da equipe, desenvolvido por meio das oficinas e dos campos experimentais que participaram da construção coletiva da metodologia. As idas ao campo, os testes do formulário, as discussões entre as e os pesquisadores e os ajustes realizados ao longo do processo permitiram amadurecer tanto os critérios técnicos quanto a maneira de observar e registrar as experiências diante dos imóveis. O trabalho em duplas também se mostrou significativo nesse processo: a permanência diante de cada fachada possibilitava desacelerar, observar seus detalhes, discutir

possíveis divergências na atribuição das notas e refletir sobre aquilo que o imóvel provocava em cada pesquisador.

O tempo dedicado a cada levantamento — aproximadamente trinta minutos por fachada — constituiu, nesse sentido, uma experiência distinta daquela que caracteriza a circulação cotidiana pelo Centro Histórico. A metodologia introduziu uma pausa no percurso, transformando o ato de olhar em exercício consciente de observação e cuidado. A dimensão do cuidado, portanto, não esteve apenas presente como conceito, mas foi incorporada à própria maneira de estar em campo: parar, observar, discutir, registrar e reconhecer o patrimônio como parte de uma experiência coletiva.

É nessa articulação entre observação, percepção, experiência e sistematização que se estrutura a contribuição metodológica do projeto ALMA Cuiabá. Os índices e classificações produzidos pela avaliação permanecem importantes como instrumentos de síntese e comparação, mas passam a ser compreendidos como resultado de um percurso anterior de reconhecimento. A documentação do estado de conservação, portanto, não se encerra na atribuição de uma classificação. Ela constitui também uma forma de tornar visíveis diferentes condições, relações, percepções, afetações e processos que participam da configuração da paisagem histórica.

6.1 Percepções gerais das fachadas das edificações da área tombada do Centro Histórico de Cuiabá: limites e potencialidades da metodologia de apreensão

Em um território atravessado por diferentes temporalidades, cujas primeiras ocupações ultrapassam 300 anos e no qual ainda resistem edificações e elementos construtivos de diferentes períodos, compreende-se que a permanência desses imóveis também resulta de sucessivas intervenções realizadas ao longo do tempo. Essas camadas de transformação podem ser percebidas na sobreposição de materiais, técnicas e soluções construtivas de diferentes períodos: nas paredes originais ainda em taipa e nos tijolinhos maciços aplicados posteriormente; nos vidros instalados diante das esquadrias de madeira e nos elementos em ferro forjado presentes em bandeiras e guarda-corpos; na cimalha que ainda prolonga o beiral e na posterior aplicação de telhas de fibrocimento; ou, ainda, nos adornos associados ao período eclético em Cuiabá e em outras aplicações em cimento que, em determinados casos, podem produzir referências que remetem a um falso histórico.

Essas sobreposições evidenciam que a fachada não se constitui como uma materialidade estática, mas como resultado de diferentes tempos que permanecem inscritos e justapostos em sua configuração atual. A análise de seu estado de conservação precisou, portanto, considerar não apenas os danos que incidem sobre cada material, mas também as substituições, adaptações, acréscimos e intervenções posteriores. São essas diferentes camadas que tornam a leitura das fachadas particularmente complexa, uma vez que os danos e as transformações atravessam materiais de naturezas e temporalidades distintas, repercutindo sobre sua integridade material, conforme podemos evidenciar na figura 15.

Figura 15 - Fotografia feita durante levantamentos na Pedro Celestino - sobreposição de materiais e técnicas em edificação datada de 1731.



Fonte: as autoras (2025).

Segundo o documento *Conservação preventiva de imóveis antigos em núcleos históricos* (IPHAN, 2020), a água é identificada como um dos principais agentes de degradação, condição também perceptível nas fachadas analisadas. Infiltrações provenientes da cobertura, falhas em calhas, encharcamento do solo e vazamentos podem desencadear processos progressivos de deterioração, afetando revestimentos, estruturas e fundações. Nesse sentido, a conservação dos imóveis demanda atenção aos elementos e sistemas mais sensíveis à presença da umidade, especialmente à cobertura, aos dispositivos de drenagem e aos pontos de contato da edificação com o solo.

O documento destaca ainda a cobertura como um dos primeiros aspectos a serem observados, uma vez que falhas nesse sistema podem repercutir sobre diferentes partes da edificação. Essa orientação contribui para compreender o imóvel de maneira sistêmica, reconhecendo que os elementos que o constituem não atuam de forma isolada e que as condições de uma parte podem repercutir sobre o desempenho de outras. No entanto, diante das características do levantamento realizado, predominantemente orientado pela observação externa a partir do espaço público, essa compreensão precisou ser articulada aos limites efetivos de visualização de cada componente. Assim, embora a cobertura tenha reconhecida importância para a conservação da edificação, sua avaliação no levantamento concentrou-se principalmente nos elementos que se apresentavam visíveis, sobretudo o beiral, justificando sua ponderação diferenciada na composição do estado geral de conservação.

Ainda que a cobertura tenha sido observada de maneira mais restrita, a análise dos demais componentes das fachadas permitiu perceber algumas das repercussões associadas à sua ausência ou às suas deficiências. Em imóveis com mais de um pavimento, por exemplo, foram observadas, em determinados casos, diferenças significativas entre as condições apresentadas no térreo e aquelas identificadas nos pavimentos superiores (fig. 16) Embora parte dessas diferenças possa estar relacionada aos tipos de uso, a presença e as condições da cobertura também se mostraram relevantes para compreender a proteção proporcionada à edificação e aos seus diferentes componentes. Desse modo, aquilo que inicialmente se apresentava como uma limitação de observação da cobertura pôde também ser apreendido, ainda que indiretamente, a partir dos efeitos identificados nos demais elementos da fachada.

Figura 16 - Registro feito durante levantamentos no calçadão Engenheiro Galdino Pimentel - diferença nas condições de conservação entre os pavimentos, evidenciando o melhor estado de conservação do térreo e a maior degradação do pavimento superior, desprovido de cobertura



Fonte: as autoras (2025).

Esse tipo de percepção reforça a necessidade de compreender a edificação como um sistema integrado, mas também evidencia que, diante dos limites de análise de um de seus componentes, outros elementos podem revelar, ainda que indiretamente, sua condição. A estrutura é única e, ainda que determinados danos se manifestem inicialmente em pontos específicos, seus efeitos podem repercutir sobre outros elementos. Processos associados à presença de umidade, como infiltrações decorrentes de falhas na cobertura, podem favorecer o surgimento ou agravamento de trincas, fissuras e outros sinais de deterioração, ampliando progressivamente o comprometimento dos componentes da edificação (fig. 17).

Outra questão que é importante pontuar, envolvendo tanto a cobertura quanto a fachada é a presença massiva de edificações com uso de platibanda. Tal recurso construtivo teve sua implantação após a chegada de imigrantes italianos na cidade, trazendo consigo materiais e

técnicas que revolucionaram a forma arquitetônica da localidade e ainda contribuíram ricamente no refinamento aplicado às mesmas a partir do séc. XIX. Assim, a leitura por categorias, necessária para identificar, distinguir e registrar as particularidades de cada componente, não significa compreendê-los de maneira isolada. Ao contrário, justamente a análise dos fragmentos evidencia sua potência para compreensão do imóvel como uma unidade, na qual as condições de um elemento podem repercutir sobre os demais.

Figura 17 - Fotografia de Imóvel na Rua Campo Grande – com ruína parcial devido desabamento de sua cobertura.



Fonte: as autoras (2025).

Assim como em outras categorias analisadas, as esquadrias têm, de certa forma, uma grande influência do setor ao qual o imóvel está inserido. Tal apontamento parte das alterações/substituições, já mencionadas anteriormente, principalmente do uso comercial desses imóveis, para além da substituição das janelas e portas (geralmente de madeira), vimos grandes modificações relacionadas ao aumento de vãos anteriormente existentes, para que abriguem novas configurações envidraçadas servindo como vitrine das lojas. Restando apenas o "envelope" histórico, que por diversas vezes passa despercebido aos que por ali se deslocam, devido a carga de informação que confunde o olhar por diversos pontos focais disputados no horizonte comercial.

Como acarretamento dessa mudança radical, sem o devido ajuste, por conta dos materiais construtivos de suas edificações, podem resultar em danos que comprometem sua integridade como: incompatibilidade de dilatação térmica – podendo causar trincas e fissuras; aprisionamento de umidade nas paredes da edificação – devido o sistema antigo possibilitar a respiração de seus elementos construtivos, a adição contemporânea funciona como um fechamento hermético que retém a umidade e acelera a degradação dos materiais.

Os itens decorativos das fachadas, reconhecidos como adornos e ornamentos, foram encontrados das mais diversas formas devido à diversidade de períodos de construção. Podemos pontuar que nas edificações de tipologia colonial, o principal adorno reconhecido foi a beira-seveira e as cimalhas sob os beirais. Por diversas vezes, exigiram atenção quanto ao seu reconhecimento, devido ao tipo de pintura adotada nas edificações que resultava em parcial apagamento do ornamento (fig. 18), sendo estes reconhecidos através da observação de seus vizinhos, geminados em massiva parte, com a continuidade de elementos que abrangiam todo o conjunto.

Figura 18 - Imóvel na Rua Voluntários da Pátria - difícil reconhecimento de ornamentos mais simples, devido à pintura aplicada



Fonte: as autoras (2025)

Nas edificações de tipologia neoclássica e eclética, foram constatados em diversos pontos a descaracterização e seus elementos originais devido às adições de elementos funcionais contemporâneos como por exemplo: instalação de caixa d'água, aparelhos de ar condicionado, fiação elétrica / telecomunicações, itens de segurança – concertina e cerca elétrica. Outra desfiguração da parte ornamental está ligada à pintura das fachadas, devido às fragmentações compostas por pinturas diferentes de uso comercial variado e também por escolhas estéticas meramente funcionais que não diferenciam os elementos que compõem as fachadas (fig. 19), dificultando sua leitura. Lembrando ainda que o material utilizado para fazer as modificações nem sempre é compatível com os subsistemas da edificação podendo causar desdobramentos que comprometam a integridade da fachada.

Ainda sobre os estilos mencionados, em alguns casos, as edificações estavam com problemas consideráveis de conservação, mas pela "teimosia" de alguns detalhes estéticos, houve

uma mudança de olhar por parte dos pesquisadores que contribuíram para mudança na forma de leitura de seu conjunto, causando impacto positivo na paisagem.

Figura 19 - Imóvel na Rua Pedro Celestino - Edificação de tipologia neoclássica descaracterizada



Fonte: as autoras (2025).

Figura 20 - Imóvel na Rua Sete de Setembro - Ornato preservado entre ruínas



Fonte: as autoras (2025).

Os demais estilos arquitetônicos, construídos mais recentemente, possuem caráter ligado às influências modernistas e uso de materiais que reúnem a estética à função, com diversas aplicabilidades, desde o fechamento de balcões usando cobogós até marquises que dão movimento a fachadas lisas.

Ao decompor a fachada em categorias, tornou-se possível direcionar o olhar para aspectos específicos; ao relacioná-los novamente, foi possível perceber as interdependências e os processos que atravessam a edificação. Essa dinâmica entre decompor e recompor tornou-se, portanto, fundamental para que o diagnóstico não se limitasse à identificação isolada dos danos, mas pudesse também reconhecer as relações entre eles e as diferentes formas pelas quais as condições de conservação se manifestam na fachada, conforme figura 20.

Os danos reconhecidos são diversos, muitos deles decorrentes de causas comuns. Weissheimer et al. (2020) categorizam os danos em edificações antigas como resultantes de

processos naturais e ações humanas (figura 21). Ambas as situações são encontradas no Centro Histórico de Cuiabá, em maior ou menor grau. Nesse sentido, compreende-se que o atual estado de conservação das fachadas resulta tanto da degradação natural dos materiais ao longo do tempo quanto das intervenções humanas realizadas sobre as edificações e da ausência ou insuficiência de manutenção adequada. Esses diferentes fatores podem atuar de forma isolada, mas em nosso caso apresentam-se de maneira associada, contribuindo para as condições de conservação identificadas no levantamento.

Figura 21 - Causas comuns de degradação de edificações antigas



Fonte: Weissheimer et al (2020).

A partir desse reconhecimento, foram agrupados os danos identificados nas fachadas levantadas, organizados por categoria, permitindo destacar aqueles de maior recorrência na área tombada do Centro Histórico de Cuiabá através de gráficos. Embora a distinção entre processos

naturais e ações humanas contribua para a compreensão das ocorrências, observou-se, durante o levantamento, que essa separação nem sempre se apresenta de maneira rígida. Determinadas manifestações resultam da interação entre diferentes agentes e processos, tornando difícil atribuir sua ocorrência exclusivamente a uma ou outra origem, sendo, portanto, classificadas como associadas.

Cabe destacar que a classificação aqui adotada não pretende estabelecer uma separação rígida entre os diferentes agentes, mas contribuir para um processo de leitura mais amplo acerca dos fatores que podem atuar na produção e no agravamento dos danos identificados nas fachadas analisadas. Trata-se, portanto, de uma forma de organizar e interpretar as ocorrências observadas, reconhecendo que diferentes agentes podem atuar de maneira conjunta ou sucessiva na constituição das condições de conservação identificadas.

7. Sistematização dos dados obtidos: situações, patologias e danos percebidos na área tombada do Centro Histórico de Cuiabá

Para além dos danos e patologias, o levantamento possibilitou documentar também a situação da ocupação dos imóveis, informação que, além de contribuir para a caracterização do conjunto, influenciou diretamente na definição dos fragmentos de fachada analisados. Em alguns casos, uma mesma matrícula apresentava trechos com diferentes formas de ocupação, incluindo partes ocupadas e outras desocupadas. Assim, a fragmentação das fachadas não se pautou exclusivamente por aspectos físicos ou visuais, mas também pelas diferentes formas de uso e apropriação identificadas em um mesmo imóvel.

Figura 22 - Impacto da situação da ocupação, do tipo de uso e das caracterizações das fachadas na definição dos fragmentos de análise.



Fonte: as autoras (2025).

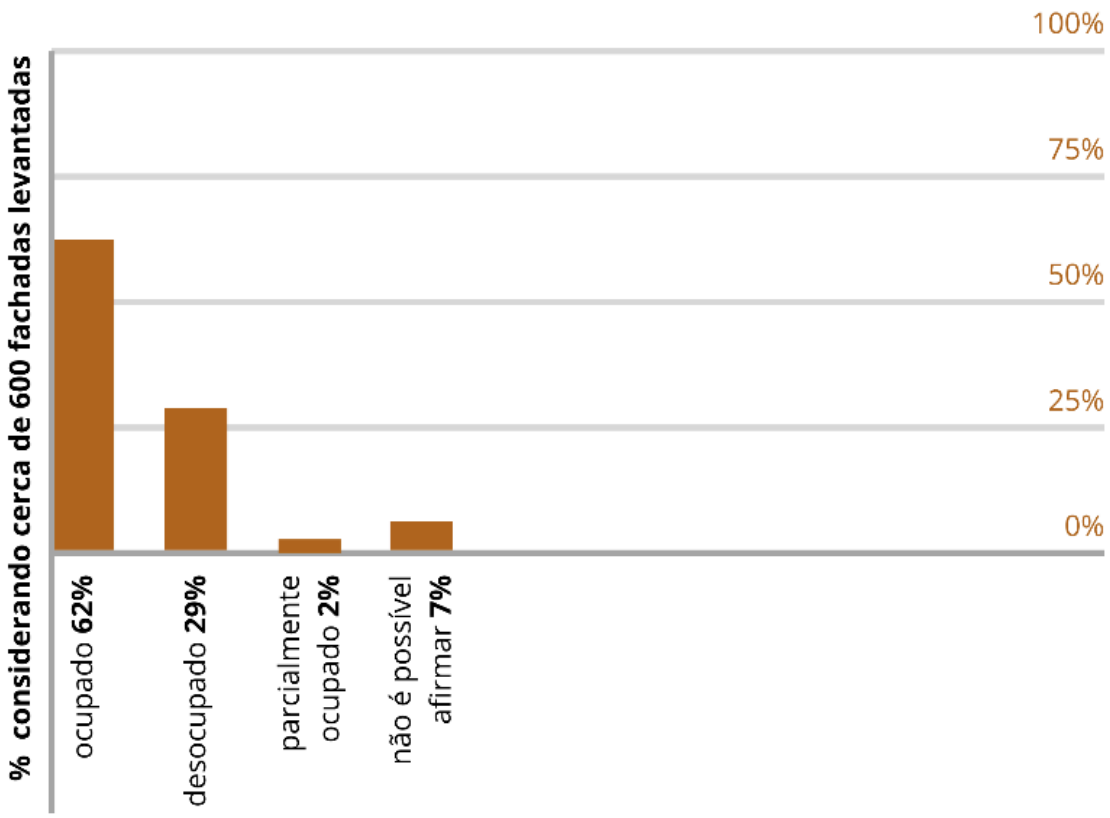
Uma abordagem pautada pelo cuidado exige ampliar a compreensão sobre o que significa um imóvel estar ou não ocupado. A ausência de ocupação formal ou regular não implica necessariamente ausência de presença, uso ou apropriação. Foram identificadas situações de ocupação não "oficial", inclusive mediante formas de acesso e permanência não autorizadas, envolvendo pessoas que frequentemente são socialmente percebidas e classificadas como indesejáveis ou marginalizadas. Ainda que essas situações apresentem especificidades e demandem outras formas de abordagem, partimos de seu reconhecimento visto que sua existência constitui um dado concreto sobre o território: diante da presença de pessoas, ou até mesmo dos vestígios de seu cotidiano, o imóvel não pode ser compreendido simplesmente como desocupado.

Essa perspectiva desloca a leitura da ocupação de uma classificação estritamente administrativa para uma compreensão mais atenta às diferentes formas de presença e apropriação que se manifestam no espaço. Registrar essas situações significa reconhecer que elas também fazem parte da dinâmica contemporânea do Centro Histórico e interferem na maneira como os imóveis são utilizados, percebidos e cuidados.

Sob essa premissa, o Gráfico 01 apresenta a situação de ocupação dos imóveis levantados, indicando que aproximadamente 62% deles estavam ocupados no momento do levantamento.

Importa destacar que as porcentagens dos gráficos apresentados neste tópico, como um todo, foram calculadas considerando a quantidade de fachadas da área analisada — identificadas a partir da percepção de seus fragmentos e unidades (conforme exemplificado na figura acima), resultando em aproximadamente 600 análises.

Gráfico 1 - Situação de ocupação na área tombada do Centro Histórico de Cuiabá, conforme os levantamentos realizados entre outubro de 2025 e agosto de 2026



Fonte: as autoras (2025).

Em continuidade, também foi possível registrar o uso dos imóveis, classificando-os, quando identificável, como comercial, residencial, misto, institucional, entre outras variações. Entretanto, as sobreposições de usos e as próprias características da observação a partir do espaço público fizeram com que, em algumas situações, não fosse possível determinar com segurança o

tipo de ocupação do imóvel. Por essa razão, a categoria “não identificado” apresentou participação significativa na sistematização dos dados.

Assim como no reconhecimento da situação de ocupação, a identificação do uso foi realizada, inicialmente, a partir dos indícios perceptíveis nas fachadas. Embora alguns usos fossem imediatamente reconhecíveis, outros exigiam uma observação mais atenta de vestígios do cotidiano. Nos casos em que o pavimento térreo apresentava uso comercial, por exemplo, buscava-se observar, nos pavimentos superiores, elementos que pudessem indicar uma ocupação residencial, como a presença de plantas, roupas estendidas para secar, objetos de uso cotidiano ou outras marcas de permanência; ou, ainda, uma espécie de prolongamento das próprias atividades comerciais existentes do térreo. A leitura do uso, portanto, não se restringiu à identificação direta de uma atividade, mas envolveu a procura por sinais capazes de revelar diferentes formas de apropriação do imóvel.

Quando possível, essa observação foi complementada pelo diálogo com as pessoas presentes no local. Moradores, comerciantes e outros usuários que se mostravam disponíveis contribuíram, em algumas situações, para esclarecer usos que não poderiam ser determinados apenas pela observação da fachada, resultando nas informações expressadas no Gráfico 2. O próprio diálogo, nesse sentido, revelou um dos limites da abordagem visual, mas também uma de suas potências: reconhecer que aquilo que não pode ser visto diretamente pode, em determinadas circunstâncias, ser compreendido por meio da escuta e da abertura para aqueles que vivenciam cotidianamente o lugar.

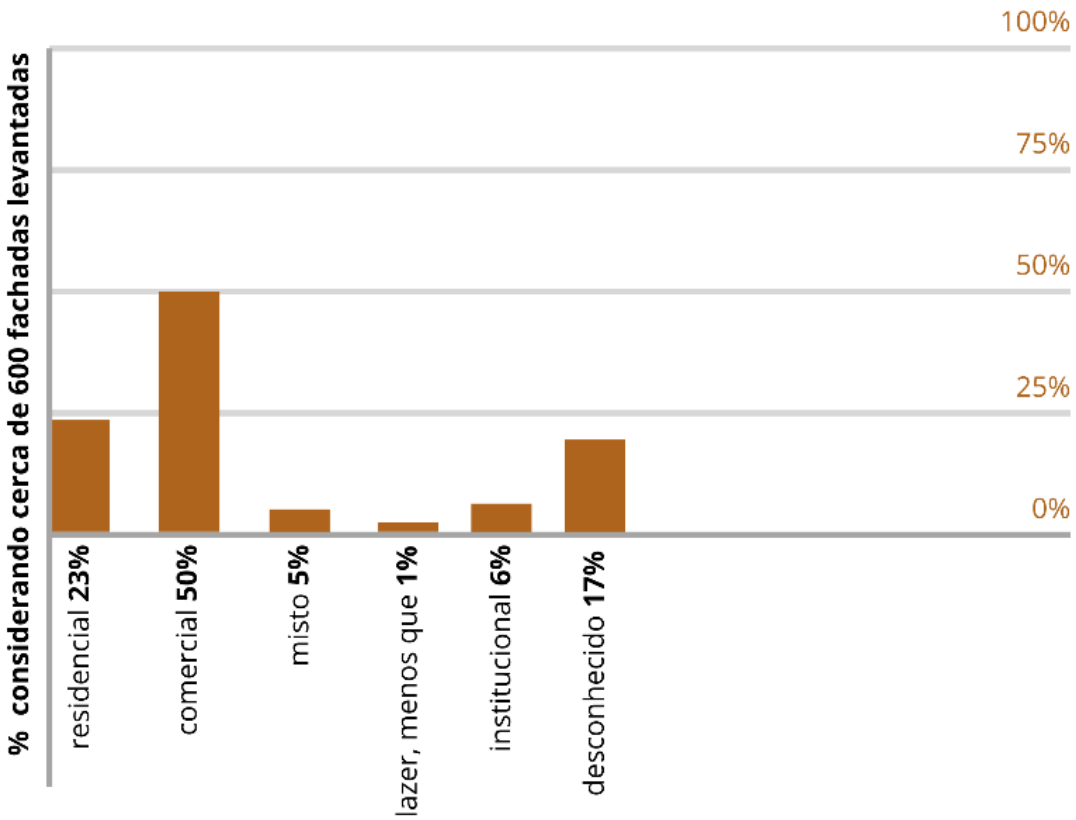
Devido às subdivisões internas dos imóveis, há ainda os casos em que o uso residencial é multifamiliar - nem sempre nitidamente identificável através da fachada. Entretanto, essas diversificações exigem maior acesso à informações acerca do uso dos imóveis e, por conta destas limitações, agrupam-se na categoria geral de uso residencial.

Em um resgate de documentações anteriores acerca do uso do solo na mesma área (Guimarães, 2019; Guedes, 2017), foi possível estabelecer um comparativo quantitativo geral com os dados obtidos no presente levantamento. Em 2019, Guimarães identificou que os usos comercial e de serviços representavam pouco mais de 50% dos imóveis da área tombada, enquanto o uso residencial permanecia em proporção próxima àquela registrada por Guedes em 2017, correspondente a cerca de 23%. No levantamento de Guimarães (2019), as demais

categorias correspondiam a 4,6% de uso misto, 2,1% de uso institucional e 18,2% de imóveis classificados como vazios.

Em paralelo, os dados obtidos no presente levantamento (Gráfico 2) apresentam valores próximos aos identificados nas documentações anteriores. A participação dos usos comercial, residencial e misto manteve-se aproximadamente nos mesmos patamares, enquanto se observa uma pequena elevação na participação do uso institucional. Essa diferença pode estar relacionada à presença ou à retomada de determinadas atividades na área tombada, como exemplificado pela reinauguração do Instituto Ciranda, em 2022, além de outras atividades que integram a dinâmica atual do conjunto.

Gráfico 2 - Situação de uso na área tombada do Centro Histórico de Cuiabá, conforme os levantamentos realizados entre outubro de 2025 e agosto de 2026



Fonte: as autoras (2025).

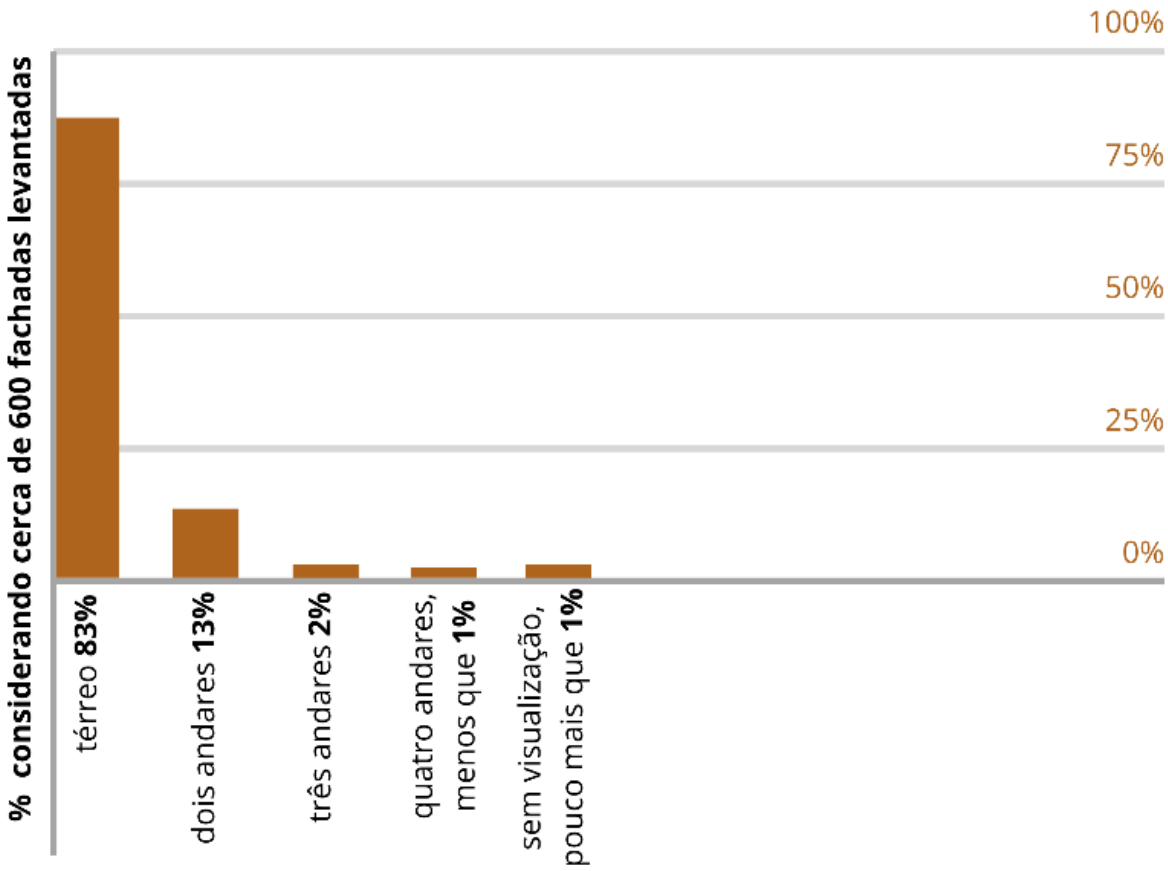
Essa relação é apresentada como uma possibilidade de interpretação, uma vez que o levantamento realizado não permite atribuir concretamente essa variação a processos específicos de transformação dos usos ao longo do período. Não foram analisados, para cada imóvel, os processos de mudança, permanência ou retomada de atividades entre os diferentes momentos de levantamento. O dado é, portanto, compreendido como uma diferença observada entre os períodos analisados, que pode indicar alterações na composição dos usos e, ao mesmo tempo, apontar para movimentos de transformação que merecem ser acompanhados em estudos posteriores.

Também é necessário considerar que a identificação do uso corresponde à situação observada no momento de cada levantamento. Algumas atividades encontravam-se temporariamente suspensas durante o presente levantamento, condição que pode produzir pequenas oscilações nos índices. Dessa forma, embora a proximidade dos percentuais sugira certa permanência na distribuição das principais categorias de uso, as diferenças identificadas oferecem indícios de possíveis transformações na dinâmica do Centro Histórico de Cuiabá. Nesse sentido, os dados reunidos constituem também um ponto de partida para o acompanhamento dessas transformações, permitindo que levantamentos futuros possam verificar a permanência, a substituição ou a retomada dos usos identificados.

Foi também possível documentar o gabarito dos imóveis (Gráfico 3), considerando a quantidade de pavimentos identificada nas fachadas, desde edificações térreas até aquelas com dois ou três pavimentos e, em poucos casos, com número superior de andares. A maior parte dos imóveis levantados corresponde a edificações térreas ou a sobrados históricos de dois pavimentos, configurando uma predominância de construções de menor gabarito no conjunto analisado.

Os casos que apresentam três ou mais pavimentos correspondem, em geral, a soluções construtivas associadas a intervenções mais recentes, nas quais se observam sistemas estruturais distintos daqueles tradicionalmente presentes nas edificações históricas, com uso de lajes e estruturas compostas por pilares e vigas de concreto. Essa diferença construtiva também contribui para a leitura das transformações ocorridas no conjunto tombado, evidenciando a coexistência entre diferentes períodos, técnicas e formas de ocupação na configuração atual da paisagem histórica.

Gráfico 3 - Situação de gabarito na área tombada do Centro Histórico de Cuiabá, conforme os levantamentos realizados entre outubro de 2025 e agosto de 2026.



Fonte: as autoras (2025).

Entre aquilo que foi registrado nos formulários e a síntese aqui apresentada, houve um processo de revisão técnica dos registros produzidos em campo. As classificações atribuídas ao estado de conservação e aos danos identificados foram posteriormente confrontadas e revisadas pela equipe, que realizou as ponderações necessárias para a consolidação dos resultados. Ressalta-se, contudo, a potência do registro produzido pela equipe multidisciplinar, especialmente por possibilitar evidenciar como o território é percebido por diferentes pessoas. Nesse sentido, a experiência demonstrou que a ferramenta do formulário se mostrou capaz de provocar e orientar o olhar, mas também revelou a permanência de alguns estigmas e referências

que nos atravessam antes mesmo de serem conscientemente percebidos. Tensioná-los exige, portanto, uma abertura contínua à experiência do lugar, movida pelo interesse em conhecê-lo, reconhecê-lo e, sobretudo, cuidar dele.

A apresentação dos resultados acerca dos danos percebidos foi organizada de acordo com as categorias de análise propostas para a leitura das fachadas. Inicialmente, são apresentados os dados referentes a: (7.1) paredes e estruturas aparentes; (7.2) esquadrias; (7.3) cobertura e telhado; e (7.4) adornos e ornamentos. Para cada uma dessas categorias, são evidenciados, por meio de gráficos, os danos e alterações de maior incidência identificados durante os levantamentos, acompanhados da espacialização das respectivas classificações por meio das cartografias, além das exemplificações através de fotografias. Essas representações permitem observar não apenas a ocorrência dos danos, mas também a distribuição espacial de suas intensidades, classificadas em boa, regular, ruim ou péssima.

Na sequência, o item 7.5 corresponde à espacialização da classificação atribuída à relação da fachada com o conjunto histórico - dimensão mediada pela percepção da inserção do imóvel no conjunto e de sua contribuição para a paisagem histórica. A partir dessas classificações, são apresentadas, em seguida, as sínteses correspondentes ao (7.6) estado geral de conservação e ao (7.7) impacto na paisagem. O estado geral de conservação resulta da articulação ponderada das categorias que compõem a fachada, retomando os pesos estabelecidos e apresentados no Quadro 1 deste material. Já o impacto na paisagem incorpora, além dessa classificação geral, a avaliação da relação da fachada com o conjunto histórico, também conforme as definições expressadas no Quadro 1.

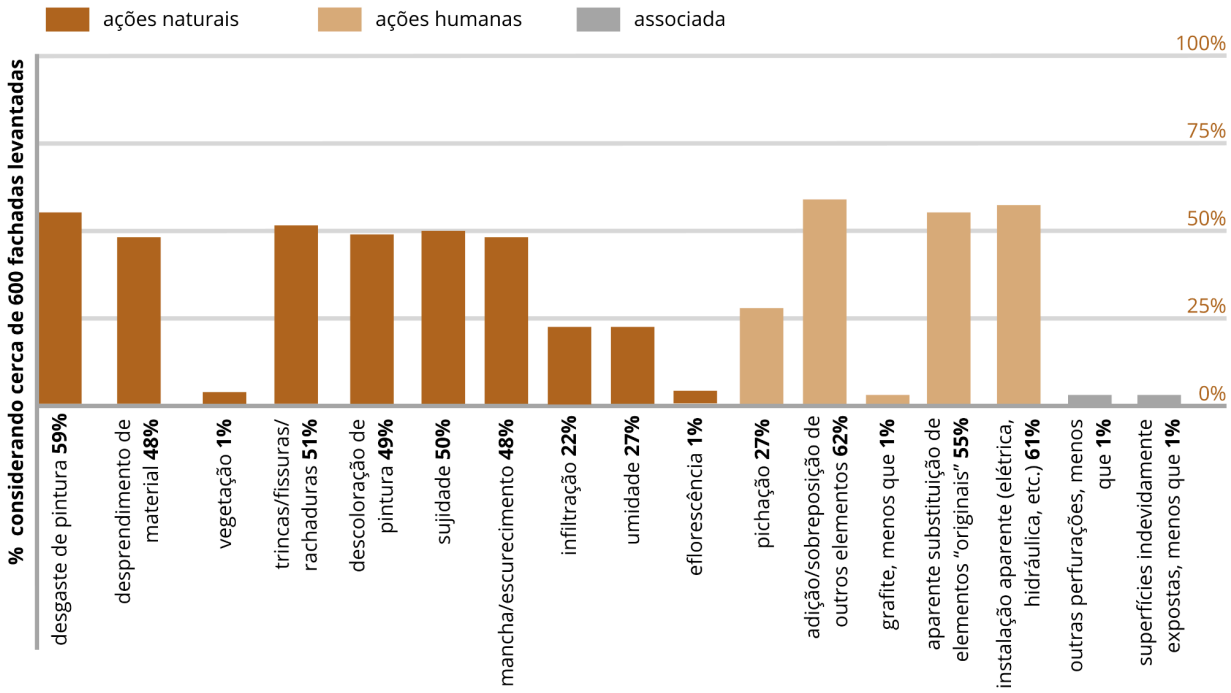
Por fim, apresentamos os registros afetivos produzidos durante os levantamentos. Embora não componham os índices de conservação ou de impacto na paisagem, esses registros integram a leitura do percurso ao trazer uma dimensão da experiência vivenciada pela equipe diante do território. Sua apresentação ao final dessa sequência retoma uma das proposições centrais da metodologia: reconhecer que a leitura do patrimônio não se constitui exclusivamente a partir de suas condições materiais, mas também das percepções, experiências e relações produzidas no encontro com o lugar. Assim, os registros afetivos encerram essa sequência não como uma classificação da qualidade das fachadas, mas como outra camada de leitura, capaz de evidenciar as provocações e experiências que emergiram durante o processo de observação.

7. 1 Paredes e estruturas aparentes

Para a categoria de paredes e estruturas, destaca-se como uma das ocorrências de maior relevância a presença de trincas, fissuras e rachaduras. Entre as manifestações identificadas, algumas apresentam orientação inclinada, próxima a 45°, configuração que pode estar associada a movimentações da estrutura e, em determinados casos, a possíveis recalques diferenciais das fundações (Concretu, 2026). Contudo, a orientação da manifestação, isoladamente, não permite determinar sua causa, sendo necessária uma investigação específica das patologias identificadas para sua adequada caracterização.

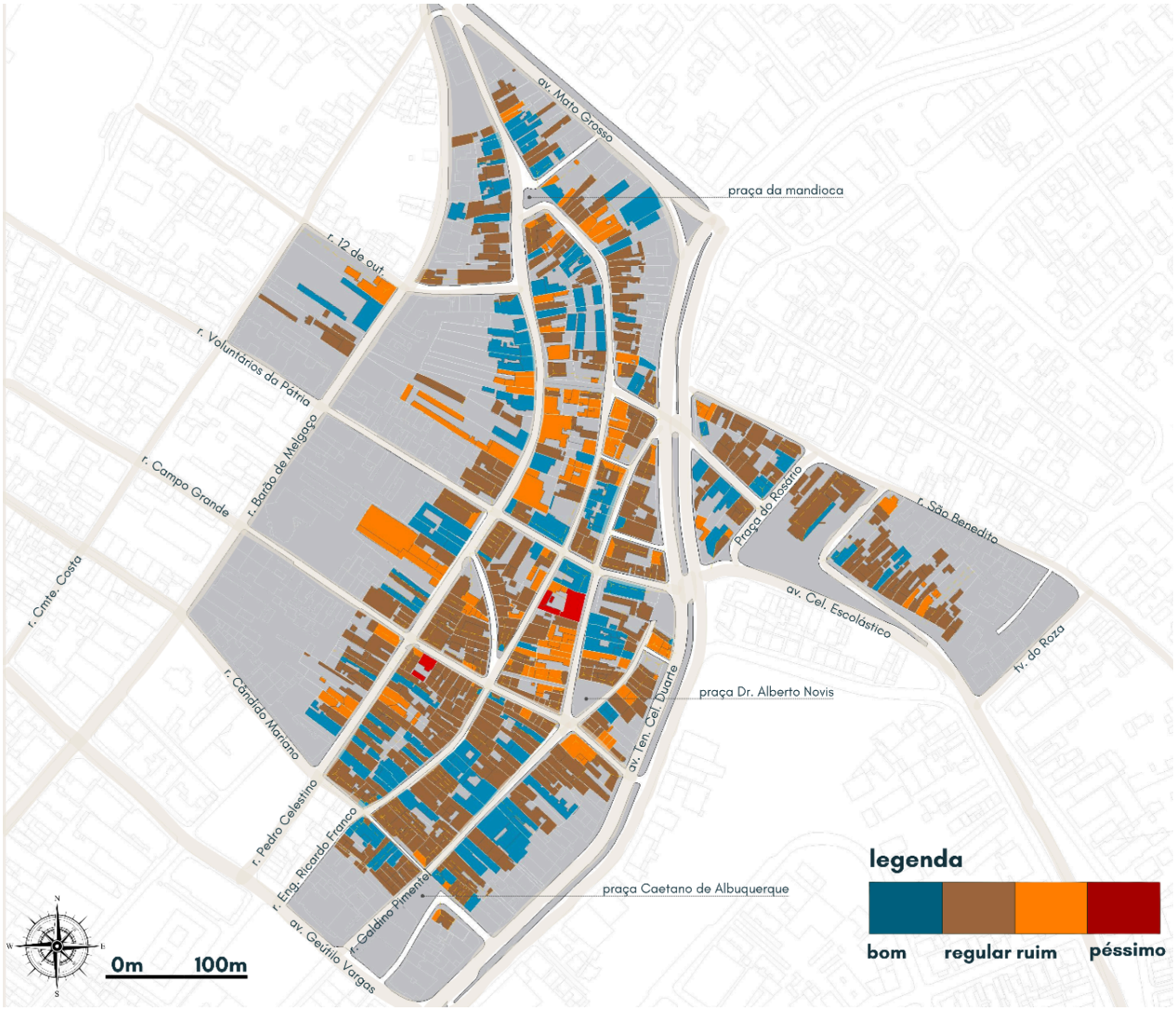
Nesse sentido, estudos voltados à engenharia diagnóstica podem contribuir para a compreensão das causas, mecanismos e níveis de comprometimento associados a essas manifestações. A inspeção visual constitui uma etapa importante desse processo de reconhecimento, permitindo identificar, registrar e acompanhar sinais que podem indicar alterações no comportamento das edificações. Conforme destacam Coelho e Amario (2025), a inspeção visual integra o processo de reconhecimento das condições da edificação e constitui uma ferramenta relevante para subsidiar ações de preservação e manutenção do patrimônio histórico.

Gráfico 4 - Danos reconhecidos nas paredes e estruturas aparentes das fachadas da área tombada do Centro Histórico de Cuiabá, conforme os levantamentos realizados entre outubro de 2025 e agosto de 2026.



Fonte: as autoras (2025).

Figura 23 - Classificação de danos para categoria de paredes e estruturas aparentes



Fonte: as autoras (2025).

De modo geral, as diferentes classificações desta categoria apresentam-se distribuídas pela área analisada, sem concentrações muito marcadas de situações classificadas como ruins ou péssimas. Destacam-se, nesse sentido, alguns trechos em que não foram identificadas classificações nos níveis mais baixos, especialmente entre as fachadas voltadas para os calçadões. Essa condição, contudo, nem sempre se mantém nas fachadas laterais das mesmas edificações, voltadas para as ruas Campo Grande e Cândido Mariano, evidenciando a importância da análise

fragmentada das fachadas. Essa diferença mostra-se especialmente relevante nas situações de esquina, nas quais diferentes orientações, condições de exposição, usos e formas de apropriação podem produzir condições distintas em um mesmo imóvel.

Os trechos contínuos que apresentam melhores condições de conservação nesta categoria também correspondem, de modo geral, àqueles em que se observa maior presença e circulação de pessoas nos espaços públicos, associadas tanto aos usos e atividades desenvolvidos nos imóveis quanto ao fluxo de transeuntes. Essa recorrência espacial chama atenção especialmente pela inexistência de classificações ruins ou péssimas na quadra cujas fachadas são voltadas para a Praça da Mandioca, no trecho da Rua Governador Rondon ligado à Rua Pedro Celestino e delimitado pela Rua Barão de Melgaço. Diferentemente dos trechos associados aos calçadões, essa área apresenta uma configuração de uso fortemente mista, reunindo diferentes formas de ocupação e atividades.

A distribuição observada sugere, portanto, que, para esta categoria, a relação entre conservação e uso existentes não se estabelece necessariamente a partir de uma única tipologia específica de uso, mas está diretamente associada à presença e à intensidade de ocupação dos espaços. A presença diversificada e cotidiana de moradores, trabalhadores, comerciantes, usuários e transeuntes constitui um fator relacionado à maior visibilidade, utilização e manutenção dos elementos analisados.

Jacobs (2007) destaca a diversidade de usos como um dos elementos importantes para a vitalidade urbana. Para a autora, a combinação de diferentes usos favorece a presença de pessoas em diferentes momentos do dia e contribui para que o espaço urbano seja mais intensamente utilizado e vivenciado. A partir dessa perspectiva, ainda que o levantamento não tenha evidenciado uma relação linear entre uso misto e melhores condições de conservação — isto é, nem todos os espaços mais vivos ou mais cuidados são necessariamente mistos —, repensar o Centro Histórico a partir da diversidade de usos e da presença cotidiana pode constituir também um caminho de cuidado com o lugar.

Em prosseguimento, para a classificação como péssima, foram consideradas as fachadas que apresentavam sinais de deterioração mais acentuados, como a presença de escoras, desprendimento evidente de material e situações caracterizadas visualmente como estado de ruína. Embora essas condições possam ser compreendidas como manifestações que afetam o imóvel de maneira mais ampla, a classificação péssima foi atribuída às situações em que o

conjunto de alterações observadas indicava um grau elevado de deterioração das paredes e estruturas e, por isso, demandava maior atenção quanto à conservação da edificação como um todo.

A seguir, são apresentados registros fotográficos exemplificando as situações correspondentes a cada nível de classificação do estado de conservação desta categoria:

Figura 24 - Parede e estrutura aparente classificada como “boa”



Fonte: as autoras (2025).

Figura 25 - Parede e estrutura aparente classificada como “regular”



Fonte: as autoras (2025).

Figura 26 - Parede e estrutura aparente classificada com “ruim”



Fonte: as autoras (2026).

Figura 27 - Parede e estrutura aparente classificada como “péssima”



Fonte: as autoras (2025)

7.2 Esquadrias

Em comparação às demais categorias, os danos reconhecidos nas esquadrias foram aqueles que apresentaram maior diversidade quanto à relação entre ações naturais, humanas e associadas, além de uma maior variedade de ocorrências identificadas (Gráfico 2). Essa diversidade reflete a coexistência de diferentes tipologias, materiais, temporalidades, formas de intervenção e processos de deterioração nas esquadrias da área tombada.

No trecho de maior concentração de atividades comerciais, observa-se a predominância de portas metálicas do tipo rolo, instaladas em vãos preexistentes ou associadas ao alargamento desses vãos para a implantação de portas de maiores dimensões. Nesses elementos, a manifestação mais recorrente foi a oxidação e o enferrujamento, enquanto, nos trechos em que ainda se preservam esquadrias de madeira, incluindo situações em que esses elementos aparentam corresponder a peças originais restauradas, foram identificados processos de desgaste e deterioração da madeira. A coexistência dessas diferentes soluções evidencia não apenas distintas condições de conservação, mas também processos de transformação ocorridos ao longo do tempo, relacionados às necessidades de uso e às correspondentes intervenções realizadas nos imóveis.

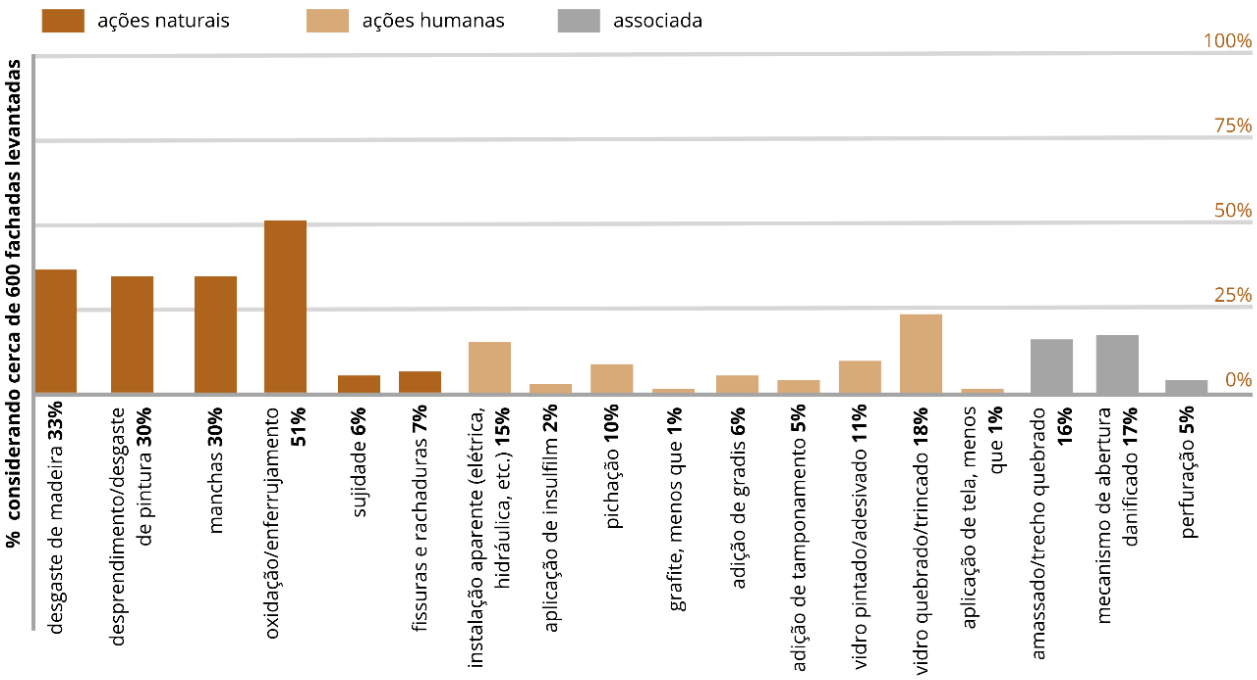
Essa transformação é particularmente perceptível nas alterações dos vãos. Em diferentes situações, as esquadrias de madeira deram lugar a vitrines, portas metálicas e outras soluções associadas à exposição de produtos, ao acesso e à segurança dos estabelecimentos, acompanhadas, em alguns casos, pelo alargamento ou aumento da altura dos vãos existentes. As alterações observadas, portanto, não se restringem à substituição dos materiais que compõem as esquadrias, mas também revelam mudanças na configuração das fachadas e nas formas de uso e apropriação das edificações. Essas modificações interferem diretamente no ritmo e na composição das fachadas, especialmente quando alteram as proporções, os intervalos e a relação entre os vãos, repercutindo também na forma como esses imóveis estabelecem diálogo com o conjunto histórico.

Outro aspecto considerável foi a presença de vãos tamponados. Em alguns casos, essa condição está relacionada a reformas e modificações realizadas nos imóveis; em outros, o tamponamento está associado à vedação do acesso à edificação, especialmente em imóveis sem uso aparente ou com acesso interrompido.

A presença de gradis e vidros sobrepostos às esquadrias também se destacou nas anotações de campo, embora esses elementos não constassem na listagem inicial de possíveis danos a serem identificados nessa categoria. Essas ocorrências foram reconhecidas considerando sua interferência na leitura das esquadrias e da própria fachada, constituindo alterações que ultrapassam a dimensão estritamente material dos elementos e se relacionam também às formas de uso, desocupação, adaptação e transformação dos imóveis ao longo do tempo.

Em algumas situações, esquadrias quebradas permitiam entrever o interior dos imóveis pelas frestas, revelando paredes espessas, pisos cerâmicos e outros elementos construtivos que permanecem no interior das edificações. Em casos de maior degradação, essas mesmas frestas permitiam visualizar telhados e forros desabados sobre o piso, tornando visíveis, a partir da rua, diferentes condições de conservação dos espaços internos. Esses registros ampliaram a leitura das esquadrias para além de sua condição enquanto elemento de fechamento/abertura, permitindo reconhecer, ainda que parcialmente, aspectos da permanência material e das transformações ocorridas no interior dos imóveis.

Gráfico 5 - Danos reconhecidos nas esquadrias das fachadas da área tombada do Centro Histórico de Cuiabá, conforme os levantamentos realizados entre outubro de 2025 e agosto de 2026

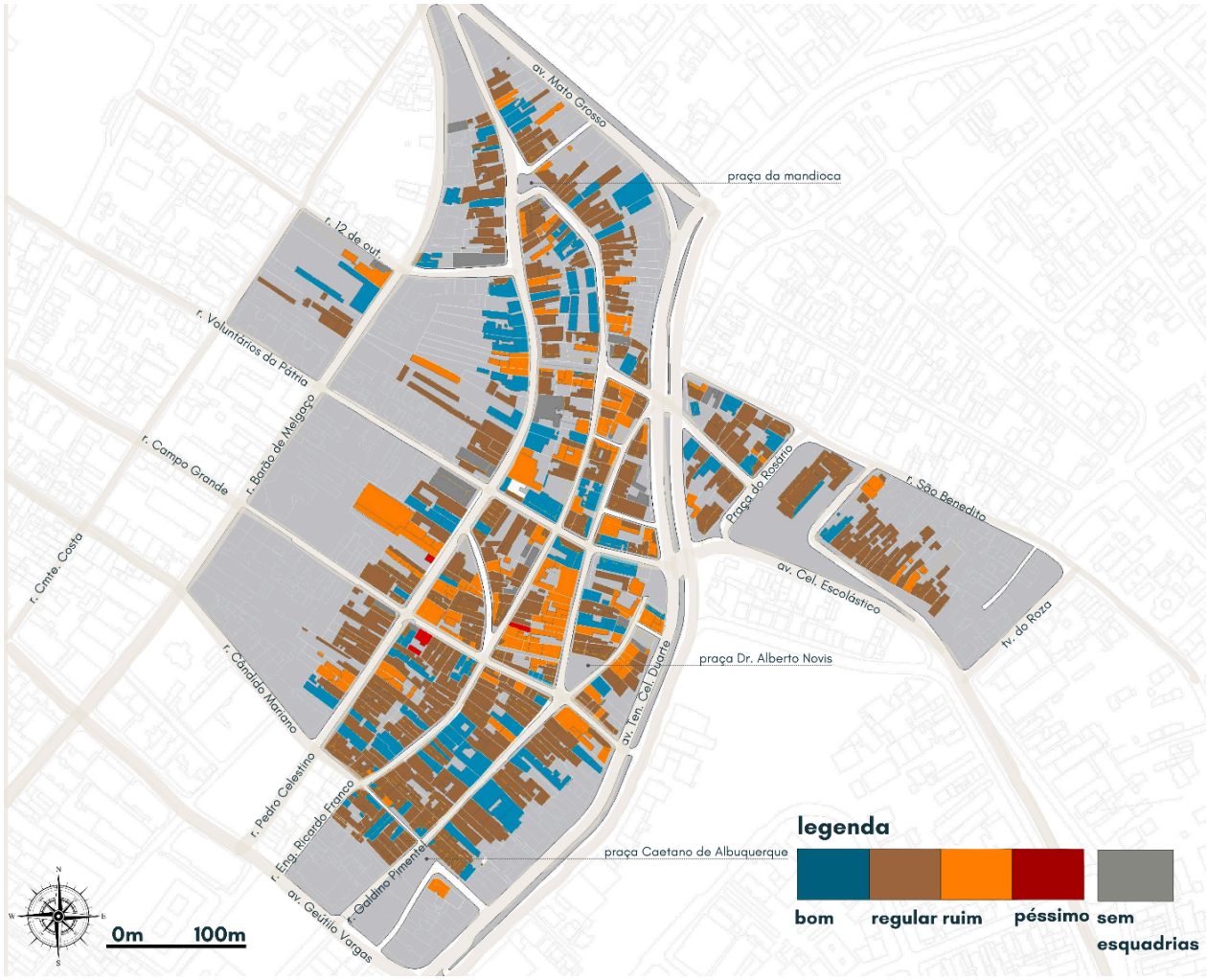


Fonte: as autoras (2025).

Nos trechos em que predomina o uso residencial, a relação entre as esquadrias e a rua assumiu uma dimensão importante. O fato de algumas janelas permanecerem voltadas diretamente para o espaço público, faceando o limite da construção e do próprio lote, revelou um

padrão de apropriação ainda presente: moradores apoiados nas janelas, observando a rua e estabelecendo diálogos com aqueles que por ali passam. A esquadria, nesse contexto, também é configurada como elemento que participa da relação cotidiana entre o interior da edificação e o espaço público, constituindo também uma interface entre o espaço privado e a vida urbana.

Figura 28 - Classificação de danos para a categoria de esquadrias



Fonte: as autoras (2025).

Acrescenta-se que as esquadrias estiveram entre os elementos que mais repercutiram na nota atribuída ao conjunto histórico. Conforme reconhecido nos parágrafos anteriores, a manutenção do ritmo e da proporção dos vãos mostrou-se significativa para essa leitura. Vãos mais descaracterizados, especialmente aqueles alargados ou alterados, receberam notas mais baixas na categoria de conjunto histórico. Em contrapartida, esquadrias que mantinham características próximas às originais, mesmo quando apresentavam sinais de deterioração, contribuíram de maneira mais efetiva para a percepção da continuidade arquitetônica e para a relação da edificação com o conjunto e com a paisagem histórica.

Nesse sentido, a leitura das esquadrias evidencia que sua importância para o patrimônio não se restringe à conservação material dos elementos. Sua configuração, proporção, materialidade, relação com os vãos e permanência de características reconhecíveis participam significativamente da leitura da fachada em seu diálogo com o conjunto histórico. Ao mesmo tempo, as formas de alteração, adaptação, uso e apropriação observadas nesses elementos revelam transformações que fazem parte da própria dinâmica de ocupação do Centro Histórico.

A seguir, são apresentados registros fotográficos exemplificando as situações correspondentes a cada nível de classificação do estado de conservação desta categoria:

Figura 29 - Esquadria classificada como “boa”



Fonte: as autoras (2025)

Figura 30 - Esquadria classificada como regular



Fonte: as autoras (2025).

Figura 31 - Esquadria classificada como “ruim”.



Fonte: as autoras (2025).

Figura 32 - Esquadria classificada como “péssima”.



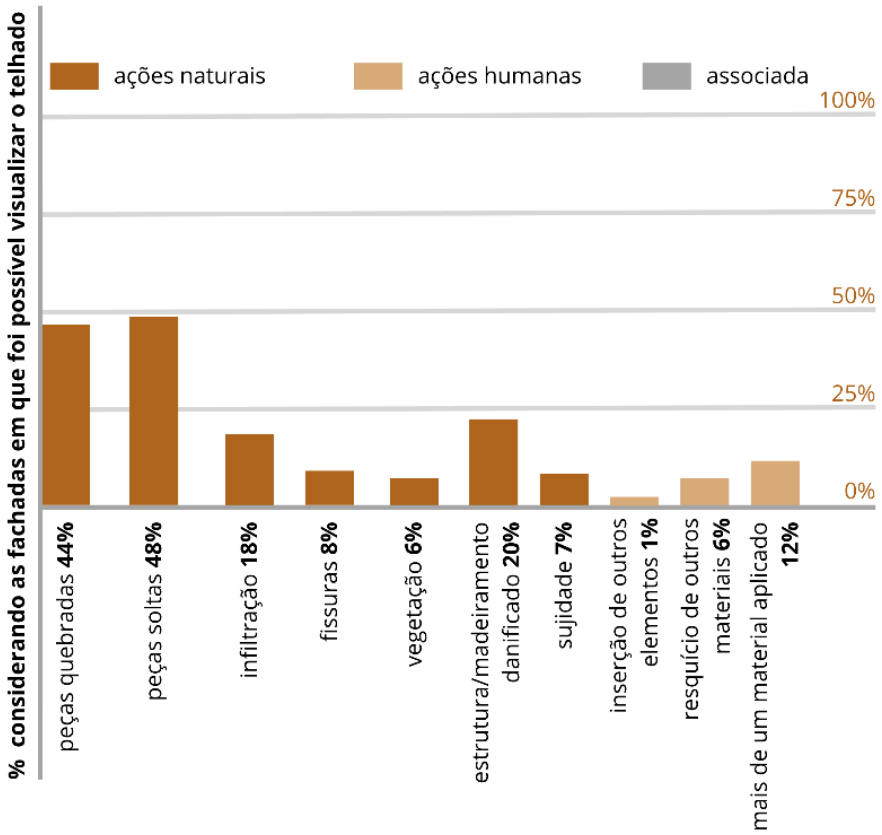
Fonte: as autoras (2025).

7.3 Cobertura

Na categoria de cobertura, destaca-se que os danos apresentados no Gráfico 06, exposto a seguir, correspondem exclusivamente às situações em que foi possível visualizar o telhado a partir do espaço público. Nos casos em que a visualização da cobertura foi insuficiente ou impedida pela presença de platibandas, essa avaliação não pôde ser realizada e, portanto, não consta no gráfico abaixo. As situações em que foi possível analisar visualmente os danos da cobertura correspondem, portanto, a aproximadamente 37% dos imóveis existentes na área tombada. Dessa forma, os dados apresentados no gráfico referem-se apenas à parcela das

edificações em que a cobertura pôde ser observada, não devendo seus percentuais serem interpretados em relação ao universo total de imóveis existentes.

Gráfico 6 - Danos identificados nas coberturas dos imóveis com telhado visível a partir do espaço público, localizados na área tombada do Centro Histórico de Cuiabá, conforme os levantamentos realizados entre outubro de 2025 e agosto de 2026



Fonte: as autoras (2025).

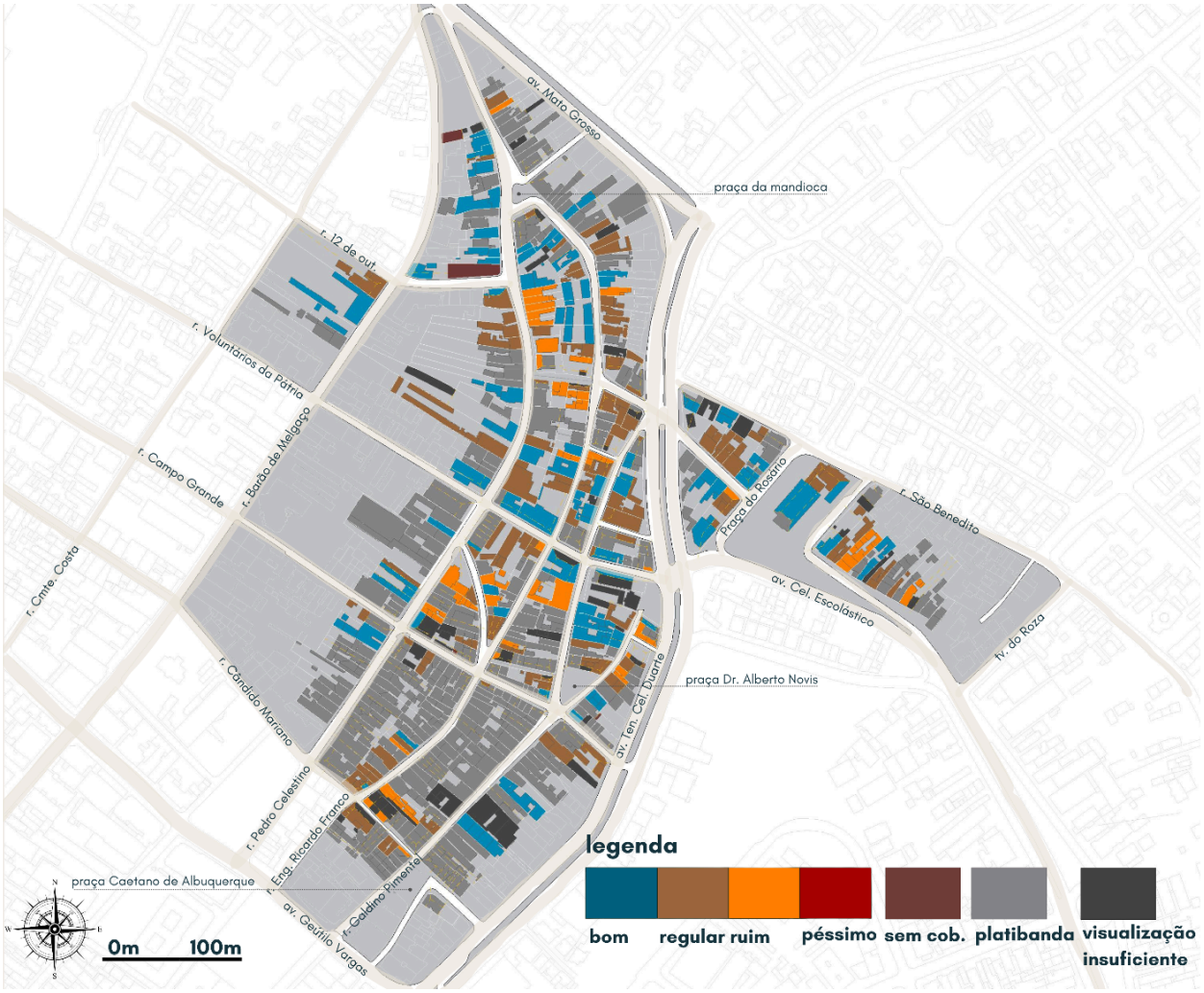
A espacialização dessas ocorrências permite compreender essa limitação de forma mais precisa, evidenciando tanto a concentração dos estados de conservação quanto os imóveis em que não foi possível realizar a observação da cobertura. Essa distribuição é representada pela Figura

33, possibilitando visualizar espacialmente os imóveis em que a cobertura foi observada e aqueles em que sua condição permaneceu não identificada.

Ademais, a espacialização dos dados desta categoria também permitiu identificar os trechos em que as platibandas se apresentam de forma mais contínua, com destaque para os calçadões Pedro Celestino, Ricardo Franco e Galdino Pimentel, onde se observa maior predominância e continuidade desse elemento. Essa permanência mostrou-se particularmente relevante para a leitura dos imóveis nestes trechos, uma vez que, em determinadas situações, a platibanda constitui um dos poucos elementos capazes de indicar a unidade originalmente existente diante da fragmentação produzida por diferentes usos, formas de ocupação e intervenções realizadas ao longo do tempo. Nesse sentido, sua continuidade ultrapassa a dimensão de um elemento arquitetônico isolado, contribuindo também para a compreensão da configuração anterior dos imóveis e de sua relação atual com os diferentes usos e com o conjunto que compõem a paisagem histórica.

Nos demais trechos, a alternância entre platibandas e telhado aparente mostrou-se mais presente. Essa variação evidencia a heterogeneidade presente na área analisada, mas também oferece indícios sobre diferentes temporalidades inscritas na paisagem. A presença ou ausência das platibandas pode, nesse sentido, contribuir para reconhecer diferentes momentos de transformação das edificações, especialmente quando relacionada às demais características arquitetônicas identificadas no conjunto. Observa-se, ainda, que nos trechos em que essa alternância é mais evidente ocorre uma maior variedade de soluções e linguagens arquitetônicas, aspecto que se articula à diversidade de períodos e estilos identificados na área, conforme apresentado anteriormente.

Figura 33 - Classificação de danos para a categoria de cobertura



Fonte: as autoras (2025).

Ao confrontar os dados registrados, chamou-nos a atenção que, em determinados casos, embora os danos não fossem imediatamente identificados a partir do nível da rua, a cobertura ainda recebia classificação regular ou até ruim. Diante dessas situações, realizamos uma verificação caso a caso, buscando compreender quais aspectos orientavam essa percepção. Observou-se que, em algumas situações, o material empregado apresentava características claramente contemporâneas, produzindo uma quebra de expectativa em relação às características tradicionalmente associadas ao conjunto histórico, ainda que sua utilização estivesse inserida nos parâmetros estabelecidos pelo IPHAN.

Em outras situações, verificou-se que a classificação da cobertura parecia estar influenciada pelas condições observadas em outros elementos da fachada, que apresentavam danos mais evidentes, fazendo com que a percepção sobre a cobertura fosse, de certa maneira, construída a partir da leitura dos demais elementos que compõem a fachada. Essa constatação evidenciou que a percepção da fachada é, muitas vezes, associativa, e que o exercício de observar cada elemento separadamente pode contribuir para um olhar mais atento às manifestações específicas de cada componente.

Essa constatação reforçou a importância de perceber os elementos separadamente, sem perder de vista suas relações. Embora cada categoria possa ser analisada individualmente, os diferentes componentes da fachada se relacionam entre si e são percebidos conjuntamente. É justamente nesse aspecto que o diagnóstico por categorias demonstra sua importância: ao decompor a fachada em seus diferentes componentes, permite identificar com maior precisão onde estão as manifestações que exigem atenção e, posteriormente, orientar inspeções mais detalhadas e subsidiar a definição de estratégias de intervenção.

Assim, embora tenham sido identificados alguns registros em que essa limitação não pôde ser completamente superada, eles foram pontuais, reforçando a importância da revisão técnica para a consolidação dos dados. Na grande maioria dos casos, contudo, o instrumento metodológico mostrou-se capaz de provocar os pesquisadores a observar a cobertura de forma mais individualizada, permitindo que suas percepções fossem registradas de maneira mais consciente. Para nós, essa experiência revela uma potencialidade importante da metodologia: compreender como as fachadas são percebidas quando o olhar é deliberadamente provocado a se deter sobre seus diferentes elementos. Mais do que apenas identificar aquilo que está presente, esse exercício permite reconhecer também aquilo que inicialmente passa despercebido e como a percepção se transforma quando se estabelece uma atenção orientada sobre o objeto observado.

Acrescenta-se que não houve coberturas visíveis classificadas como péssimas. Entretanto, foram identificadas situações de ausência de cobertura em áreas livres de edificação, reconhecidas como uma das alterações observadas durante o levantamento e representadas na cartografia.

A seguir, são apresentados registros fotográficos exemplificando as situações correspondentes a cada nível de classificação do estado de conservação desta categoria:

Figura 34 - Cobertura classificada como “boa”



Fonte: as autoras (2025).

Figura 35 - Cobertura classificada como “regular”.



Fonte: as autoras (2025).

Figura 36 - Cobertura classificada como “ruim”.



Fonte: as autoras (2025).

7.4 Adornos e ornamentos

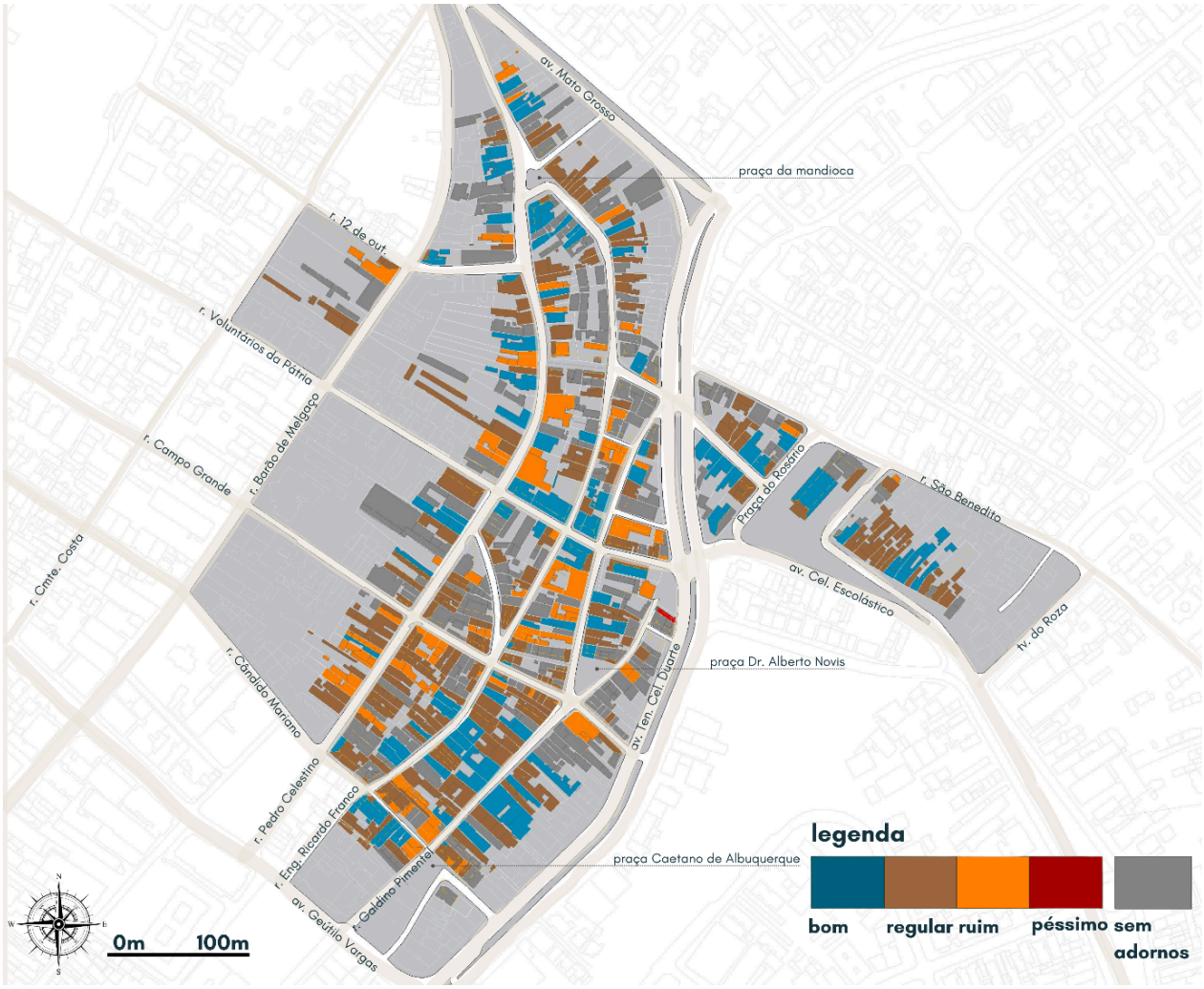
Para a categoria de adornos e ornamentos, não foram sistematizados danos propriamente ditos como critério principal de classificação, mas sim o grau de integridade dos elementos identificados nas fachadas. Ainda assim, as anotações realizadas durante o levantamento registraram diferentes manifestações de deterioração que contribuíram para a compreensão dessa condição, entre elas desprendimento de material, infiltrações, manchas e outros sinais de degradação. Essas ocorrências mostraram-se, em diferentes situações, relacionadas à exposição à

água e à ausência ou insuficiência de manutenção adequada, repercutindo na integridade e na leitura dos elementos ornamentais.

A sobreposição dos dados também indicou que a presença dos adornos esteve associada, em determinados pontos, a avaliações mais positivas da relação da fachada com o conjunto histórico, assim como observado na categoria de esquadrias. Em sentido contrário, fachadas com pouca ou nenhuma presença desses elementos frequentemente correspondiam a situações em que a permeabilidade visual com a rua havia sido reduzida. Portões fechados, grades e outras soluções introduzidas ao longo do tempo contribuíram, em determinados casos, para produzir fachadas mais planas, nas quais também se observava menor presença de adornos e ornamentos. Essa recorrência permitiu perceber uma associação entre a redução da permeabilidade visual e a diminuição dos elementos que conferem maior complexidade à composição das fachadas, sendo justamente nesses casos que, de modo geral, se observou menor presença de adornos e ornamentos.

Interessa destacar, ainda, que, ao sobrepor analiticamente os dados relativos aos afetos registrados durante os levantamentos aos registros escritos nos campos abertos do formulário, os adornos mostraram-se capazes de evocar memórias e produzir associações. As iniciais e datações presentes nas fachadas, por exemplo, foram frequentemente comentadas nos levantamentos e registradas nos tópicos abertos do formulário, demonstrando que determinados elementos ornamentais e inscrições reverberam de maneira mais evidente na percepção daqueles que se dispõem a observar as fachadas com maior atenção. Nesse sentido, a preservação dos adornos ultrapassa sua dimensão estritamente material ou estrutural, uma vez que esses elementos podem atuar como suportes de memória, narrativa e reconhecimento, contribuindo para a construção de vínculos e sentidos de pertencimento em relação ao patrimônio.

Figura 37 - Classificação de danos para a categoria de adornos e ornamentos



Fonte: as autoras (2025).

Em contrapartida, chamou atenção a dificuldade dos observadores em distinguir o que era adorno e o que era elemento estrutural, especialmente nos casos em que essas funções se encontravam associadas. A eira, a beira e a tribeira, por exemplo, foram pouco reconhecidas como elementos ornamentais. Essa dificuldade evidencia a necessidade de reforçar o reconhecimento dos componentes da arquitetura a partir de sua dimensão histórica, compreendendo que esses elementos não se referem apenas à sua forma, mas também às relações sociais e aos modos de construir e habitar próprios de determinado período. Reconhecê-los,

portanto, contribui para compreender não apenas a composição da fachada, mas também as lógicas e referências que participaram de sua constituição.

Essa diferença de reconhecimento também revela aquilo que já compõe o repertório dos observadores. Os adornos presentes nas platibandas e no contorno das esquadrias, por exemplo, foram mais facilmente identificados, indicando que determinados elementos possuem maior familiaridade ou legibilidade para quem observa. Nesse sentido, a própria dificuldade de nomear ou reconhecer certos componentes torna-se um dado da experiência, evidenciando que aprender a olhar também envolve ampliar o repertório sobre aquilo que constitui a arquitetura e sua história.

Por fim, chamou atenção a ocorrência de trechos consecutivos sem adornos. Na maioria dos casos observados, essa ausência não se apresentava de forma isolada, mas em sequência, com pelo menos duas fachadas contíguas sem esses elementos. Essa recorrência espacial permite perceber que a ausência do ornamento também participa da leitura do conjunto e pode indicar transformações que ultrapassam a unidade de uma única fachada. Assim, tanto a presença quanto a ausência desses elementos contribuem para a leitura da continuidade, das rupturas e das transformações que compõem a paisagem histórica.

A seguir, são apresentados registros fotográficos exemplificando as situações correspondentes a cada nível de classificação do estado de conservação desta categoria:

Figura 38 - Adorno classificado como “bom”



Fonte: as autoras (2025)

Figura 39 - Adorno classificado como “regular”



Fonte: as autoras (2025)

Figura 40 - Adorno classificado como “ruim”



Fonte: as autoras (2025).

Figura 41 - Adorno classificado como “péssimo”



Fonte: as autoras (2025)

7. 5 Conjunto Histórico

A nota atribuída ao conjunto histórico tornou visível uma expectativa presente na própria experiência das e dos pesquisadores: não se esperava apenas encontrar edifícios conservados, mas reconhecer, nesses edifícios, elementos capazes de remeter à história que constitui aquele lugar. Uma fachada pode estar pintada, íntegra e aparentemente bem mantida e, ainda assim, produzir uma ruptura com aquilo que se espera reconhecer como parte da paisagem histórica.

Essa perspectiva ajuda a compreender, em parte, a maior concentração de classificações negativas justamente nessa categoria. Enquanto o estado de conservação material apresentou, de

maneira geral, resultados entre bom, regular e ruim, a avaliação do diálogo com o conjunto histórico concentrou maior número de classificações como péssimas. Essa diferença demonstra que a percepção da paisagem é atravessada simultaneamente pela conservação, pela descaracterização e pela relação espacial estabelecida entre os imóveis.

Os resultados também mostraram que determinados setores preservam maior capacidade de estabelecer esse diálogo. Nesse contexto, a presença de elementos remanescentes assume especial importância. Mesmo em fachadas muito alteradas, uma platibanda, uma esquadria, um ornamento ou outro fragmento pode permanecer como vestígio capaz de sustentar alguma leitura de continuidade histórica. Em determinadas situações, esses elementos são justamente aquilo que ainda permite reconhecer uma unidade arquitetônica que, de outra maneira, estaria praticamente perdida. Nesse sentido, reconhecer a presença e a importância desses elementos torna-se também uma etapa fundamental para sua preservação, uma vez que aquilo que não é identificado como parte significativa da composição histórica tende a permanecer invisível no processo de leitura e valorização do patrimônio.

Também se observou que a percepção sobre a integração ao conjunto histórico incorpora uma dimensão prospectiva, relacionada ao grau de reversibilidade das alterações presentes na edificação. Há, nesse sentido, uma espécie de "esperança" na leitura do imóvel: mesmo diante da descaracterização, considera-se o quanto aquilo que foi alterado ainda pode ser revertido ou recuperado para restabelecer seu diálogo com o conjunto.

Assim, imóveis que apresentavam alterações consideradas reversíveis, como pinturas inadequadas ou substituição de esquadrias com preservação dos vãos originais, puderam receber avaliações relativamente positivas. Em contrapartida, intervenções que envolviam alteração ou demolição de vãos, supressão de adornos e modificações de elementos compositivos tendiam a receber notas mais baixas, uma vez que implicavam perdas ou transformações de maior dificuldade de reversão. A percepção da integração ao conjunto histórico, portanto, não se restringe à condição atual da fachada, mas também considera as possibilidades de permanência, recuperação e reaproximação com as características que estruturam a paisagem histórica.

A categoria de conjunto histórico foi, nesse processo de revisão técnica, a que apresentou os maiores desafios de análise, justamente por ser aquela mais atravessada pelos afetos e pela experiência da e do pesquisador diante da configuração observada. Diferentemente das categorias relacionadas aos componentes materiais da fachada, cuja avaliação se apoiava mais diretamente

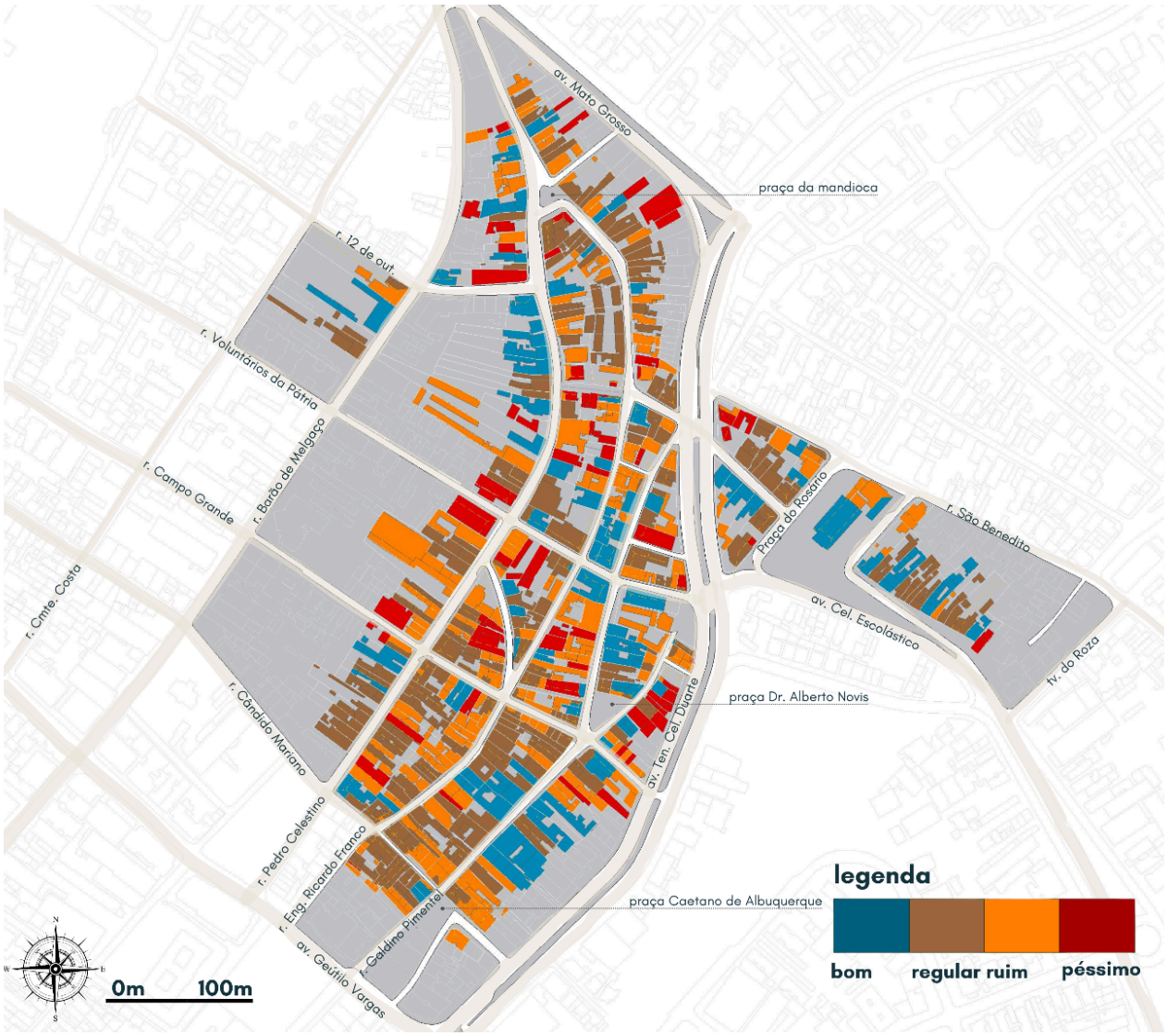
na identificação das condições e manifestações observáveis, essa categoria incorporava de maneira mais intensa a forma como cada pesquisador percebia e se sentia diante daquele imóvel e de sua relação com o conjunto.

Em alguns casos, a nota atribuída oscilava entre o estado de conservação, seu grau de caracterização arquitetônica e as afetações provocadas pela experiência diante da fachada, incluindo a própria evocação de memórias. Essa característica produziu maiores diferenciações entre as notas registradas durante o levantamento de campo e aquelas posteriormente sintetizadas a partir da revisão técnica, evidenciando que esse tópico incorporava interpretações que nem sempre se mantinham de forma integral nos demais campos do formulário. Essa diferença, inicialmente percebida como uma espécie de "inconsistência", pode ser compreendida como expressão de camadas afetivas que, por vezes, antecedem a própria elaboração consciente da percepção. Nesse sentido, ela constituiu um dado relevante para a compreensão do território e dos diferentes modos pelos quais ele é percebido e interpretado durante o processo de observação.

Ao retomar os registros e confrontar as diferentes percepções, observou-se que, em algumas situações, a experiência vivenciada durante o levantamento contribuía para uma percepção mais positiva da relação do imóvel com o conjunto. Em determinados casos, o simples fato de estabelecer uma conversa com alguém no imóvel, conhecer uma história ou acompanhar alguma forma de apropriação cotidiana daquele espaço parecia repercutir na avaliação atribuída. Essas situações sugerem que a experiência do espaço vivido também participa da construção de uma percepção positiva sobre o Centro Histórico, revelando que a relação com o patrimônio não se estabelece exclusivamente a partir de suas características materiais ou arquitetônicas, mas também das experiências, vínculos e formas de apropriação que nele se desenvolvem.

Essa experiência reforçou a importância do instrumento como guia de observação. Em um território marcado por elevada complexidade visual e grande quantidade de informações simultâneas, a existência de uma rota estruturada permite organizar o olhar sem fechá-lo. A necessidade de revisão não foi compreendida, portanto, como fracasso do instrumento, mas como parte do próprio processo de aperfeiçoamento de uma ferramenta construída em diálogo com o território. A diferença entre a percepção inicial e a síntese posterior, nesse sentido, não representa apenas uma correção de notas, mas evidencia o próprio movimento de construção de um olhar mais consciente, no qual experiência, afetos e critérios técnicos passam a ser confrontados na produção da leitura patrimonial.

Figura 42 - Classificação do diálogo das fachadas com o Conjunto Histórico



Fonte: as autoras (2025).

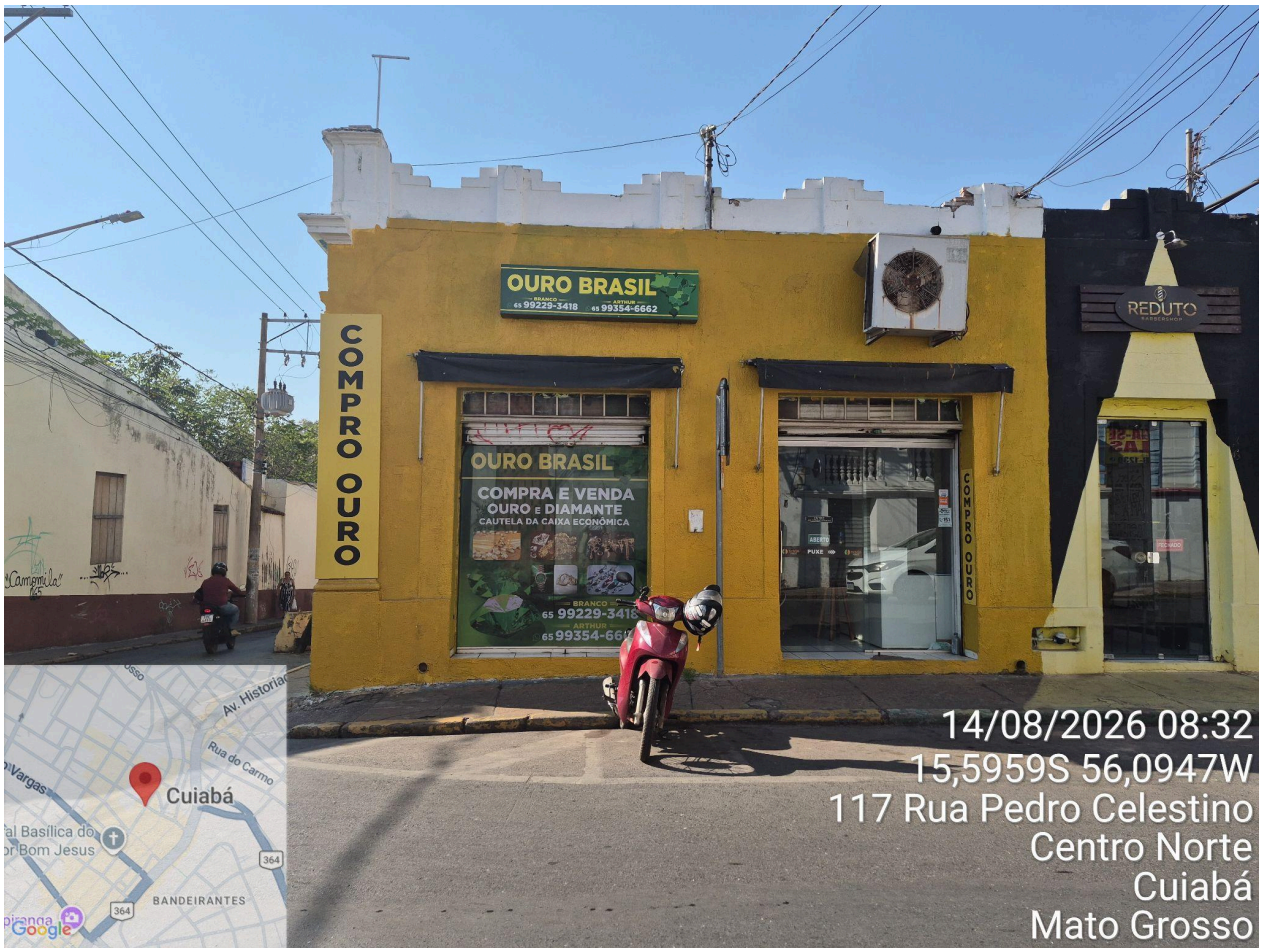
A seguir, são apresentados registros fotográficos exemplificando as situações correspondentes a cada nível de classificação do diálogo com o conjunto histórico:

Figura 43 - Diálogo com o Conjunto Histórico classificado como “bom”



Fonte: as autoras (2025).

Figura 44 - Diálogo com o Conjunto Histórico classificado como “regular”



Fonte: as autoras (2025).

Figura 45 - Diálogo com o Conjunto Histórico classificado como “ruim”



Fonte: as autoras (2025).

Figura 46 - Diálogo com o Conjunto Histórico classificado como “péssimo”



Fonte: as autoras (2025).

7.6. Estado geral de conservação das fachadas

O estado geral de conservação das fachadas corresponde à síntese das avaliações atribuídas aos diferentes elementos que as compõem. Para sua definição, foram consideradas as classificações obtidas nas categorias de paredes e estruturas aparentes, esquadrias, cobertura e telhado e adornos e ornamentos, aplicando-se os pesos estabelecidos na metodologia de acordo com a relevância de cada componente para a leitura da fachada. Dessa forma, a classificação final não corresponde à simples observação de um único elemento, mas resulta da combinação ponderada das diferentes condições identificadas no levantamento.

Essa forma de composição também explica a distribuição das classificações observadas e a inexistência de “péssima” para esta categoria. Uma fachada pode apresentar manifestações significativas de deterioração em determinado componente e, ainda assim, não ser classificada como péssima no resultado geral, uma vez que a classificação final decorre da combinação entre diferentes categorias. Da mesma maneira, elementos que permanecem preservados podem contribuir para elevar a classificação geral mesmo quando outros componentes apresentam condições mais comprometidas. O resultado, portanto, deve ser compreendido como uma síntese das diferentes dimensões analisadas, e não como uma representação isolada do dano de maior gravidade encontrado na fachada.

A espacialização do estado geral de conservação permite observar como essas diferentes condições se distribuem pela área tombada. De modo geral, as classificações encontram-se distribuídas pelo conjunto, revelando trechos com maior concentração de fachadas em condições mais favoráveis e outros em que se acumulam classificações regulares e ruins. A leitura espacial permite, assim, reconhecer áreas que demandam maior atenção e confrontar a condição geral das fachadas com outras características observadas durante o levantamento, como uso, ocupação, circulação de pessoas e formas de apropriação do espaço.

Os setores comerciais apresentaram, de modo geral, alguns dos maiores desafios para a aplicação do instrumento. A sobreposição de elementos nas fachadas, associada ao maior fluxo de pessoas, às travessias e ao ritmo mais intenso desses espaços, dificultou, em determinadas situações, a realização de uma observação cuidadosa. Foi justamente nesses setores que a equipe técnica identificou maior necessidade de revisão e correção dos registros, reforçando a importância de retornar aos dados de campo e confrontar as diferentes categorias antes da consolidação da classificação geral.

Conforme evidenciado, os adornos, esquadrias e coberturas que não remetiam às características reconhecíveis do período histórico, receberam, em diferentes situações, avaliações mais baixas mesmo quando apresentavam boas condições de conservação. Essa constatação evidencia uma tensão entre conservação material e permanência de características capazes de sustentar a leitura histórica da fachada, aspecto que se torna particularmente evidente quando as categorias são posteriormente relacionadas à avaliação do conjunto histórico.

Após revisão técnica, a concentração de classificações ruins identificada em determinados trechos também pôde ser compreendida como um indicativo da necessidade de atenção. Essa

condição torna-se especialmente significativa quando confrontada com a intensa utilização desses espaços, marcada pela apropriação do espaço público pelas pessoas e, em alguns casos, pela própria utilização dos imóveis.

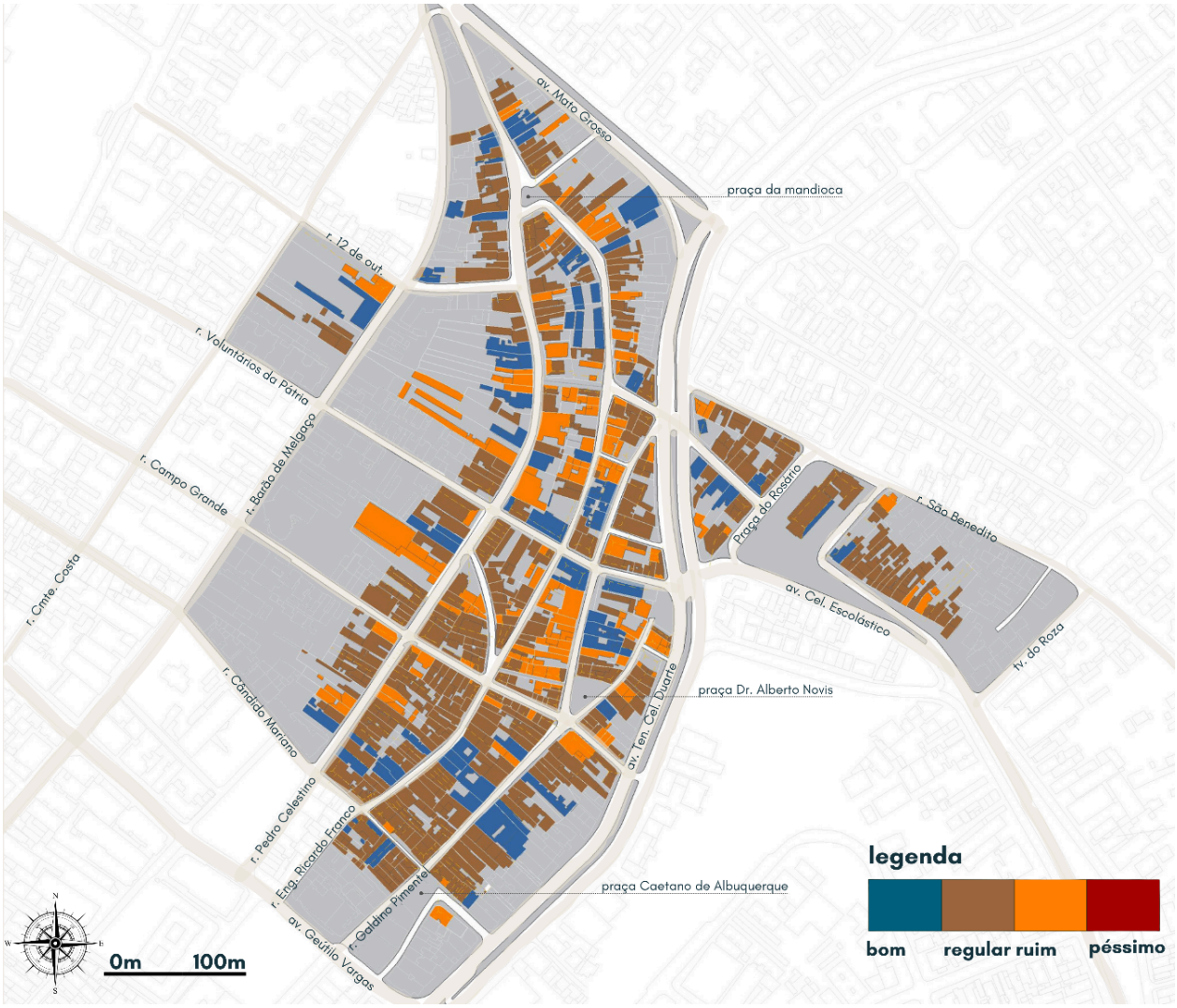
Essa sobreposição entre deterioração física, permanências materiais, usos e intensa apropriação cotidiana reforça a necessidade de uma leitura que não associe automaticamente condição de conservação e ausência de vida no lugar. Embora determinados trechos tenham apresentado classificação geral ruim, a experiência de campo revelou paisagens intensamente vivenciadas e apropriadas, demonstrando que a condição material identificada constitui apenas uma das dimensões da realidade observada no Centro Histórico de Cuiabá.

Outro aspecto que emergiu da espacialização foi a possibilidade de observar recorrências relacionadas à orientação das fachadas. A concentração de fachadas classificadas como boas na orientação sudeste, por exemplo, sugere uma possibilidade de investigação acerca da relação entre implantação, exposição às intempéries e condições de conservação. Não é possível estabelecer, a partir dos dados produzidos neste levantamento, uma relação concreta e causal entre a orientação das fachadas e seu estado de conservação. Entretanto, essa recorrência constitui um resultado que pode orientar pesquisas futuras, especialmente por meio do cruzamento entre os dados de conservação, a orientação das fachadas e as condições ambientais às quais estão submetidas.

A grande maioria das fachadas que recebeu a classificação final de bom estado de conservação corresponde àquelas que passaram por intervenções recentes ou nas quais foi possível observar uma manutenção contínua. Em algumas situações, a equipe conseguiu acompanhar a manutenção sendo efetivamente realizada, observando, ao vivo, práticas de cuidado com as edificações. Também foram identificados diversos imóveis que se encontravam em reforma durante o período dos levantamentos, destacando que, caso seja realizada uma atualização documental acerca do estado de conservação das fachadas, alguns resultados poderão ser diferentes. Considerando as reformas observadas e os programas que vêm promovendo intervenções em imóveis do Centro Histórico, é possível que parte dessas alterações resulte em avaliações mais favoráveis. Soma-se a isso a observável retomada da apropriação dos espaços públicos por pessoas diversas, aspecto que, conforme refletido anteriormente, também pode repercutir nas dinâmicas de preservação. Os imóveis classificados como bons, contudo, não se

restringem a um tipo específico de uso, distribuindo-se entre usos residencial, comercial e institucional.

Figura 47 - Classificação do estado geral de conservação das fachadas analisadas



Fonte: as autoras (2025).

Nesse sentido, a espacialização do estado geral de conservação não apenas sintetiza as avaliações produzidas nas diferentes categorias, mas também permite identificar recorrências que ultrapassam a classificação individual de cada fachada. Os padrões observados constituem, portanto, possibilidades de leitura, interpretação e investigação, podendo subsidiar estudos

posteriores e, futuramente, contribuir para a formulação de estratégias de conservação e diretrizes de intervenção mais específicas, adequadas às diferentes condições encontradas no conjunto histórico.

A seguir, são apresentados registros fotográficos exemplificando as situações correspondentes a cada nível de classificação do estado geral de conservação das fachadas:

Figura 48 - Estado geral de conservação das fachadas classificado como “bom”



Fonte: as autoras (2025).

Figura 49 - Estado geral de conservação das fachadas classificado como “regular”



Fonte: as autoras (2025).

Figura 50 - Estado geral de conservação das fachadas classificado como “ruim”.



Fonte: as autoras (2026)

7.7 Grau de impacto na paisagem

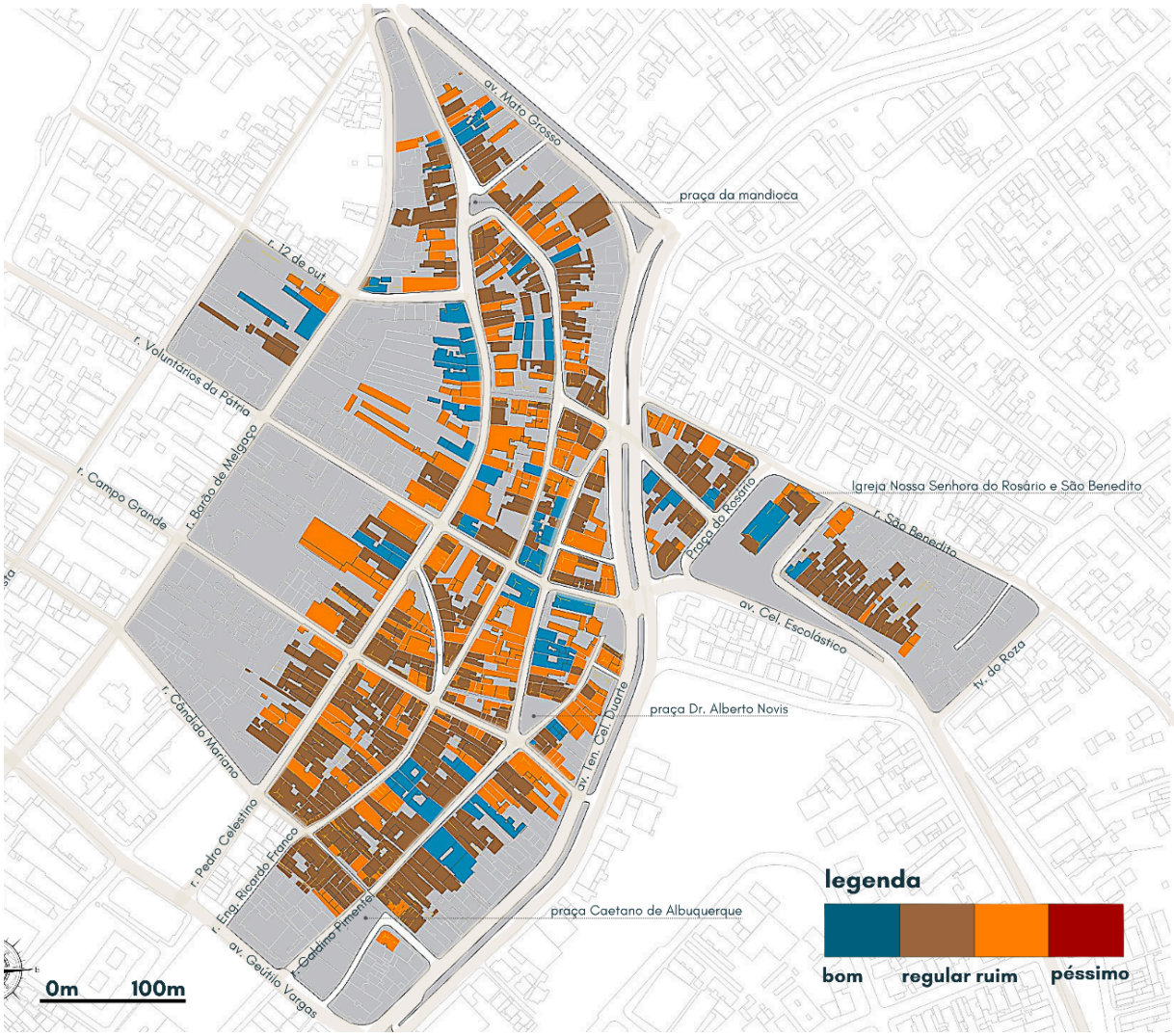
Os resultados desta categoria mostraram que edificações descaracterizadas podem apresentar maior comprometimento na relação com a paisagem mesmo quando se encontram em boas condições de conservação, assim como imóveis que mantêm características históricas reconhecíveis, mas apresentam elevado grau de deterioração, também podem impactar negativamente na leitura do conjunto urbano. Dessa forma, a noção de impacto na paisagem envolve diferentes aspectos, como conservação, memória, ambiência e continuidade visual entre as edificações, articulando condições materiais e relações estabelecidas no conjunto.

No entorno da Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, especialmente, observou-se maior aproximação entre o estado geral de conservação dos imóveis e o impacto percebido na paisagem, indicando uma correspondência mais direta entre essas dimensões nesse trecho da área tombada. Essa recorrência, contudo, deve ser compreendida a partir das características específicas observadas no local e não como uma relação necessariamente presente em toda a área analisada.

A ocorrência significativa de fachadas classificadas como regulares e ruins nesta categoria, distribuídas em diferentes pontos da área analisada, evidencia que as intervenções e as condições de conservação nem sempre se articulam de maneira integrada na escala da paisagem, permanecendo, muitas vezes, restritas à leitura individual de cada imóvel. Uma edificação pode, portanto, apresentar uma condição material satisfatória sem necessariamente contribuir para a continuidade da leitura histórica do conjunto, assim como uma edificação deteriorada pode preservar elementos capazes de manter algum vínculo com essa continuidade.

Assim, os resultados reforçam que a leitura patrimonial não se constitui apenas a partir das condições de cada edificação isoladamente, mas da interação entre conservação, descaracterização, memória e ambiência urbana, bem como da continuidade ou das rupturas estabelecidas entre as fachadas. O impacto na paisagem emerge, portanto, da relação entre as partes e o conjunto, articulando aspectos materiais e perceptivos na forma como o Centro Histórico é observado, interpretado e experienciado.

Figura 51 - Classificação do grau de Impacto na Paisagem das fachadas analisadas



Fonte: as autoras (2026).

A seguir, são apresentados registros fotográficos exemplificando as situações correspondentes a cada nível de classificação do grau de Impacto na Paisagem:

Figura 52 - Grau de Impacto na Paisagem classificado como “bom”.



Fonte: as autoras (2026).

Figura 53 - Grau de Impacto na Paisagem classificado como “regular”.



Fonte: as autoras (2026).

Figura 54 - Grau de Impacto na Paisagem classificado como “ruim”



Fonte: as autoras (2026)

7.8 Afetos

Por fim, para os afetos registrados durante o levantamento, foi identificada uma variação de aproximadamente 200 palavras, o que possibilitou a elaboração de uma nuvem de palavras com aquelas mencionadas com maior recorrência. A estratégia permitiu reunir e visualizar os termos que apareceram de maneira mais intensificada ao longo das experiências de campo, tornando perceptíveis não apenas as recorrências, mas também a diversidade de sentimentos mobilizados pela relação com o Centro Histórico de Cuiabá.

Evidencia-se, então, uma experiência marcada por dualidades. Entre os termos registrados, emergem percepções que oscilam entre o reconhecimento da resistência e a percepção do abandono, entre a esperança e a tristeza, entre a solidão e a presença. Essas aproximações aparentemente contraditórias revelam a complexidade da experiência de percorrer, observar e se relacionar com um território que simultaneamente preserva sua história, ainda que por vezes através de vestígios, e expressa as marcas de suas transformações e negligências.

Cabe destacar que o registro afetivo correspondia ao último tópico do formulário. Nesse sentido, ele pode ser compreendido não apenas como uma resposta ao que foi observado, mas também como uma espécie de síntese da própria experiência de campo: depois de percorrer, observar, permanecer e olhar com atenção para o lugar, o participante era convidado a registrar aquilo que essa experiência lhe provocava. O afeto, portanto, aparece ao final do percurso, como uma dimensão que pode condensar não apenas aquilo que foi visto, mas também aquilo que foi experimentado corporalmente durante a permanência no território. São, nesse sentido, indícios das marcas que o contato atento e prolongado com o lugar pode produzir naquele que o observa.

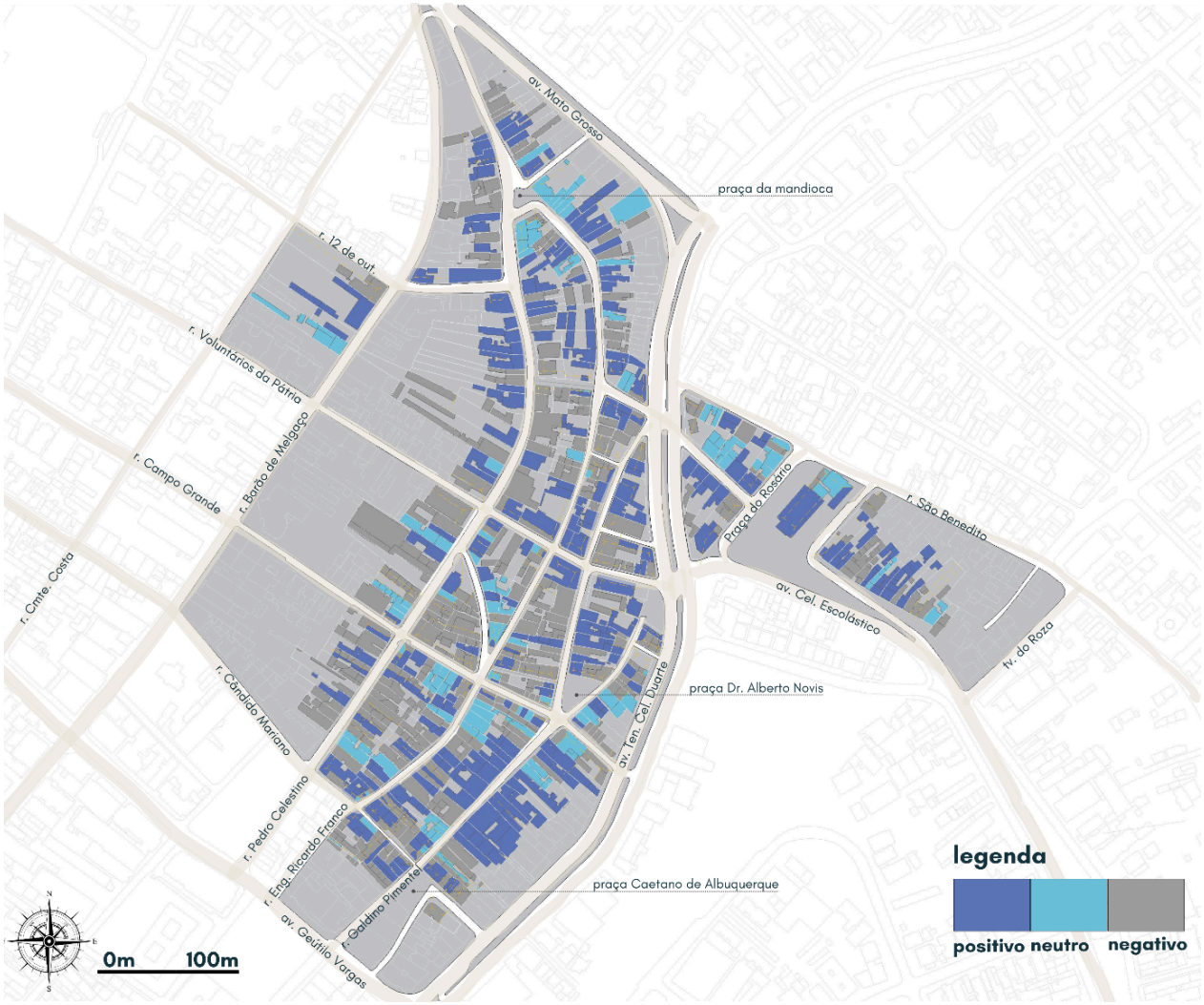
A nuvem de palavras apresentada abaixo (Figura 56), nesse sentido, busca tornar visível a multiplicidade de experiências que atravessaram os levantamentos. Este registro permite reconhecer que a percepção do Centro Histórico se constitui a partir da coexistência de diferentes camadas afetivas, nas quais memória, presença, ausência, resistência e transformação aparecem simultaneamente.

Figura 55 - Nuvem de palavras dos afetos mais recorrentes registrados ao final dos levantamentos de campo



Fonte: as autoras (2026)

Figura 56 - Classificação dos afetos a partir das categorias de positivo, negativo e neutro



Fonte: as autoras (2025)

Os levantamentos mostraram que os afetos dificilmente surgem de forma isolada, estando geralmente relacionados ao conjunto da rua e à paisagem como um todo, e não apenas à fachada de um edifício específico. A forma como cada imóvel é percebida é atravessada pelas memórias e experiências de quem o observa. Essa dimensão pessoal tornou-se evidente nos afetos que apareceram de maneira mais isolada e acompanhados de descrições particulares, como “animada,

pois é meu primeiro levantamento", revelando que a experiência afetiva também é influenciada pelo momento e pelas circunstâncias do campo.

Ao mesmo tempo, verificou-se que um edifício degradado pode despertar sentimentos positivos, evidenciando que o afeto não está necessariamente relacionado ao seu estado de conservação. Chamou atenção também a ocorrência de afetos neutros entre classificações negativas e positivas, funcionando, em alguns trechos, como uma espécie de transição entre diferentes percepções e indicando que a experiência afetiva da paisagem pode ocorrer de maneira gradual. Dessa forma, a distribuição dos afetos não apresentou correspondência direta com as condições físicas observadas nas fachadas.

Essa percepção ganha relevância quando considerada a dinâmica dos levantamentos, realizados em duplas que alternavam os imóveis e, em determinados momentos, permaneciam em lados opostos da rua. Essa organização permitiu que diferentes pesquisadores participassem da construção dos registros e evitou que uma única experiência individual determinasse a leitura sequencial de um trecho. Ao mesmo tempo, a proximidade entre algumas classificações afetivas produzidas por diferentes pesquisadores em um mesmo período levanta a possibilidade de discutir a existência de atmosferas afetivas associadas a determinados trechos do percurso, ainda que os dados produzidos não permitam afirmar essa relação de maneira conclusiva.

Os afetos registrados apresentaram, portanto, forte caráter situado e pessoal. Uma fachada podia despertar uma lembrança familiar, uma associação com determinada experiência ou simplesmente um sentimento relacionado ao momento específico em que o pesquisador realizava o percurso. Por essa razão, esses registros não foram tratados como indicadores objetivos da qualidade da fachada, mas como manifestações da experiência produzida no encontro entre sujeito e território.

A ausência de correspondência direta entre o estado físico das fachadas e os afetos registrados constitui, nesse sentido, um resultado relevante. Se as respostas afetivas fossem determinadas exclusivamente pela condição material dos edifícios, seria esperada uma relação mais direta entre deterioração e afetos negativos ou entre conservação e afetos positivos. O que se observou foi uma realidade mais complexa, na qual os sentimentos parecem resultar da articulação entre a materialidade e outros elementos presentes na experiência do percurso.

Sons, ritmos, movimentos, memórias, encontros, cheiros e outras experiências participam da atmosfera do lugar e interferem na maneira como o território é percebido. A atmosfera, nesse

sentido, não corresponde necessariamente a uma característica fixa de determinado edifício ou trecho, mas pode ser compreendida como uma experiência produzida na relação entre aquilo que está materialmente presente e aquilo que acontece no território. Ela é, portanto, também temporal e situada, correspondendo às condições específicas daquele percurso, naquele momento e diante das experiências vivenciadas.

Essa compreensão encontra diálogo com Gordon Cullen, para quem a experiência urbana é produzida pela articulação entre os elementos que compõem o conjunto, e não necessariamente pela capacidade de um edifício isolado de produzir uma emoção. Os registros afetivos reforçaram essa perspectiva ao demonstrarem que determinadas respostas parecem estar relacionadas à atmosfera de um trecho, à sequência do percurso e às experiências que acontecem naquele espaço, mais do que a uma única fachada.

Dessa maneira, a cartografia dos afetos não foi incorporada ao instrumento apenas para registrar uma reação individual diante de cada fachada. Seu objetivo foi também reconhecer que a experiência daquele lugar é composta por múltiplas camadas, algumas delas não visuais e nem diretamente relacionadas ao estado físico da edificação. O afeto funciona, assim, como uma porta de entrada para perceber aquilo que a classificação material não consegue alcançar.

A cartografia dos afetos, portanto, não pretende estabelecer um mapa fixo de lugares positivos ou negativos. Ela registra uma experiência situada: como aquele território foi percebido por aqueles pesquisadores, naquele momento e durante aquele percurso. Seu valor está justamente em preservar essa dimensão temporal e subjetiva, permitindo que outras camadas da experiência possam ser relacionadas posteriormente aos dados materiais, espaciais e de uso.

Com isso, o levantamento passou a revelar algo que ultrapassa a própria condição física das fachadas. Mesmo tendo como ponto de partida uma análise visual do estado de conservação, a aplicação da rota aberta mostrou que a experiência do patrimônio é constituída por múltiplos cruzamentos. A materialidade é uma dessas dimensões, mas ela se articula à memória, aos usos, aos ritmos urbanos, aos sons, aos encontros e aos afetos. A cartografia dos afetos torna essas camadas perceptíveis e amplia a compreensão do Centro Histórico para além daquilo que pode ser identificado exclusivamente pela observação de suas fachadas.

8. Reflexões do percurso a partir dos dados obtidos

Desde as premissas inicialmente apresentadas, já se reconhecia que a construção metodológica proposta para essa abordagem partia de um desafio: documentar e aprender com o território. Nesse processo, a diversidade da equipe constituiu um aspecto extremamente relevante para a interpretação dos dados levantados, uma vez que reuniu repertórios e formas igualmente diversas de observar e interpretar o território. Essa heterogeneidade ampliou as possibilidades de leitura dos imóveis e fez emergir percepções distintas, atravessadas por experiências acadêmicas, geracionais e pessoais. As diferenças de olhar, nesse sentido, não representaram apenas uma diversidade de percepções, mas também potencializaram o processo metodológico, na medida em que exigiram o confronto entre diferentes interpretações e contribuíram para a constante lapidação dos caminhos de observação, registro e análise.

A diversidade das relações previamente estabelecidas pelos integrantes com o Centro Histórico de Cuiabá também constituiu uma potencialidade para a proposta de roteiro aberto. Alguns já haviam morado na área; outros a utilizavam cotidianamente como espaço de passagem, trabalho ou lazer; enquanto alguns mantinham com o Centro Histórico um contato mais distante ou episódico, tendo, nesse processo, a oportunidade de reconhecer e se aproximar do lugar sob outra perspectiva. Essas relações anteriores repercutiram nas percepções registradas nos formulários, revelando que a experiência de cada pesquisador com o território também participava da construção dos dados. O lugar, nesse contexto, não se apresentava apenas como objeto de análise, mas como espaço capaz de evocar memórias, rotinas, afetos e frustrações acumuladas ao longo do tempo.

O formulário, enquanto instrumento de análise e registro, assumiu um papel que ultrapassava a função de documentação. Ao orientar o olhar para diferentes aspectos do imóvel e de sua relação com o conjunto, a ferramenta também criava condições para que percepções previamente constituídas fossem confrontadas com aquilo que efetivamente se apresentava durante o percurso. Dessa forma, o instrumento não buscava eliminar as experiências e impressões anteriores dos participantes — o que seria, inclusive, incompatível com a própria dimensão perceptiva da metodologia —, mas torná-las mais conscientes e passíveis de reflexão.

Essa característica reforçou a importância de que ferramentas destinadas à leitura de territórios patrimoniais sejam não apenas capazes de registrar informações, mas também de

provocar o olhar. Em contextos atravessados por memórias, afetos, usos cotidianos e, eventualmente, por estigmas associados a determinados lugares, a provocação metodológica pode funcionar como uma forma de deslocamento: ao solicitar que o observador interrompa uma impressão inicial e examine o espaço a partir de diferentes dimensões, o instrumento amplia as possibilidades de percepção e de reconhecimento do território. O formulário, assim, tornou-se simultaneamente um dispositivo de documentação e de provocação, contribuindo para que o processo de levantamento fosse também uma experiência de aproximação e redescoberta do lugar.

Ao mesmo tempo, para fins de documentação técnica, os registros produzidos em campo precisaram ser posteriormente confrontados e revisados pela equipe. Algumas categorias responderam de maneira mais evidente à dimensão provocativa do instrumento, permitindo que aspectos inicialmente pouco percebidos fossem reconhecidos e incorporados à avaliação. Nesses casos, o confronto entre os diferentes registros contribuiu para verificar a existência de danos eventualmente não identificados, bem como para avaliar se determinada classificação estava coerente com as condições efetivamente observadas na fachada.

Ao interpretar os dados reunidos, pôde-se perceber que, mesmo diante da identificação de diferentes danos ou sinais de alteração, algumas avaliações permaneciam positivas. Essa ocorrência revelou uma tensão particularmente significativa para a metodologia: a experiência afetiva e a valorização do lugar poderiam participar da forma como suas condições materiais eram avaliadas. Essa constatação permitiu compreender que o próprio estímulo à aproximação afetiva poderia produzir efeitos sobre a classificação atribuída.

Essa constatação trouxe à tona uma questão importante: estimular o apreço pelo patrimônio pode constituir também uma forma de educação patrimonial, na medida em que o vínculo, a memória e a experiência positiva com o lugar podem contribuir para sua valorização. Entretanto, essa valorização não deveria ocorrer de forma desarticulada da capacidade crítica de reconhecer suas condições, fragilidades e processos de transformação. Por essa razão, à medida que essas tensões entre percepção afetiva e avaliação técnica eram identificadas, a equipe passou a realizar um trabalho paralelo de confronto e reflexão, buscando preservar a dimensão positiva da experiência sem permitir que ela anulasse a leitura crítica necessária à documentação.

Essa dinâmica foi particularmente perceptível nos primeiros levantamentos. Com a continuidade da aplicação e o amadurecimento dos critérios de observação, as avaliações

passaram a apresentar maior coerência com as condições efetivamente encontradas. O processo evidenciou, assim, que a metodologia não se constituiu como um procedimento fechado desde o início, mas foi sendo lapidada a partir da própria experiência de aplicação. O confronto entre diferentes olhares, a revisão dos registros e a identificação das possíveis interferências produzidas pela dimensão afetiva permitiram aperfeiçoar tanto a ferramenta quanto a própria forma de observar o território.

Em algumas situações, a experiência vivenciada durante o levantamento contribuía, de fato, para uma percepção mais positiva da relação do imóvel com o conjunto. O simples fato de estabelecer uma conversa com alguém no imóvel, conhecer uma história, perceber sua ocupação ou acompanhar alguma forma de apropriação cotidiana daquele espaço parecia repercutir na avaliação atribuída à sua relação com o conjunto. Essas situações sugerem que a experiência do espaço vivido também participa da construção de uma percepção positiva sobre o Centro Histórico, revelando que a relação com o patrimônio não se estabelece exclusivamente a partir de suas características materiais ou arquitetônicas, mas também das experiências, vínculos e formas de apropriação que nele se desenvolvem.

Por outro lado, um resultado particularmente significativo surgiu quando se observou que algumas fachadas receberam avaliações negativas mesmo nos casos em que não foram identificados danos correspondentes capazes de justificar, a partir da classificação dos elementos, uma condição tão desfavorável. Essa ocorrência chamou atenção justamente por evidenciar que a percepção não é completamente determinada pela presença objetiva de manifestações de deterioração. Mesmo diante de um instrumento construído para conduzir o olhar de maneira mais sistemática, permanecem referências e expectativas previamente associadas ao Centro Histórico que podem influenciar a avaliação.

Essa ocorrência reforça a própria hipótese que orientou a construção da metodologia: os discursos de abandono e degradação não estão apenas presentes no território, mas também podem participar da maneira como ele é percebido. A estigmatização, nesse sentido, constitui uma camada que precisa ser reconhecida e analisada, e não simplesmente eliminada da pesquisa em nome de uma suposta objetividade. A revisão técnica dos registros torna-se importante justamente porque permite colocar essa percepção em diálogo com critérios de análise, sem apagar o fato de que ela também constitui um dado sobre a experiência do território.

É demonstrada, nesse processo, uma complementaridade entre observação e diálogo para a construção de cada dado. Nem tudo se apresenta de maneira imediatamente visível, e parte significativa das informações aqui reunidas somente pôde ser reconhecida a partir da disponibilidade de quem pesquisava para estabelecer o diálogo, mas também da flexibilidade do instrumento de registro, que permitia incorporar evidências identificadas e informações compartilhadas por aqueles que vivenciam cotidianamente esses espaços. Nesse sentido, a experiência de campo demonstrou que o formulário não poderia operar como uma estrutura fechada, restrita àquilo que previamente se esperava encontrar, mas deveria também acolher aquilo que emergisse do contato com o lugar e com seus usuários. A lapidação progressiva do instrumento, realizada a partir das experiências de campo, ampliou, assim, sua capacidade de registrar diferentes evidências e dimensões reconhecidas ao longo do levantamento de maneira satisfatória.

Essa constatação evidencia, ainda, que há muito mais a ser percebido no Centro Histórico do que aquilo que se apresenta imediatamente em suas fachadas. Nos momentos em que foi possível acessar visualmente o interior dos imóveis — por frestas, vãos e janelas ou, ainda, por meio do convite de moradores e usuários —, tornou-se possível observar soluções arquitetônicas, formas de adaptação e elementos que permitiam compreender o que havia sido preservado para além da "casca" exterior. Esses momentos ampliaram a compreensão sobre a permanência material dos imóveis e, simultaneamente, aproximaram a leitura patrimonial dos modos de vida que neles — ainda hoje — se desenvolvem.

A experiência demonstrou, assim, que a fachada constitui uma importante interface de leitura do patrimônio, mas também possui uma potência provocativa para a compreensão do imóvel em suas outras camadas. Aquilo que se apresenta à observação a partir da rua pode provocar novas perguntas, estimular a aproximação e conduzir o olhar para além de sua materialidade aparente. Entre aquilo que se vê da rua, aquilo que pode ser inferido a partir de seus vestígios e aquilo que é revelado pelos próprios usuários, constrói-se uma leitura mais ampla do bem. A aproximação com os interiores (ilustrada na Figura 21) e com as narrativas de quem ocupa esses espaços permitiu, ainda, acessar uma espécie de imaginário sobre os modos de vida associados ao patrimônio, deslocando a atenção da edificação enquanto objeto para o imóvel enquanto espaço vivenciado, adaptado e continuamente apropriado.

Figura 57 - Registro fotográfico realizado no interior de imóvel localizado na Rua Governador Rondon, na área tombada do Centro Histórico de Cuiabá, durante levantamento de campo, mediante convite dos moradores



Fonte: as autoras (2025)

Nesse sentido, os resultados do percurso apontam para a possibilidade de construir um olhar simultaneamente consciente e afetivo sobre o patrimônio. Trata-se de uma articulação complexa: reconhecer os vínculos e afetos produzidos pelo lugar sem deixar que eles impeçam a identificação crítica de suas condições; e, ao mesmo tempo, produzir uma documentação técnica que não desconsidere as dimensões subjetivas que participam da experiência patrimonial. A

experiência de aplicação demonstrou que esse equilíbrio não é dado de antemão, mas pode ser construído progressivamente por meio de ferramentas capazes de provocar o olhar, do confronto entre diferentes percepções e da constante lapidação dos procedimentos metodológicos.

É justamente nessa sobreposição que o levantamento encontra uma de suas principais contribuições. O estado de conservação, a descaracterização, os usos, a fragmentação, a permanência de elementos arquitetônicos, as memórias e os afetos não se apresentam como dimensões isoladas. Eles se relacionam, tensionam-se e, em alguns casos, produzem resultados aparentemente contraditórios. Uma fachada pode estar materialmente conservada e estabelecer pouco diálogo com o conjunto histórico; outra pode estar deteriorada e ainda preservar elementos capazes de evocar uma memória; um setor pode apresentar intensa ocupação e, simultaneamente, contribuir para processos de descaracterização. Reconhecer essas sobreposições tornou necessário não apenas registrar as diferentes informações produzidas em campo, mas também encontrar formas de organizá-las e relacioná-las, de modo a tornar visíveis as diferentes dimensões que compõem a leitura do conjunto.

A partir dessa perspectiva, a sistematização dos dados obtidos durante o levantamento buscou, para além da organização das informações coletadas, estabelecer uma leitura integrada das diferentes dimensões observadas nas fachadas do Conjunto Histórico de Cuiabá. Os registros realizados em campo foram confrontados, interpretados e posteriormente espacializados, permitindo visualizar como as diferentes classificações se distribuem pelo conjunto e quais aspectos se destacam a partir dessa leitura. A sistematização, portanto, não foi compreendida apenas como uma etapa posterior de organização dos dados, mas como uma forma de retornar ao que foi observado em campo e produzir novas possibilidades de leitura a partir da relação entre os registros.

Enquanto os gráficos permitiram evidenciar os danos identificados e sua frequência de ocorrência nas fachadas levantadas, a representação cartográfica buscou espacializar a classificação atribuída às fachadas quanto ao seu estado de conservação. Essa representação possibilitou observar como a intensidade dos danos se distribui espacialmente pelo conjunto, permitindo questionar onde se concentram as situações mais críticas e quais áreas apresentam maior recorrência de fachadas classificadas nos níveis mais baixos de conservação. Ainda que os danos individuais não tenham sido aqui destrinchados um a um, sua presença e seu grau de avanço foram considerados na atribuição da classificação geral de cada fachada, fazendo com que

a leitura cartográfica introduzisse à análise uma dimensão de intensidade das condições identificadas.

A organização dos dados procurou, assim, aproximar três dimensões do processo: o registro realizado em campo, sua sistematização e interpretação e a representação espacial dos resultados. As representações cartográficas não são compreendidas, portanto, apenas como produtos finais do levantamento, mas como instrumentos de leitura do território, capazes de evidenciar padrões, concentrações e contrastes entre as diferentes situações encontradas no conjunto. Da mesma forma, os gráficos e os registros fotográficos contribuem para relacionar a dimensão quantitativa e espacial dos resultados às condições efetivamente observadas nas fachadas.

A partir dessa perspectiva, a sistematização no Google My Maps procurou articular a dimensão particular de cada registro à leitura mais ampla do conjunto. Para isso, os diferentes elementos que compõem as fachadas foram analisados individualmente, permitindo reconhecer suas características, condições e formas de alteração antes de reuni-los em classificações mais abrangentes. Essa organização possibilita acompanhar o percurso entre o dado particular e sua síntese: dos elementos da fachada, analisados em suas especificidades, à sua articulação com o todo e com o conjunto histórico.

A rota aberta permitiu que essas diferentes dimensões permanecessem visíveis ao longo do processo. Ao orientar o olhar sem determinar previamente aquilo que deveria ser encontrado, o instrumento produziu uma documentação capaz de sistematizar o estado de conservação sem reduzir a experiência da paisagem a um único índice. O diagnóstico resultante, portanto, não pretende encerrar a leitura do Centro Histórico, mas oferecer uma base para novas perguntas sobre aquilo que permanece, aquilo que se transforma e aquilo que, mesmo diante das perdas, ainda produz reconhecimento, memória e significado.

9. Orientações gerais

A preservação do Centro Histórico não pode ser compreendida apenas pela perspectiva das edificações. Trata-se de um território atravessado por relações sociais, memórias e experiências que continuam sendo produzidas diariamente. Mesmo diante do processo de esvaziamento do local, ainda existem moradores, comerciantes e trabalhadores que mantêm vínculos cotidianos

com esse espaço, contribuindo para sua permanência como lugar de convivência.

Concordamos que a conservação preventiva no CAUP deve ser o estruturante na conservação dos bens imóveis. Antes de qualquer obra de restauração, deve-se instituir uma rotina sistemática de inspeção, observação e manutenção. Tais práticas podem ser encontradas na zeladoria do patrimônio cultural, que consiste no conjunto de ações continuadas de monitoramento, conservação preventiva, manutenção e proteção de bens culturais (materiais e imateriais, móveis e imóveis).

O seu principal objetivo é garantir a preservação da memória, da identidade e da integridade de monumentos, sítios históricos, acervos e manifestações culturais, evitando a sua degradação ao longo do tempo. O estabelecimento de um calendário periódico de vistoria permite identificar precocemente sinais de degradação, como infiltrações, trincas, corrosão, ataque de insetos ou presença excessiva de umidade. Essa observação contínua é, metodologicamente, a primeira etapa da análise do estado de conservação, pois transforma o acompanhamento do imóvel em processo regular e não episódico. Impactando, inclusive na participação comunitária, já que a zeladoria parte do envolvimento da comunidade local no cuidado, valorização e fiscalização do patrimônio, pois o pertencimento popular é a maior garantia de preservação.

No caso de Cuiabá, onde temos diversos imóveis fechados e/ou sem uso, devido questões de herança e espólio, além de outros fatores que impactam essa realidade, a possibilidade de fazer com que haja participação de comerciantes, moradores da localidade e também de outras pessoas que tenham apreço por esse lugar, possibilita novas formas de se relacionar e preservar o CAUP. A zeladoria atua na rotina e no cuidado diário com o patrimônio, possibilitando pleno funcionamento do imóvel e se comparada ao restauro, possui valor de investimento consideravelmente menor, preservando a autenticidade e memória do bem para as presentes e futuras gerações. Atuando inclusive em caráter de sustentabilidade, entendendo que a preservação da memória e a conservação ambiental podem caminhar juntas.

Ao apontar a importância do cuidado do patrimônio, também podemos inserir o debate no rol de discussão sobre cidades cuidadoras, porque elas também incorporam o patrimônio como parte do mundo que precisa ser mantido e reparado coletivamente. Ao integrar justiça, participação, interdependência e responsabilidade compartilhada, o cuidado torna-se princípio ético e político capaz de sustentar tanto a vida urbana quanto a memória cultural, ampliando a

possibilidade de construir cidades mais justas, resilientes e sensíveis às múltiplas formas de existência que nelas coexistem.

Sob essa perspectiva, a Geografia do Cuidado oferece importante contribuição para os estudos patrimoniais ao deslocar o olhar da conservação exclusivamente material para as relações estabelecidas entre pessoas e lugares. O patrimônio deixa de ser compreendido apenas como objeto de proteção institucional e passa a constituir um espaço de encontros, afetos e experiências compartilhadas. Assim, preservar o Centro Histórico de Cuiabá significa não apenas conservar suas edificações, mas fortalecer as condições para que continue sendo vivido, apropriado e reconhecido como parte fundamental da memória e da identidade da cidade.

10. Referências

AMIN, Ash. *Land of Strangers*. Cambridge: Polity Press, 2012.

ANTÔNIO, João; LUCIDIO, Botelho. *Ofício e Arte: fotógrafos e fotografia em Mato Grosso*. 1. ed. Cuiabá: Entrelinhas, v. 1, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5674: manutenção de edificações: requisitos para o sistema de gestão de manutenção**. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15575: edificações habitacionais: desempenho**. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16447: inspeção predial: diretrizes, conceitos, terminologia e procedimento**. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

AZEVEDO, Doriane; GUEDES, Gabriela Leite Silva. A quantas andam nossas políticas públicas de (des)valorização do patrimônio cultural material em Cuiabá-MT. In: MASCARO, Luciana Pelaes; CASTOR, Ricardo Silveira (org.). *Patrimônio como política*. Cuiabá: EdUFMT, 2019. p. 88-112.

BELLACASA, María Puig de la. *Matters of Care: Speculative Ethics in More than Human Worlds*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.

BORGES, Rafael da Costa. *A centralidade intraurbana em Cuiabá*. 2013. 138 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013. Disponível em: https://ri.ufmt.br/bitstream/1/1260/1/DISS_2013_Rhafael%20da%20Costa%20Borges.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. *Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste*. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

BRITO-HENRIQUES, Eduardo Manuel Dias de. *Palestra proferida no 7º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 13 maio 2026. Transcrição da fala.

CARTA DE CRACÓVIA 2000: princípios para a conservação e o restauro do património construído. Cracóvia, 2000.

CASSOL, Luiz Cesar Damian. *Avaliação e intervenção em edificações antigas*. 2013. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Joinville, 2013.

CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de; NASCIMENTO, Mariana Alves S.; LIBONATI, Priscila Fernandes. Cidades do cuidado: princípios e procedimentos, resiliência urbana e inclusão na emergência climática. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E

PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, *Encruzilhadas: convergências e dispersões*. Anais [...]. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 2024.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

COELHO, Taynan Damião; AMARIO, Mayara. Patologia urbana: manifestações patológicas no patrimônio histórico arquitetônico nas cidades contemporâneas. *Revista Boletim do Gerenciamento*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 46, p. 1-14, jul. 2025. Disponível em: https://nppg.org.br/revistas/boletimdogerenciamento/article/view/1588. Acesso em: 22 set. 2026.

CONCRETU. *Patologias na construção: trincas, infiltrações e como identificar problemas*. 2026. Disponível em: https://concretu.ai/blog/patologias-construcao-trincas-infiltracao-como-identificar. Acesso em: 22 set. 2026.

CONTE, Claudio Quoos; FREIRE, Marcus Vinícius de Lamonica. *Centro Histórico de Cuiabá: patrimônio do Brasil*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

CORREIOS. *Guia de metodologia de intervenção em imóveis históricos: orientações técnicas para intervenções em imóveis integrantes do patrimônio arquitetônico dos Correios*. 1. ed. 2024. Disponível em: https://www.correios.com.br/educacao-e-cultura/patrimonio-historico-arquitetonico-dos-correios/arquivos/guia-de-metodologia-de-intervencao-em-imoveis-historicos.pdf. Acesso em: 27 fev. 2026.

CRUZ, Amanda Dias da; SOARES, Isabella Bentura Gibaile; ALVIM, Mariana Lanzoni; SOUZA, Milena Andreola de; VIEIRA, Nadine Dutra; LIMA, Pablo Côrrea. Inventário afetivo: metodologia para valorização da memória e pertencimento. In: *Teorias e metodologias de pesquisa sobre história, cultura e cidades*. v. 2. Rio de Janeiro: Editora Científica, 2024. p. 154-169.

CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2008.

ELIAS, Samira. *A reabilitação urbana como proposta de proteção do patrimônio edificado no Centro Histórico de Cuiabá – MT*. 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2012.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. p. 22-29.

FONSECA, Maria Cecília. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

FREIRE, Júlio Delamonica. *Por uma poética popular da arquitetura*. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

GARCIA, Danielle Ferraz. *A influência do pensamento moderno urbanístico no Centro Histórico de Cuiabá-MT*. 2022. 116 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea) – Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Comunicação e Artes, Cuiabá, 2022.

GOMIDE, José Hailon; SILVA, Patrícia Reis da; BRAGA, Sylvia Maria Nelo. *Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural: Cadernos Técnicos 1 – Programa Monumenta*. Brasília: Ministério da Cultura; Instituto do Programa Monumenta, 2005.

GONÇALVES, Andréia; SILVA, Janice Bernardo da; PSCHEIDT, Franciele Aparecida; SUSIN, Veridiana Lara Batista. Análise visual como metodologia para o diagnóstico de edifícios históricos. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA, 10., 2017, [local]. *Anais [...]*. 2017. ISBN 978-85-459-0773-2.

GOVERNO FEDERAL. *Cuiabá*. Brasília, DF: Governo Federal, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/novo-pac/pac-cidades-historicas. Acesso em: 5 nov. 2025.

GROYS, Boris. *Filosofia do cuidado*. Belo Horizonte: Âyiné, 2023.

GUIMARÃES, Maria; MOURA, Jandeivid. Identificação, preservação e gestão do patrimônio cultural em Mato Grosso: trajetórias, avanços e desafios. *Revista Caliandra*, Goiânia, v. 3, n. 1, p. 11-26, jan./jun. 2023.

GUIMARÃES, Maria Bárbara Thame. *A saga da preservação do patrimônio urbano de Cuiabá/MT: políticas públicas nas tensões entre progresso e preservação*. 2023. Dissertação (Mestrado) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2023.

HASSELMANN, Eliza; NORAT, Roseane. Inspeção predial como instrumento de prevenção de sinistros em edificações históricas. *Revista CPC*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 187-209, ago./dez. 2023.

IEPHA – INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. *Laudo técnico do estado de conservação dos bens protegidos*. 2023.

ICOMOS – INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. *Carta de Veneza*. 1964. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS E TÉCNICOS DE MONUMENTOS HISTÓRICOS, 2. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf. Acesso em: 8 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2022*. [S. l.]: IBGE, 2025. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: 1 out. 2025.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA-MG). *Modelo de laudo técnico do estado de conservação dos bens protegidos*. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Instrução Normativa do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cuiabá*. Cuiabá: IPHAN, 1994.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Intervenções em bens culturais móveis e integrados à arquitetura: manual para elaboração de projetos*. Coordenação de Ana Claudia Magalhães. Brasília, DF: IPHAN, 2019.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

JUNIOR, João Paulo Roberti. "Eu sinto na pele e coração o que é patrimônio": imaginários de preservação e valoração de ressonância no movimento hashtag #OQUEEPATRIMONIOPARAVOCE. *Cadernos NAUI*, v. 3, n. 5, p. 37-53, jul./dez. 2014.

LEMOS, Carlos. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Tradução de Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa: Edições 70, 1960.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, 2002. Disponível em: https://nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/de_perto_de_dentro_0.pdf. Acesso em: 3 nov. 2025.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

NASCIMENTO, Airton de Lacerda. *Cena central: a intervenção de arte pública e a ressignificação do urbano no Centro Histórico de Cuiabá/MT*. 2023. 139 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea) – Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Comunicação e Artes, Cuiabá, 2023.

NOVAIS, Andréa Lanna Mendes. *Metodologias de valoração de danos ao patrimônio cultural utilizadas pelo Ministério Público de Minas Gerais*. Painel apresentado no XVII COBREAP, 2015.

NOVACK, Franciele Cavalheiro; SILVA NOBRE, Mariane dos Santos Freitas da; CLEMENTE, Cézar. Mapeamento do patrimônio histórico e cultural de Cuiabá-MT: tecnologias aplicadas, representatividade e história. *Revista Científica ANAP Brasil*, São Paulo, v. 12, n. 27, 2019.

OLIVEIRA, Ana. *Igreja Nosso Senhor dos Passos*. 9 maio 2026. Acervo de fotos de Ana Oliveira.

OLIVEIRA, Milena Behling; RIBEIRO, Diego Lemos. Uma proposta metodológica para um novo pensamento: patrimônios afetivos. *Uma proposta metodológica para um novo pensamento: patrimônios afetivos*, Pelotas, RS, 2019.

PALLASMAA, Juhani. *Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos*. Tradução técnica de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011.

PASSOS, L. A.; BORDEST, S. M. L. Percepção ambiental nos espaços de cultura: Centro Histórico de Cuiabá. *OLAM: Ciência & Tecnologia*, v. 9, n. 2, 2009.

ROMANCINI, Sônia Regina. *Cuiabá: paisagens e espaços da memória*. 1. ed. Cuiabá: Cathedral Publicações, v. 6, 2005.

ROMANCINI, S. R.; BORDEST, S. M. L. Casa Barão de Melgaço: patrimônio cultural e potencialidade turística no Centro Histórico de Cuiabá. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, n. 64, p. 26-38, 2006.

SILGUEIRO, Gabriela Rangel. *Texto para cartilha de educação patrimonial junto à AML*. Arquivo do IPHAN-MT. [S. d.].

THOMPSON, James. Performing the “aesthetics of care”. In: STUART FISHER, Amanda; THOMPSON, James (ed.). *Performing Care*. Manchester: Manchester University Press, 2020. p. 215-229.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. *Ponto Urbe*, São Paulo, v. 11, p. 1-14, 2012. DOI: 10.4000/pontourbe.300. Disponível em: https://revistas.usp.br/pontourbe/article/view/219809. Acesso em: 10 dez. 2025.

WEISSHEIMER, Maria Regina (org.). *Conservação preventiva de imóveis antigos em núcleos históricos*. Florianópolis, SC: IPHAN, 2020. ISBN: 978-65-86514-29-2.

.